

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	10
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	11
1.5 Principais clientes	22
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	23
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	28
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	29
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	30
1.10 Informações de sociedade de economia mista	33
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	34
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	35
1.13 Acordos de acionistas	36
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	37
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	38
1.16 Outras informações relevantes	39
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	40
2.2 Resultados operacional e financeiro	50
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	53
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	55
2.5 Medições não contábeis	56
2.6 Eventos subsequentes as DFs	59
2.7 Destinação de resultados	60
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	63
2.10 Planos de negócios	64
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	68
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	69
3.2 Acompanhamento das projeções	70

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	71
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	102
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	103
4.4 Processos não sigilosos relevantes	107
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	108
4.6 Processos sigilosos relevantes	109
4.7 Outras contingências relevantes	110
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	111
5.2 Descrição dos controles internos	118
5.3 Programa de integridade	121
5.4 Alterações significativas	125
5.5 Outras informações relevantes	126
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	127
6.3 Distribuição de capital	131
6.4 Participação em sociedades	132
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	133
6.6 Outras informações relevantes	134
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	135
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	140
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	141
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	147
7.4 Composição dos comitês	161
7.5 Relações familiares	163
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	164
7.7 Acordos/seguros de administradores	169
7.8 Outras informações relevantes	170
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	172

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	179
8.3 Remuneração variável	183
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	185
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	188
8.6 Outorga de opções de compra de ações	189
8.7 Opções em aberto	190
8.8 Opções exercidas e ações entregues	191
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	192
8.10 Outorga de ações	193
8.11 Ações entregues	194
8.12 Precificação das ações/opções	195
8.13 Participações detidas por órgão	196
8.14 Planos de previdência	197
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	198
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	200
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	201
8.18 Remuneração - Outras funções	202
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	203
8.20 Outras informações relevantes	204
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	205
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	206
9.4 Outras informações relevantes	207
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	208
10.1 Descrição dos recursos humanos	209
10.2 Alterações relevantes	210
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	211
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	213
10.5 Outras informações relevantes	214
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	215

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	217
11.2.1 Itens 'n.' e 'o.'	219
11.3 Outras informações relevantes	220
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	221
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	223
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	224
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	227
12.5 Mercados de negociação no Brasil	228
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	229
12.7 Títulos emitidos no exterior	230
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	231
12.9 Outras informações relevantes	233
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	236
13.1 Declaração do diretor presidente	237
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	238
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	239

1.1 Histórico do emissor

1 Atividades do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Neogrid nasceu em 1999, em Joinville-SC, a partir do ideal de Miguel Abuhab, seu fundador, de construir uma rede colaborativa para gerir o fluxo de informações e processos entre empresas, conectando a indústria e o varejo de bens de consumo.

Na época, com a evolução da internet, o empresário entendeu que seria possível resolver um dos grandes problemas das indústrias: monitorar o estoque de seus produtos na casa de seus clientes. Aplicou seu conhecimento de software de gestão interna para integrar os diferentes sistemas de ERPs das indústrias com seus parceiros e garantir o fluxo constante de mercadorias na cadeia de suprimentos – e, assim, evitar faltas e excessos de produtos nos pontos de venda, aumentar o giro de estoques das empresas, reduzir a necessidade de capital de giro e aumentar o retorno sobre o capital investido em estoques. Em 2007, a Neogrid realizou sua primeira aquisição estratégica, a Mercador, companhia especializada na implementação de projetos de integração e portais colaborativos, que pertencia à Telefônica.

Um ano depois, a Neogrid deu mais um grande passo. Iniciou seu processo de internacionalização com a compra da Agentrics, empresa americana de software para redes de varejo presente, na época, em mais de 24 países, tendo como clientes Carrefour, Casino, Best Buy, Diageo e Walgreens. Ainda em 2008, a Neogrid adquiriu também a VivaCadena, empresa holandesa que fornecia algoritmos para reposição de estoque baseado em Demand Driven, e a XPLAN Business Solutions, voltada à consultoria para cadeia de suprimentos. A Neogrid passava, então, a ter presença global, com escritórios nos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Japão.

Nos anos seguintes, 2009 e 2010, a empresa ampliou seu portfólio de soluções com a Suite Fiscal Neogrid e passou a oferecer para as indústrias relatórios e análises de visibilidade do ponto de venda, despontando no mercado nacional como uma empresa consolidada.

Em 2012, atingiu a marca de R\$100 milhões em receita líquida. No ano seguinte, realizou sua quinta aquisição e incorporou a provedora de software fiscal G2KA Sistemas, que trazia soluções de Nota Fiscal Eletrônica (“NF-e”), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (“NFS-e”), Conhecimento de Transporte Eletrônico (“CTe”) e gestão de entrada de documentos e atendia mais de 3 mil clientes. A sexta aquisição veio em 2014, com a incorporação da BIS Company, fornecedora de soluções de visibilidade de estoque e vendas para indústria e varejo.

Em 2018, a Neogrid realizou mais uma operação no mercado de tecnologia brasileiro ao anunciar a aquisição da Accera. Essa transação trouxe maior inteligência às suas soluções e possibilitou uma expansão significativa de sua rede de dados e ecossistema de negócios. Com essa transação, em 31 de dezembro de 2018, a Neogrid somava mais de R\$ 190 milhões em receita recorrente combinada líquida. Em 2019, superou a marca de R\$200 milhões em receita líquida. No ano de 2020, apresentou crescimento de 2,6% na receita líquida, chegando a R\$213 milhões.

No final deste mesmo ano a Neogrid abriu capital por meio de oferta pública inicial, e conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 15 de dezembro de 2020, registrada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a fixação do preço por ação no âmbito da oferta pública de distribuição primária para emissão de ações ordinárias, no valor de R\$4,50 por ação; na mesma Ata foi aprovado também o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$337.500, mediante a emissão de 75.000.000 de ações ordinárias nominativas, objeto da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas dentro do âmbito da Oferta.

Em 2021, primeiro ano como Companhia de Capital Aberto e seguindo a estratégia inorgânica de crescimento, a Neogrid realizou, entre investimentos e aquisições, transações com 5 empresas:

1.1 Histórico do emissor

- Aquisição da totalidade do capital social da **Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão EIRELI**, uma plataforma com ferramentas de gestão e criação de ofertas e trade marketing por meio de inteligência de dados, oferece soluções que facilitam a tomada de decisões mais seguras e estratégicas no dia a dia do varejo.
- Investimento minoritário na **GRG Inovações e Tecnologia S.A. (Horus)**, uma companhia SaaS de inteligência de mercado, que possui soluções para entregar insights estratégicos aos seus clientes, seja a indústria ou o varejo, sobre o perfil e hábitos dos consumidores, criando uma plataforma de dados de consumo incluindo preços, produtos, marcas, categorias, volume e presença no ponto de venda.
- Aquisição da totalidade do capital social da **Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda.**, que oferece um portfólio de soluções focadas em Revenue Growth, para auxiliar as empresas no impulsionamento e gestão das ações de Trade Promotion, com módulos de planejamento orçamentário e distribuição de verbas comerciais, além de inteligência e análise de dados sobre consumo, ciclo de vida de promoções, e efetividade das ações.
- Aquisição da totalidade do capital social da **Lett Serviços de Informação S.A.** que é uma companhia especialista em Trade Marketing Digital, e tem como objetivo conectar marcas e consumidores para criar a jornada de compras perfeita no e-commerce, oferecendo ferramentas de inteligência de dados em tempo real, que auxiliam marcas e varejos a alavancarem suas vendas por meio de uma plataforma de análise de KPIs de sortimento, disponibilidade de estoque, preço, conteúdo digital (imagens, título, descrição, avaliações e comentários).
- Investimento majoritário e aquisição de controle da **Predefine Tech Ltda.**, especialista em especificação de produtos e serviços, por meio de inteligência artificial e integração com diversos ERPs, coleta de preços no mercado e entrega soluções dinâmicas para impulsionar os negócios e tornar as empresas mais lucrativas e sustentáveis.

No ano de 2022 houve a incorporação das empresas Smarket, Lett e Arker, maiores detalhes vide item 1.12 deste Formulário. Além de outros dois investimentos realizados, um minoritário

Após 24 anos, a Neogrid oferece soluções para sincronização da cadeia de suprimentos para diversos países do mundo.

Sobre o fundador

Miguel Abuhab formou-se engenheiro mecânico de produção no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), em 1964. Mais de uma década depois, em 1978, Miguel fundou a Datasul, empresa que tinha como objetivo auxiliar as indústrias da região a implantarem sistemas de informática voltados ao controle de produção. Em 1998, a Datasul lançou seu sistema de gestão empresarial, o Datasul EMS, e, mais tarde, abriu o capital social em 2006.

Em 1999, o empresário fundou a Neogrid, onde atua, hoje, como Presidente do Conselho de Administração.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Visão Geral da Companhia

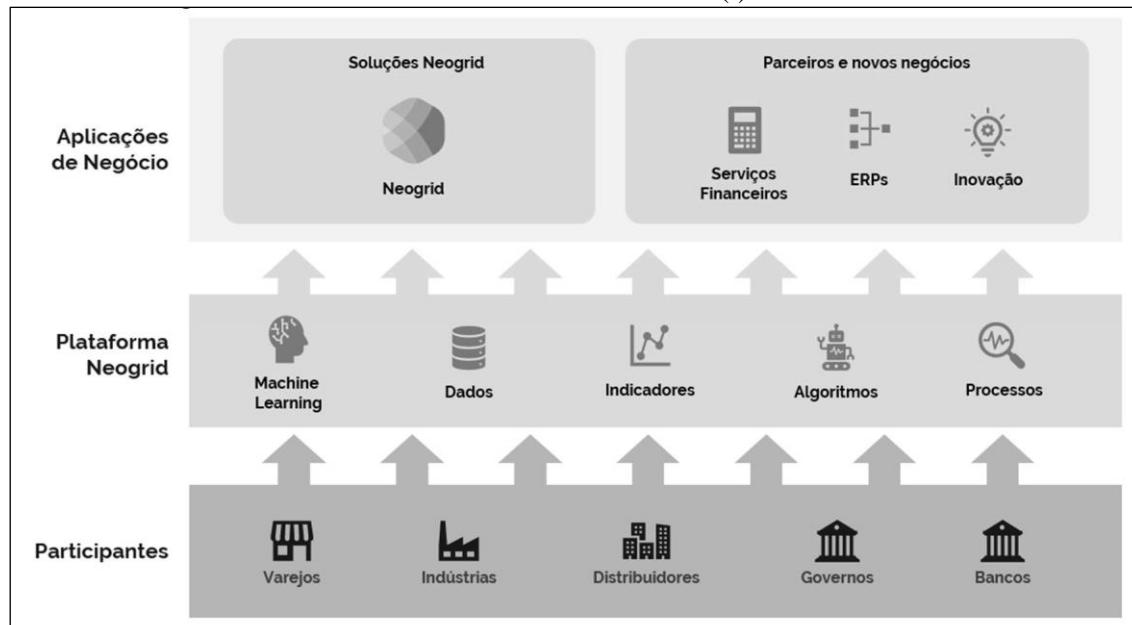
Fundada em 1999, a Neogrid é uma empresa de Software as a Service (“SaaS”), data e tecnologia que resolve os desafios da cadeia de suprimentos global ao conectar parceiros de negócios (indústrias, distribuidores e varejistas), integrando e sincronizando suas operações através de um portfólio completo e modular de soluções eficientes, precisas e inteligentes. O poder da tecnologia Neogrid é aumentar a disponibilidade dos produtos nas prateleiras, ao mesmo tempo em que reduz os estoques na cadeia de suprimentos. A Neogrid, através de sua ampla rede e plataforma, coloca as empresas no ritmo do consumidor de forma que todos que fazem parte deste ecossistema sejam beneficiados com redução de investimentos nos estoques, liberando assim o capital de giro.

“Num mundo onde os produtos viraram commodities e preços não são mais diferenciais, o giro de estoque passa a ser a vantagem competitiva decisiva.” – Miguel Abuhab

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de:			
Em R\$ mil	2022	2021	2020
Receita líquida	265.747	245.604	212.581
Lucro Bruto	169.760	163.405	138.943
EBITDA	27.786	45.566	50.481
Lucro Líquido	14.231	14.610	12.359

O MODELO NEOGRID ⁽¹⁾

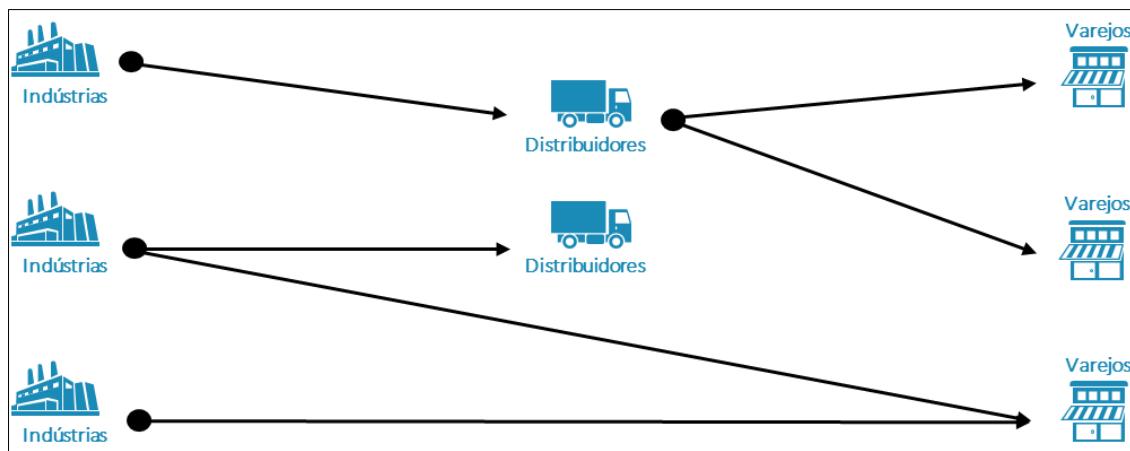


(¹) Modelo esquemático da relação entre empresas, plataforma e aplicações.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

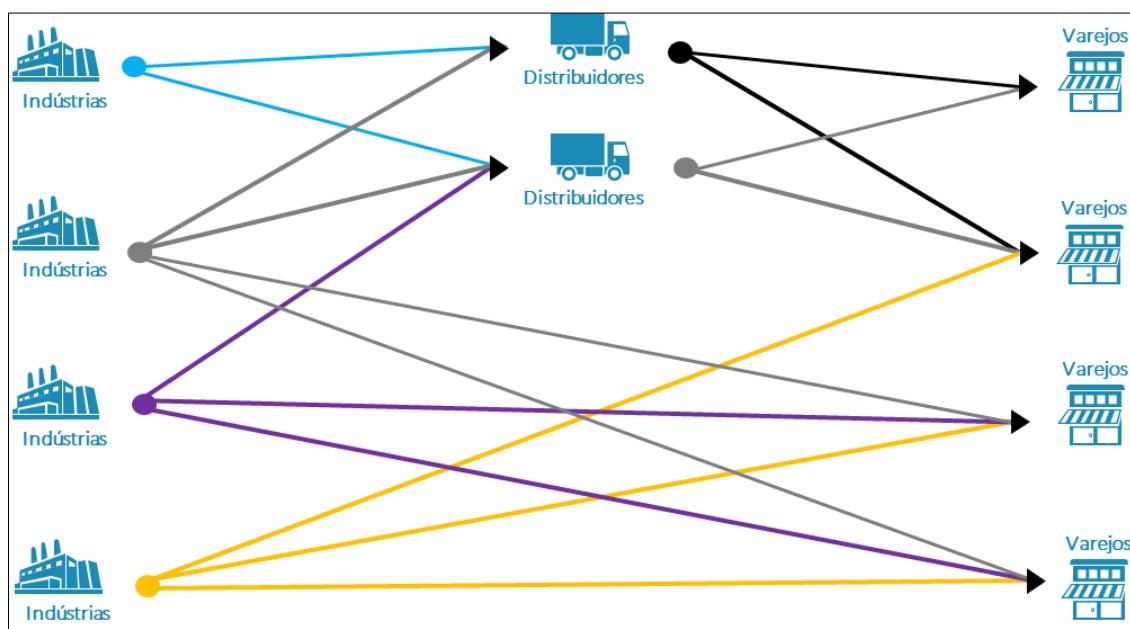
Participantes (A rede Neogrid)

A rede Neogrid conta atualmente com mais de 40 mil de empresas participantes da cadeia de suprimentos que são conectadas com a plataforma Neogrid. Basicamente toda a cadeia de suprimentos pode participar da rede Neogrid, desde (i) os fabricantes de matéria prima; (ii) as manufaturas de produção dos bens de consumo; (iii) os distribuidores; (iv) os varejistas (grandes redes de varejo, supermercados, farmácias, magazines, lojas de comércio online, pequenos varejistas locais, etc.); incluindo também outros participantes como (v) governos (órgãos responsáveis por documentação fiscal das transações, entre outros documentos); e (vi) bancos (responsáveis por pagamentos, etc.).



Relação de negócios entre as empresas na cadeia de suprimentos.

A rede Neogrid conta atualmente com mais de 37 mil de indústrias participantes, mais de 5 mil distribuidores e mais de 230 grandes redes varejistas (que representam milhares de lojas físicas), distribuídos em todo o país e internacionalmente. Esta rede nos abastece com mais de 6 petabytes de dados brutos e mais de 100 terabytes de dados analíticos mensalmente, e gera milhões de interconexões entre parceiros de negócio, permitindo infinitas possibilidades de ganhos para todas as partes envolvidas neste ecossistema.



Potencial de interconexões entre as empresas da rede.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Plataforma Neogrid

A Neogrid possui uma plataforma tecnológica de ponta que permite sistematizar todo o processo de colaboração e interconexão da rede Neogrid. Além de possibilitar a conexão dos diversos participantes da rede Neogrid e seus sistemas (ERPs, CRMs, Apps, etc), nossa tecnologia permite a captura de volumes massivos de dados e informações dos milhares de participantes da rede, que por sua vez são depurados, qualificados e explorados através desta plataforma que possui alta capacidade de organização e análise de dados. Estes dados são então traduzidos para os nossos clientes em interfaces user-friendly que fornecem suporte e automatizam de forma inteligente suas tomadas de decisão, de acordo com a solução contratada e com sua necessidade de negócio.

Entre as principais informações e dados disponíveis na nossa plataforma estão: pedidos de compras, notas fiscais, relatórios de vendas, níveis de estoques (em lojas, centros de distribuição e fábricas), cupons fiscais, ocorrências logísticas (embarque de mercadorias, carregamento, transporte, entrega, agendamento, etc), ordens de pagamentos, cobranças, dentre diversas outras informações de grande relevância para a cadeia de suprimentos. Todos os dias em nossa plataforma são monitorados milhões de produtos, trafegados milhões de pedidos e notas fiscais, além de milhões de outros documentos, informações e processos compartilhados entre os participantes da rede Neogrid.

Para sustentação técnica da nossa plataforma são utilizadas as mais recentes ferramentas tecnológicas de armazenamento e consulta a grandes volumes de dados (“big data”) do mercado, algoritmos capazes de calcular processos complexos e tomar decisões estratégicas rapidamente, sistemas de Machine Learning que conseguem interpretar padrões e identificar oportunidades, Interfaces de Programação de Aplicativos (Application Programming Interfaces, “APIs”) de integração, e uma infraestrutura em nuvem (“cloud”) com tecnologia Microsoft (Microsoft Azure).

Nossa plataforma também nos permite fácil conexão com diversas aplicações de terceiros, o que nos torna agnósticos quanto a outros softwares eventualmente utilizados pelos nossos clientes. Isto, além de facilitar a implementação das soluções Neogrid, também possibilita a criação e desenvolvimento de novas soluções com parceiros (interessados em explorar comercialmente a rede Neogrid) para capitalizar diferentes verticais, clientes ou tipos de negócios que porventura hoje não são explorados pela própria Neogrid ou que necessitem de competências fora do nosso escopo atual. Alguns exemplos de parceiros Neogrid são Nielsen, Lett e Fast Channel (maiores detalhes sobre as parcerias na seção de Soluções Neogrid abaixo).

As Soluções Neogrid

As soluções Neogrid são as aplicações de negócio que operam sobre a plataforma Neogrid para gerar habilidades como a coleta de dados, a visualização, insights e análises, execução e gerenciamento e medição de resultados.

- **Coleta de Dados:** Habilidade da plataforma de se conectar em diversas fontes de informações para medir os resultados gerados pelas ações do negócio (trade) realizadas durante um período nos mais diferentes canais.
- **Visualização:** Habilidade do cliente de visualizar os dados de todos os seus canais de vendas, comparando o histórico desses dados sob o ponto de vista temporal, acumulado, real vs. meta, por meio de diferentes filtros.
- **Insights e Análises:** Capacidade de gerar insights e ideias de maneira ativa baseado em dados e comportamentos de toda a cadeia de vendas e estoque que serão ativados para diferentes pessoas do cliente e seus canais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- **Execução e Gerenciamento:** Habilidade de gerar e administrar ações executivas de forma automatizada e/ou periódica que ocorram tanto internamente na indústria quanto de maneira direta nos canais de venda.
- **Medir Resultados:** Habilidade da plataforma de se conectar em diversas fontes de informações para medir os resultados gerados pelas ações do negócio (trade) realizadas durante um período nos mais diferentes canais.

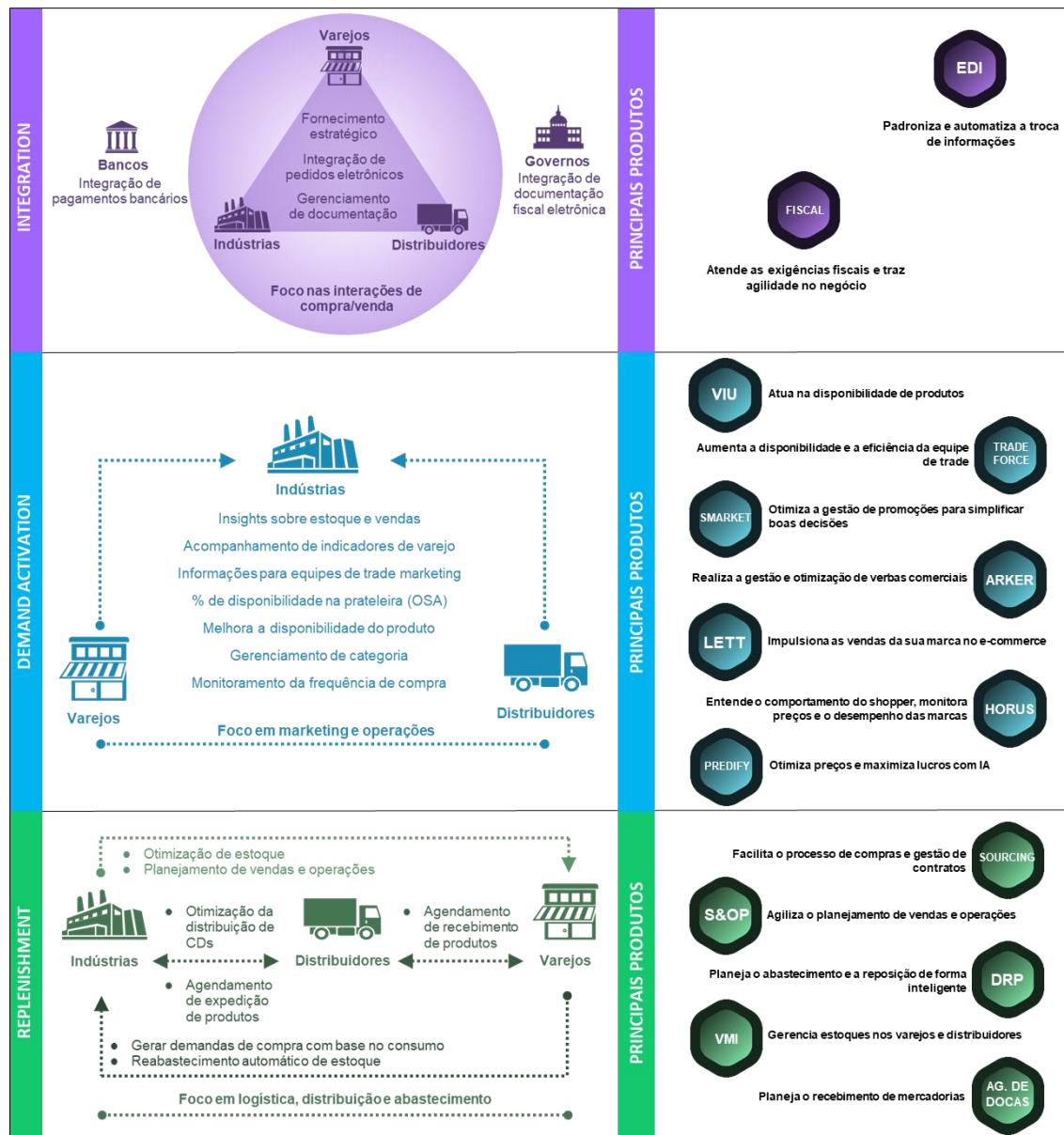


A Neogrid, através de suas soluções, busca então resolver um dos maiores desafios da cadeia de suprimentos global e do ambiente B2B: possuir um fluxo de produtos contínuo, eficiente, eficaz, que aumente vendas e que não gere perdas, desperdícios ou atrasos. Buscamos ditar o ritmo das operações dos participantes da rede Neogrid com base no ritmo de compras do consumidor final, e fazemos isso por meio da sincronização das cadeias de suprimentos, automatização dos processos e entrega de decisões mais inteligentes para toda a rede Neogrid.

Para isso, ao longo de sua jornada, a Neogrid desenvolveu um portfólio de soluções completo e modular que permite atender as mais diversas necessidades de cada tipo de cliente (indústria, distribuidores, varejistas), adaptando-se de acordo com as especificidades, realidade, tamanho e maturidade técnica de cada empresa.

Atualmente, acreditamos ser a única companhia no Brasil que oferece um portfólio de soluções de cadeia de suprimentos tão completo e de grande escala. Abaixo, apresentamos a lista das principais soluções que fazem parte do atual portfólio de soluções Neogrid:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Soluções para a indústria, varejo e distribuidores.

Todas as soluções Neogrid estão inseridas em um processo operacional amplo e contínuo, englobando Vendas, Distribuição e Monitoramento mercadológico do desempenho dos produtos junto ao consumidor final. Ou seja, todas as soluções se interconectam de alguma forma, o que gera grande potencial sinergia para nossos clientes que contratam mais de uma solução, e fornece à Neogrid alto potencial de cross-sell e up-sell. Por ser um portfólio modular, sob uma plataforma agnóstica quanto a softwares de terceiros, e de rápida integração, nossos clientes podem facilmente expandir seus contratos com soluções adicionais. Quanto mais soluções ativadas, mais otimizada se tornará a operação do nosso cliente.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Mercado de Atuação

As atuais soluções Neogrid possuem grande aderência aos segmentos mais expostos às incertezas no comportamento do consumidor e aos que possuem maiores redes de abastecimento e distribuição.

Os segmentos de Bens de Consumo (“CPG”), Farmacêutico, Casa e Construção, Eletroeletrônicos e Fashion (moda e calçados) representam a maioria dos clientes em nossa base atual. Diante da amplitude das nossas soluções e da nossa capacidade de oferecer-las de maneira modular e adaptável, encontramos potencial claro de expansão para outras verticais, tais como agronegócio, healthcare, automotivo e serviços financeiros. As empresas de grande e médio porte extraem o máximo valor de nossas soluções devido a maior complexidade operacional e consequente maior necessidade de automatizações.

Comércio eletrônico crescente e Omnichannel

A diversificação dos canais de vendas dos produtos é um fator que torna a cadeia de suprimentos ainda mais complexa. A capacidade de abastecimento, distribuição e redistribuição do estoque para os pontos de venda mais performáticos é fator crítico para o sucesso de portais de comércio eletrônico e também para varejos físicos que atuam simultaneamente via internet.

A massificação do varejo eletrônico se torna uma grande oportunidade para ampliação de tamanho de mercado endereçável da Neogrid, bem como adiciona ainda mais potencial de cross-sell e up-sell, por indústrias, distribuidores e varejistas, uma vez que as soluções agregam a capacidade de gerenciar o processo de abastecimento neste cenário de alta complexidade, garantindo a disponibilidade dos produtos, sem excessos.

O impacto da COVID-19 no negócio da Companhia

A pandemia da COVID-19 alterou de forma significativa a cadeia de suprimentos global, com aumentos repentinos do consumo de alguns produtos e drástica redução de outros. Este cenário reforçou ainda mais a percepção de quão crítica é a utilização de tecnologias que permitam entender padrões de consumo e reagir rapidamente a às suas variações (tecnologias como a fornecida pela Neogrid).

Neste contexto as empresas estão cada vez mais buscando não só manter como também ampliar o uso de soluções de integração e automação que permitam melhorar seu sortimento de produtos, interagir mais inteligentemente com os participantes da cadeia de suprimentos e equilibrar a operação de abastecimento como um todo. A crise da pandemia da COVID-19 nos leva a crer o quanto fundamental a Neogrid é para as Indústrias e Varejos do segmento de bens de consumo.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2021, teve um aumento de 8,2%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service SaaS, 97,1% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Estratégia

A estratégia da Companhia orienta-se pelos seguintes princípios:

- Exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em marketing para aceleração de up-sell e cross-sell nos clientes atuais;
- Novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
- Ampliação da participação no mercado (Market share) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações marketing para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid;
- Consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu market share;
- Complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializem a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e
- Aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, know-how, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. Produtos e serviços comercializados

Software

A Companhia oferece ao mercado uma plataforma que possibilita a conexão de diversas empresas (indústrias, distribuidores, varejistas, etc.), negócios e sistemas (ERPs, CRMs, Apps, entre outros) dos mais variados setores (“Plataforma Neogrid”). Através da Plataforma Neogrid, os clientes da Companhia passam a fornecer e acessar informações, além de contratar as soluções disponíveis para a sua necessidade de negócio, sendo elas: (i) Integration; (ii) Demand Activation; e (iii) Replenishment. Para maiores detalhes e informações das soluções apresentadas pela Companhia, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

Esta tecnologia permite a Companhia integrar e sistematizar todo o processo de colaboração e conexão entre os milhares de parceiros de negócios presentes na malha Neogrid e, com isso, entregar decisões mais inteligentes à operação de seus clientes. O produto permite a captura de um número bastante relevante em termos de volumes de dados e informações que, por sua vez, podem ser ainda mais depurados, qualificados e explorados, de acordo com o caso e objetivo de cada cliente.

Entre as principais informações e dados presentes na Plataforma Neogrid, estão: (i) os pedidos de compras; (ii) notas fiscais; (iii) relatórios de vendas; (iv) níveis de estoques (em lojas físicas, centros de distribuições e fábricas); (v) cupons fiscais; (vi) ocorrências logísticas (transporte de mercadorias, carregamento, entrega, agendamento, etc.); (vii) ordens de pagamentos; (viii) cobranças; e (ix) entre outros.

Atualmente, dentro da Plataforma Neogrid são diariamente monitorados milhões de produtos e trafegados milhões de pedidos, notas fiscais, entre outros documentos compartilhados entre indústrias e varejistas.

Em relação a base tecnológica da Plataforma Neogrid, são construídas as aplicações e negócios que utilizam este grande volume de informações e que são as atuais soluções ofertadas aos clientes. As soluções construídas sobre a plataforma são o que de fato geram a receita desta grande rede de empresas conectadas.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela abaixo ilustra a composição da receita líquida operacional da Companhia do último exercício social encerrado em 31/12/2022, em R\$ mil.

SEGMENTO	RECEITA LÍQUIDA	% DO TOTAL
Software	265.747	100%
TOTAL	265.747	100%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A tabela abaixo ilustra a composição do lucro ou prejuízo operacional da Companhia do último exercício social encerrado em 31/12/2022, em R\$ mil.

SEGMENTO	LUCRO LÍQUIDO	% DO TOTAL
Software	14.231	100%
TOTAL	14.231	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

Devido à complexidade da cadeia de suprimentos e dos desafios enfrentados pelos clientes da Companhia diante das variações no comportamento do consumidor e multicanalidade, a Companhia entende que seu processo produtivo necessita, desde o início, ser muito alinhado aos objetivos e necessidades de seus clientes, visando gerar e entregar o máximo resultado para estes. Isso envolve um alto nível de atenção com a experiência oferecida aos clientes, agilidade e velocidade dos processos de desenvolvimento, vendas e atendimento.

Toda a estrutura de construção, sustentação e capitalização dos produtos que a Companhia provê é pensada de forma a atender as mais complexas demandas e desafios que seus clientes possuem, ao mesmo tempo entregar uma experiência positiva de resultados incrementais desde a primeira interação com a Companhia.

Tecnologia e Desenvolvimento

Apesar de ser um ciclo contínuo que se retroalimenta, consideramos a estruturação tecnológica como a primeira etapa do processo de produção, pois ela provê as capacidades que sustentarão as operações e etapas seguintes e, ao mesmo tempo, gera um ambiente onde as oportunidades de negócio possam se desenvolver. A estrutura operacional de tecnologia se divide da seguinte forma:

- Arquitetura de dados
 - Engenharia, planejamento e estruturação de dados – Garante a pavimentação para melhorar o fluxo de informação, desempenho e capacidade de armazenamento;
 - Ingestão de dados – Responsável pela leitura, transformação, tradução de dados e informações que vão compor o Datalake Neogrid;
 - Qualidade e enriquecimento de dados – Complementa informações aos dados com base em algoritmos e inteligência artificial ao mesmo tempo que identifica incorreções e outliers dentro da base;
 - Governança de dados – Administra e garante o funcionamento dos processos de qualificação e segurança que atestam a qualidade, consistência e segurança dos dados presentes na base; e
 - Ciência de dados – Gera leituras, estatísticas e insights sobre os dados estruturados e qualificados na base.
- Desenvolvimento e Arquitetura de Produtos
 - Desenvolve e mantém aplicações e APIs que acessam as informações da plataforma e geram ações que são consumidas pelos clientes e demais sistemas da companhia, bem como as interfaces de operação dos clientes da Companhia. Fornece frameworks tecnológicos para a construção dos sistemas da Companhia dentro de um padrão de qualidade, UX, UI, Design, garantindo assim a congruência e integração entre os diversos módulos, bem como a padronização da experiência dos clientes com aplicações da Companhia.
- Cloud Services
 - Fornece, planeja e administra os recursos de nuvem utilizados pelas aplicações e dados da Companhia. Garante a otimização dos recursos no sentido extrair o máximo deles com o custo adequado de cada operação. Provê a infraestrutura tecnológica para conectividade, armazenamento e segurança da informação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Produto e Inovação

Com processos focados no planejamento e no entendimento dos desafios enfrentados pelos clientes da Companhia em seus segmentos do mercado, bem como o desenho da experiência dos clientes com o uso da plataforma e dos módulos da Companhia, os times de produtos são responsáveis pela elaboração de soluções de negócio e tradução para os times de tecnologia nas visões de curto, médio e longo prazo de nossa estratégia. Para promover o aprofundamento das equipes nas realidades de cada cliente, as equipes são estruturadas de forma segmentada:

- Estratégia de Portfólio de Produtos
 - Planeja e gerencia a conexão entre os produtos da Companhia, bem como a gestão do ciclo de vidas dos produtos no mercado.
- Produtos Manufatura
 - Foco em compreender e planejar o roadmap de soluções voltadas às indústrias e manufaturas clientes e potenciais clientes da Companhia.
- Produtos Varejo e Distribuidores
 - Foco em compreender e planejar o roadmap de soluções que atendem os desafios de varejos e distribuidores.
- Inovação
 - Equipe responsável pela pesquisa e descoberta de novas linhas de negócio e novas aplicações tecnológicas nos mercados onde a Companhia atua e novos mercados. Possui um time de desenvolvimento próprio para a geração de Minimum Viable Products - MVPs (produtos minimamente viáveis) que validam hipóteses de negócios junto aos clientes e parceiros.

Customer Success

Com foco no cliente, todo o processo de atendimento da Companhia é compreendido como “Customer Success”, devido ao fato de estar presente nas diversas interações com os clientes (atendimento a dúvidas, implantação, configurações, treinamentos etc.) para melhorar o uso dos produtos e a experiência que a companhia oferece. Possui também um viés analítico uma vez que identifica nos clientes, através dos objetivos e necessidades, oportunidades de melhorias no processo como um todo. Essa visão proativa automaticamente gera novas oportunidades nos clientes tanto através do melhor uso dos produtos já contratados, como através da contratação de novos módulos (up-selling e cross-selling).

A atividade de Customer Success ocorre de forma personalizada, segmentada por mercado de atuação, porte e nível de maturidade de cada cliente garantindo mais agilidade e flexibilidade em clientes com cenários simples ao mesmo tempo que permite o aprofundamento em clientes com cenários operacionais mais complexos.

- Entrega
 - Responsável pelo onboarding do cliente na Companhia, passando pela implantação, configuração, integração com ERPs e sistemas internos até o treinamento de uso dos produtos.
- Pós Entrega
 - Consiste no atendimento aos clientes usuários dos produtos da Companhia, através de chat, telefone, e-mail e ferramentas internas de atendimento. As principais atividades desenvolvidas são atendimento a dúvidas operacionais, suporte a configurações e tratamento de problemas voltados a desempenho, segurança, integração e evoluções dos produtos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Customer Success Varejos/Distribuidores
 - Foco em analisar e apoiar o melhor aproveitamento das soluções que atendem os desafios de clientes nos setores de varejos e distribuidores.
- Customer Success Indústrias
 - Foco em analisar e apoiar o melhor aproveitamento das soluções que atendem os desafios de clientes de indústrias e manufaturas.

b. Características do processo de distribuição

A forte atuação da Companhia nos diversos setores de mercado (Indústria, Distribuidores e Varejo), em diversos segmentos, portes e países onde a Companhia atua, demanda uma estratégia de vendas estruturada e, principalmente, processos maduros que permitam o ganho de escala com excelência. Estes 3 (três) pilares combinados garantem à Companhia sucesso no processo de vendas ano após ano, sempre superando as metas definidas e resultando na abertura de novos mercados.

Além de um processo de Customer Success favorecer a geração de oportunidades da base, o processo de vendas é composto por dois pilares: (i) fluxo de marketing voltado para as vendas; e (ii) uma equipe comercial estruturada para atendimento dos diversos segmentos e perfis de clientes.

Equipe de Marketing

Oferece através de eventos, webinars, e-books, newsletters, vídeos e relacionamento com clientes por telefone, visando a geração de um fluxo contínuo de novas oportunidades nos diversos produtos oferecidos em nosso portfólio.

- Branding
 - Além da marca em si, rebranded em 2017, a Companhia gera conteúdo relevante para a imprensa escrita, rádio e TV mantendo desta forma portas abertas para fornecimento de níveis maiores de informações que se transformam em oportunidades de negócios.
- Marketing Digital
 - Geração de conteúdo para internet, webinars, e-books, newsletters, vídeos, vinculados ao fluxo de vendas Inbound e Sales Development.
- Sales Development
 - Equipe que apoia os clientes na interpretação e descobertas de novas oportunidades ao mesmo tempo endereçando os desafios às corretas soluções. Os principais materiais da equipe são campanhas de marketing digital e dados da própria plataforma da Companhia.

Equipe Comercial

A Companhia conta com um maduro processo comercial que garante o atendimento aos mais diversos segmentos de mercado e aos mais diversos portes de clientes através de operações diferentemente estruturadas para vendas complexas, vendas em escala e vendas através de parceiros e canais.

- Vendas Diretas
 - Voltados a contas de alto potencial, possui uma equipe de experientes Gerentes de Negócio que atuam em parceria com Customer Success para apoiar os clientes na otimização de seus processos e de suas cadeias de abastecimentos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Inside Sales
 - Atendendo demandas oriundas de clientes (inbound) e impulsionando campanhas de marketing (outbound), o Inside Sales é o processo de vendas em escala com alcance nacional e internacional, utilizando-se das melhores ferramentas para frequência e cadênci a na abordagem de potenciais clientes.
- Canais e Parceiros
 - Focado no desenvolvimento de parceiros de vendas que podem distribuir produtos da Companhia, desde empresas de consultoria até sistemas ERPs que podem de forma integrada incluir a tecnologia da Companhia em seus negócios.
- Arquitetura de Soluções
 - Equipe técnica que apoia vendas complexas onde se faz necessário a análise e construção de cenários para viabilizar o fechamento de negócios. O arquiteto de soluções possui uma visão global da plataforma e das soluções da Companhia de modo a visualizar a melhor adequação das mesmas nos mais diversos cenários dos clientes da Companhia.

Estratégias de atuação

O crescimento de vendas está baseado na ampliação do uso dos produtos pelos clientes atuais (*up-selling*) e na aquisição de novos clientes em segmentos ainda pouco explorados pela Companhia. O trabalho de atendimento a grandes contas, Customer Success e marketing digital são as bases para o crescimento de vendas diretas, ao passo que a construção de novas parcerias é fundamental para o crescimento das vendas indiretas.

- Clientes atuais
 - *Up-sell e Cross-sell*
 - Impulsionado pelo contínuo processo de Customer Success, atendimento comercial a contas estratégicas e marketing digital.
- Novos clientes, novos segmentos
 - As experiências de sucesso da Companhia em segmentos como: (i) bens de consumo; (ii) eletroeletrônicos; (iii) farmacêutico; (iv) etc., chamam a atenção de outros mercados com desafios similares para o abastecimento de produtos. Segmentos como: (i) agronegócio, (ii) saúde humana; (iii) saúde animal; (iv) automotivo; (v) entre outros, são possibilidades de expansão, pois não contam em seus segmentos com uma plataforma completa e soluções maduras como as fornecidas pela Companhia.

Modelos de precificação por solução

A precificação de nossas soluções é composta por um fator fixo (assinatura mensal), que é definido baseada na segmentação e porte de clientes da Companhia, e por fator variável adicional, conforme detalhado abaixo:

- Integration
 - Volume de transações – A solução Integration e seus módulos utilizam como principal driver para precificação o volume de transações, dependendo dos módulos, ora traduzido em volume de documentos, ora traduzido em volume de kilobytes (kB) trafegados nas soluções. Este modelo permite a cobrança proporcional ao espaço e ao processamento necessário para cada operação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- *Demand Activation*
 - Quantidade de conexões – A solução Demand Activation oferece principalmente uma relação entre os parceiros de negócios (tal como uma indústria e o varejista), sendo desta forma o modelo de cobrança traduzido na quantidade de empresas conectadas pelo cliente. Sendo assim, por exemplo, quanto mais redes de varejo uma indústria nos contratar para acompanhamento, maior será o preço final da receita recorrente paga por ela. A quantidade de empresas monitoradas é o fator de cobrança para esta solução.
- *Replenishment*
 - Tamanho da operação – A medição de tamanho da operação, reflete a complexidade específica do processo de abastecimento da empresa. As variáveis que formam este porte operacional (ou seja, o dimensionamento feito pela Companhia para apurar o tamanho da atividade/operação do cliente) envolvem: (i) a quantidade de lojas; (ii) quantidade de CDs abastecidos; (iii) quantidade de SKUs (produtos) envolvidos na operação; etc. Estas variáveis dimensionam a operação, ditando o nível de preço aplicado para o cliente.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Segmentos de Atuação

Por ser um ecossistema que atua em toda a cadeia de suprimentos conectando indústrias, distribuidores e varejos, a Companhia possui naturalmente soluções para estes 3 (três) diferentes setores. Ainda assim, os desafios enfrentados pelos diferentes segmentos alinham e englobam os produtos da Companhia, linguagem de atendimento e vendas às realidades dos clientes nos principais setores que atualmente atendemos:

Segmentos prioritários:

- Bens de Consumo
 - Indústrias de alimentos, bebidas, produtos de higiene e beleza, produtos de limpeza, laticínios, papéis, grãos a farináceos, bazar, etc;
 - Redes de supermercados, atacadinhos, hipermercados e-commerce.
- Eletroeletrônicos
 - Indústrias de eletrônicos, linha branca, linha marrom, linha azul, etc; Magazines, lojas de eletros e e-commerce.

Segmentos adicionais:

- Farma
 - Indústrias de higiene e beleza, cosméticos e medicamentos;
 - Redes de farmácias e e-commerce.
- Casa e Construção
 - Indústrias de materiais de construção, móveis, tecidos, eletrônicos, materiais elétricos, cerâmicas etc;
 - Home centers e e-commerce.
- Moda
 - Indústrias de calçados, fast-fashion, etc;
 - Lojas de departamentos e franquias.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Brasil

A Companhia se consolida forte no mercado brasileiro, com mais de 8.000 (oito mil) clientes, distribuídos em todas as soluções e segmentos. De fato, não encontramos atualmente no país uma companhia que ofereça um portfólio com a amplitude que a Companhia possui, sendo que entendemos ser o único player capaz de entregar resultados completos no que tange a sincronização de vendas, estoques, documentos e operações relativas a cadeia de suprimentos como um todo.

Mundo

A Companhia expandiu sua presença no mercado internacional a partir de 2008, contando com grandes projetos nos Estados Unidos e na Europa. Atualmente, as diretrizes estratégicas da Companhia priorizam comercialização de soluções para clientes nos segmentos de Bens de Consumo e Eletroeletrônicos no Brasil, contudo, a expansão internacional é uma avenida de crescimento que pode ser explorada no futuro, pois os produtos estão preparados para cenários multi-idiomas e multi-moedas, quando necessário.

ii. condições de competição nos mercados

Visão Geral Mercado de Software & Tecnologia

A indústria de software/IT começou a se desenvolver mais fortemente a partir da década de 1990 e se consolidou em diversas geografias conforme os computadores se tornaram parte fundamental da vida cotidiana de pessoas e empresas ao redor do mundo. A indústria de software é composta por peças importantes, como programadores, designers, profissionais de marketing e vendedores. Enquanto alguns programas são projetados para uso geral, outros programas são projetados de acordo com as necessidades específicas do cliente em questão.

O mercado mundial e brasileiro de software – junto com o seu macro setor (tecnologia) apresentou um ritmo acelerado de crescimento ao longo da última década, devido à conjunção de novos usuários e engajamento crescente. O setor foi um dos líderes de performance em bolsas de valores mundiais ao longo dos últimos anos e, mesmo durante o desafiador período de retomada econômica pós COVID-19, continua a performar acima de setores de forte crescimento histórico, como infraestrutura e consumo.

Dada a forte ligação entre o setor de software e demais subsegmentos de tecnologia, e por ser formado por empresas com histórico de inovações e que sempre estão no foco de criação de novas tecnologias, existe uma tendência positiva entre especialistas e investidores do setor sobre o potencial de crescimento e de fluxos futuros para as empresas setor deste segmento.

Tecnologia da Informação

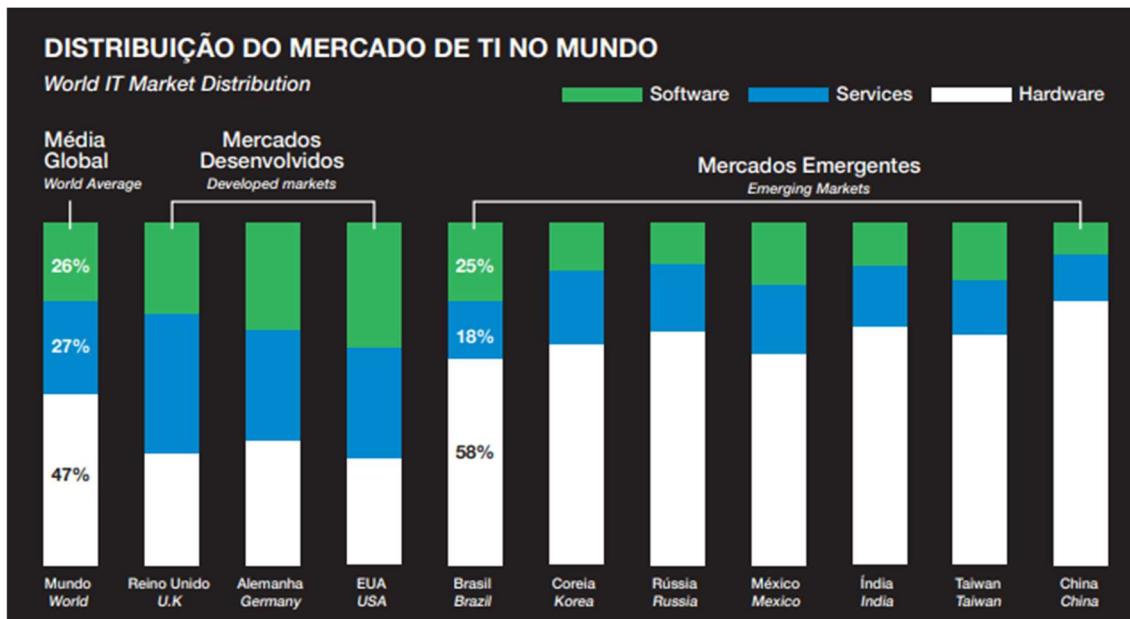
Mercados Globais

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES), a produção mundial de TI apresentou em 2021 um crescimento de 11,0%, alcançando um mercado mundial de US\$ 2.790 bilhões. Atualmente os Estados Unidos lideram esse ranking com um mercado total de US\$ 1.065 bilhões, seguido por China (US\$ 333 bilhões) e Japão (US\$ 161 bilhões).

Este mercado está globalmente distribuído entre Softwares (26%), Serviços (27%) e Hardware (47%), e a participação dos subsegmentos no mercado total de TI em cada país varia e está correlacionada com o nível de desenvolvimento e penetração de ferramental tecnológico. Países menos desenvolvidos, no geral, possuem um subsegmento de Hardware mais predominante do que os de Software e Serviços.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Esse fenômeno pode ocorrer tanto pela falta de investimentos em tecnologia - que inibe o desenvolvimento dos subsegmentos de Software e Serviços - quanto por altos níveis históricos de investimentos em manufaturas, processo que fomentou altos níveis de produção de produtos como os de Hardware, como é o caso de China, Taiwan e Índia.

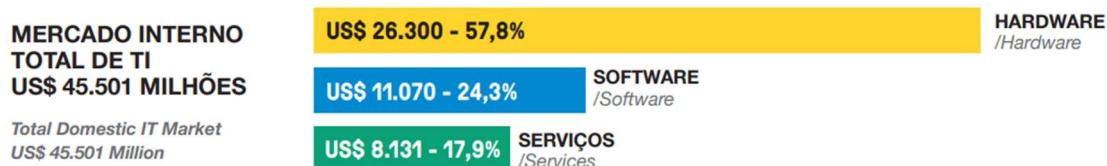


Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2022.

América Latina e Brasil

Já na América Latina, o mercado total do segmento de Tecnologia da Informação representa US\$ 115,3 bilhões, onde o Brasil é líder e compõe 40% do montante com US\$ 45,5 bilhões. Em seguida está o México, com US\$ 23 bilhões e 20% de participação do mercado total, e Colômbia com US\$ 10,2 bilhões e 9% de participação.

No Brasil, percebe-se que os segmentos de Software e Serviços representam 42,2% do mercado de TI doméstico, com produção de US\$ 11,070 bi e US\$ 8,131 bi, respectivamente.



Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2022.

Software e Serviços

Global

Segundo a ABES, o mercado mundial de Software e Serviços atingiu em 2021 o valor de US\$ 1.468 bilhões, e o Brasil ocupa a 12ª posição no ranking mundial, com um mercado interno de aproximadamente US\$ 19,2 bilhões. De forma similar ao mercado de TI, os Estados Unidos dominam o ranking com US\$ 694 de mercado total e basicamente a metade (47,2%) de participação na receita, seguido do Japão (6,3% de participação) e Reino Unido (5,9%).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

		US\$ BILHÕES	PARTICIPAÇÃO / SHARE
	1º Estados Unidos USA	694	47,2%
	2º Japão Japan	92	6,3%
	3º Reino Unido United Kingdom	87	5,9%
	4º Alemanha Germany	78	5,3%
	5º China China	62	4,2%
	6º França France	56	3,8%
	7º Canadá Canada	33	2,3%
	8º Austrália Australia	27	1,8%
	9º Holanda Netherlands	25	1,7%
	10º Itália Italy	23	1,6%
	11º Índia India	20	1,3%
	12º Brasil Brazil	19,2	1,3%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2022.

Brasil

Dentro do segmento de Tecnologia da Informação, o setor de software apresentou crescimento de 19,5% em 2021, em relação a um acréscimo de 0,9% no mercado doméstico de serviços.

O crescimento do setor de software pode ser atribuído à forma como as empresas foram obrigadas a mudar sua estrutura de trabalho, adicionalmente, para poder continuar a conduzir seus negócios, as empresas apostaram na introdução de novos produtos, no aumento da segurança em TI, no aumento da produtividade e na redução de custos.

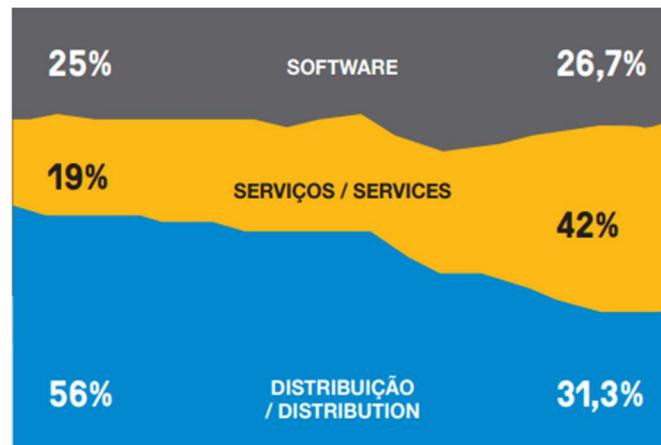
Atualmente, considerando apenas as 7.642 empresas brasileiras que são dedicadas ao Desenvolvimento e Produção de Software e que foram utilizadas como amostra para o estudo, temos a seguinte divisão por porte - Cerca de 48% das empresas de Software possuem menos que dez empregados, e outros ~47% das empresas possuem menos que 99 empregados. Nesse sentido, percebe-se a alta representatividade de Micro e Pequenas Empresas no segmento.

	QUANTIDADE / Qty	PARTICIPAÇÃO / Participation
Microempresa (< 10 empregados) <small>Micro Company (< 10 employes)</small>	3.664	48,0%
Pequena Empresa (10-99 empregados) <small>Small Company (10 – 99 employes)</small>	3.588	47,0%
Média Empresa (100-500 empregados) <small>Medium Company (100 – 500 employes)</small>	332	4,4%
Grande Empresa (>500 empregados) <small>Big Company (> 500 employes)</small>	57	0,7%
Total	7.642	100%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2022.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Quando comparamos a evolução do segmento de software entre empresas que desenvolvem e produzem, empresas que distribuem e empresas que prestam serviços, entende-se que a participação relacionada a empresas de Serviços no segmento tem aumentado continuamente, incrementando a sua participação de 19% em 2004 para 42% ao final de 2021.



Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

Cerca de 26% do mercado brasileiro de Softwares e Serviços é composto por produção local, e aproximadamente 73% é referente à softwares produzidos e desenvolvidos no exterior. Mudanças no modelo de negócios das empresas de tecnologia têm facilitado a aquisição de softwares produzidos fora do Brasil, com a adoção de modelos de assinatura e software as a service. Ainda assim, nota-se a baixa representatividade de softwares produzidos no Brasil e exportados, compondo apenas 1,6% de participação no mercado total.

Ao analisar a perspectiva de Serviços, a relação se inverte - o Mercado de Serviços Local hoje representa 81% do segmento no Brasil, enquanto serviços de desenvolvimento no exterior representam menos de 1% do total. Conclui-se que mesmo adotando de forma agressiva soluções e tecnologias estrangeiras, o mercado de softwares e serviços brasileiro ainda depende bastante da mão de obra local, muito influenciado por efeitos cambiais.

Divisão por Origem do Software/Serviço

Market by Origin

	VOLUME	PARTICIPAÇÃO / Participation	2021 / 2020
Produção Local Domestic Software Production	2.899	25,8%	48,1%
Desenvolvimento no Exterior Foreign Software Development	8.171	72,6%	9,5%
Produção Local para Exportação Domestic Production for Export	186	1,6%	10,5%
Subtotal Software Software Subtotal	11.256	100,0%	19,5%
Mercado de Serviços Local Domestic Services Market	6.979	81%	-0,05%
Produção Local sob Encomenda Domestic Taylor Made Software	1.090	12,7%	1,45%
Desenvolvimento no Exterior Foreign Service Development	62	0,7%	-5,1%
Serviços para Exportação Domestic Production for Export	489	5,6%	14,1%
Subtotal Serviços Services Subtotal	8.620	100,0%	0,9%
Total Software e Serviços Software and Services Total	19.876	-	11,5%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2022.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ainda segundo a ABES, ao observar a participação dos segmentos no mercado de softwares e serviços brasileiros, percebemos a alta representatividade dos segmentos de Finanças (26%), Serviços e Telecom (26%) e da Indústria (20%). Somadas, estas três categorias representam quase 2/3 do mercado total de Softwares e Serviços.

SEGMENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS MERCADOS USUÁRIOS DE SOFTWARE E SERVIÇOS

*Main Software and Service
Domestic User Segmentation*

	Mercado - US\$ Milhões Market - US\$ Million	Participação Participation	2021/2020
Finanças Finances	5.004	26,1%	10,4%
Serviços e Telecom Services and Telecom	4.944	25,7%	9,7%
Indústria Industry	3.794	19,7%	12,8%
Comércio Retail	1.855	9,6 %	- 2,6%
Governo Public Sector	1.163	6,0%	6,44%
Óleo e Gás Oil and Gas	717	3,7%	11,4%
Agroindústria Agricultural Industry	358	1,8%	11,5%
Outros Other	1.365	7,2%	15,4%
Total	19.201	100%	+ 11,5%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2022.

Tendências e Previsões do Mercado Global e Latino-americano

Além do aumento da penetração de uso e comercialização em plataformas online, observa-se uma tendência de mudança comportamental que tem dificultado os processos de abastecimento e logística de varejistas: consumo de alimentos orgânicos e com menor industrialização junto ao fortalecimento de indústrias de nicho estão mudando a cesta de compras dos consumidores e afetando a cadeia de abastecimento como um todo. Os principais efeitos são o desequilíbrio em estoques (excesso de alguns produtos e faltas de outros) e a necessidade de direcionamento de outros esforços, como marketing, para atender essas necessidades específicas. Um exemplo muito claro é o fato de que muitos supermercados já estão dedicando seções inteiras para alimentação saudável, dado o crescimento da demanda.

Eventos sociais e naturais também afetam diretamente o abastecimento e plano de logística das companhias. Eventos inesperados como a crise advinda da pandemia do COVID-19, crise dos caminhoneiros, greve dos transportes e mudanças climáticas vem gerando constantes mudanças nos preços e nas ofertas de itens, exigindo cada vez mais planos logísticos rápidos e eficazes, a fim de contornar e mitigar os custos condicionados a esses acontecimentos.

Todas as transformações observadas e mencionadas acima, têm gerado um aumento relevante de demanda por parte das empresas dos mais diversos portes por serviços avançados e integrados de supply chain, os quais permitem minimizar custos e tempo de resposta para atender ao mercado que evolui por meio dessas tendências e acontecimentos.

O processo de atualização tecnológica se torna cada mais vez essencial às empresas que buscam se adaptar para sustentar seus negócios, e tem se mostrado necessário nos mais diversos segmentos. Alguns exemplos mais recentes são as revoluções na modelagem de pontos de venda com a omnicanalidade e do sistema bancário com a implementação de novas soluções como PIX, com a consolidação de bancos digitais e fintechs e o surgimento de novas APIs que buscam complementar os serviços oferecidos ao cliente final.

Em outros setores, como a agroindústria e saúde, observa-se um aumento na demanda por novas técnicas e tecnologias. Todos os setores vêm sendo atingidos pela evolução e reinvenção de práticas advindas de novas tecnologias impactando profundamente a maneira como as demandas dos consumidores e as cadeias de suprimentos são gerenciadas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Outros fatores relevantes à cadeia de suprimentos

Além do aumento da penetração de uso e comercialização em plataformas online e as dinâmicas de omnichannel, observa-se uma tendência de mudança comportamental que tem dificultado os processos de abastecimento e logística de varejistas: consumo de alimentos orgânicos e com menor industrialização junto ao fortalecimento de indústrias de nicho estão mudando a cesta de compras dos consumidores e afetando a cadeia de abastecimento como um todo. Os principais efeitos são o desequilíbrio em estoques (excesso de alguns produtos e faltas de outros) e a necessidade de direcionamento de outros esforços, como marketing, para atender essas necessidades específicas. Um exemplo muito claro é o fato de que muitos supermercados já estão dedicando seções inteiras para alimentação saudável, dado o crescimento da demanda.

d. Eventual sazonalidade

Não há significativa sazonalidade no negócio.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há eventual dependência de poucos fornecedores por parte da Companhia, dada pela interoperabilidade dos frameworks e tecnologias utilizadas. Os serviços de “nuvem” são fornecidos pela Microsoft, principal parceiro tecnológico da Companhia.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não há volatilidade significativa de preços nos negócios da Companhia.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

- a. **montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, que a Companhia não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

- b. **segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia não dependem de autorizações, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, as atividades da Companhia estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis e existe obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal.

As atividades exercidas pela Companhia em seus estabelecimentos dependem de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) alvará de licença de uso e funcionamento emitido pelas Prefeituras Municipais da localidade de cada escritório (ALUF); e (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado em que se localiza cada escritório (AVBC). A Companhia possui todas as licenças, alvarás e autorizações relevantes que entende como necessárias para operar e envia melhores esforços para a renovação das licenças, alvarás e autorizações existentes em prazos adequados.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças, alvarás e autorizações e/ou a incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações, apreensão de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações federais, estaduais e municipais.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados pessoais no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais setoriais, dentre as quais as citadas abaixo:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade e à vida privada;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que estabeleceu critérios para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, prevendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa e estabeleceu critérios mínimos de segurança da informação.

No entanto, a partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – “LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. A LGPD, por exemplo, estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, em ambientes digitais ou físicos, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processos administrativos; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

Ademais, relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor está prevista para ocorrer no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de 1º agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, em 1º de agosto de 2021, a Companhia estará sujeita, de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades: advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia uma certa quantidade de dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios, no entanto o maior volume de dados tratados pela Companhia referem-se a dados comerciais. Tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

Atualmente, a Companhia está analisando o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica e da efetiva implementação da ANPD. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

No que diz respeito aos aspectos ambientais, a operação da Companhia não cria impactos relevantes em razão do seu segmento de atuação. Como não há operação industrial, não há atividades poluidoras, e a geração de resíduo é mínima. Por exemplo a Companhia assina praticamente todos os contratos de forma digital, sem a necessidade de impressão de documentos. No âmbito social, políticas garantem o respeito aos direitos humanos, a promoção da diversidade e inclusão, o combate ao trabalho infantil e o trabalho forçado, além de proporcionar um ambiente de trabalho saudável e livre de discriminação.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Neogrid Informática S.A. (antiga denominação social de Neogrid Informática Ltda.) é titular de 10 registros de marcas consideradas relevantes concedidos no Brasil pelo INPI, destacando-se a marca “Neogrid”, registrada nas classes relativas a atividades relacionadas à tecnologia (incluindo as classes 09, 35 e 42). Além disso, a marca “Neogrid” está registrada em 15 outros países.

Nomes de domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos nomes dos domínios, registrados no Brasil e no exterior, em nome da Neogrid Informática Ltda., dentre os quais destacam-se os seguintes: <neogrid.com>, e <neogrid.com.br>.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Softwares

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. No Brasil, programas de computador (“softwares”) são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do decreto nº 75.699/75, e a lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com lei nº 9.609/98 (“Lei de Software”), de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro. No entanto, o registro de software, concedido pelo INPI, é a forma mais segura de garantir a propriedade do software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos programas de computador desenvolvidos internamente ou terceiros, todos devidamente regularizados, nos termos da legislação vigente aplicável.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

Não aplicável, haja vista que a Companhia não realizou contribuições financeira efetuadas diretamente ou por meio de terceiros até o último exercício social encerrado em 31/12/2022.

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, haja vista que a Companhia não realizou contribuições financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos até o último exercício social encerrado em 31/12/2022.

ii. em favor de partidos políticos

Não aplicável, haja vista que a Companhia não realizou contribuições financeira em favor de partidos políticos até o último exercício social encerrado em 31/12/2022.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, haja vista que a Companhia não realizou contribuições financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos até o último exercício social encerrado em 31/12/2022.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

País Sede do Emissor	31/12/2022	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	222.215	83,6%
Total	222.215	83,6%

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Países Estrangeiros	31/12/2022	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Estados Unidos	22.292	8,4%
Holanda	21.240	8,0%
Total	43.532	16,4%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia não está sujeita a efeitos relevantes da regulação de países estrangeiros em suas atividades, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 foi de 16,4% do total de suas receitas em tais períodos, sendo que tais percentuais ainda são pulverizados em diferentes países.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Itens (a) à (h)

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

Item (I), de i. a vi.

A Companhia está se preparando para passar a divulgar informações ASG em relatório anual no futuro, e atualmente observa os impactos de suas atividades e determina diretrizes internas para endereçar os principais pontos, conforme os aspectos a seguir:

- **AMBIENTAIS**

No que diz respeito aos aspectos ambientais e climáticos, a operação da Companhia não cria impactos relevantes uma vez que sua operação está diretamente voltada para o segmento de tecnologia da informação. Como não há operação industrial, não há atividades poluidoras e a geração de resíduo é mínima. A Neogrid conduzirá seus negócios de maneira a respeitar o meio ambiente e está comprometida com a melhoria contínua, cumprindo todas as leis e regulamentos de segurança, saúde e meio ambiente aplicáveis. Esse compromisso se estende às iniciativas tomadas para reduzir e eliminar os riscos de prevenção contra desperdício de recursos.

A Companhia adotou o modelo de teletrabalho em 2021, permitindo aos seus colaboradores a flexibilidade de trabalhar de suas residências, *home office*. Com a adoção desse novo regime e a consequente redução da presença de colaboradores nas unidades da Companhia, houve a redução proporcional no consumo de água e a otimização na gestão dos resíduos gerados nas operações, provenientes das atividades administrativas dos escritórios, bem como no consumo de energia.

Adicionalmente, os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia são fornecidos e mantidos por terceiros, a exemplo do banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (cloud services), o que também contribuiu para redução no consumo de energia.

Além disso, a transformação digital, acelerada durante a Pandemia de COVID-19, fez com que praticamente não ocorra mais impressão em papel, reduzindo a quantidade de resíduos dessa natureza, tendo em vista que a Companhia assina praticamente todos os documentos de forma digital e mantendo o armazenamento de tais arquivos em nuvem.

Por fim, a companhia monitora os riscos que estejam relacionados ao clima e ao meio ambiente afim de prevenir quaisquer impactos e danos negativos.

- **SOCIAIS**

No âmbito social, políticas garantem o respeito aos direitos humanos, a promoção da diversidade e inclusão, o combate ao trabalho infantil e o trabalho forçado, além de proporcionar um ambiente de trabalho saudável e livre de discriminação.

A Companhia dispõe de uma área focada em Diversidade e Inclusão (“D&I”) que tem como compromisso (a) comprometer a alta liderança com o respeito e a promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência; (b) Desenvolver políticas e procedimentos com vistas às ações afirmativas em todos os âmbitos da organização; (c) promover cultura e ambiente inclusivos e acessíveis a todas as pessoas com deficiência; (e) Comunicar e educar para o respeito dos direitos e deveres das pessoas com deficiência; e (f) incluir a questão da deficiência na estratégia da empresa, bem como no planejamento de produtos, serviços e atendimento a clientes. As principais frentes de atuação de D&I estão voltadas para a diversidade de gênero, racial, étnica, sexual e de deficiências.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Além disso, a Neogrid criou o Clan de Diversidade e Inclusão, que se resume em encontros periódicos, disponível para qualquer colaborador da Companhia, e que promove uma rede interna colaborativa e informal, que serve de escuta com empatia, acolhimento e pertencimento. O intuito do Clan de D&I é para abordar assuntos importantes e que estão envolvidos com as principais frentes de atuação, mencionadas anteriormente, trazendo aprendizado em conjunto, possibilitando a evolução da mentalidade e desconstruindo pensamentos, preconceitos ou julgamentos, dando espaço para ampliação da consciência e aprendizado individual e coletivo. Por conta desse movimento a Neogrid entrou para o Ranking das 20 empresas mais Ágeis do Brasil! A Premiação Agilidade Brasil é o principal reconhecimento às empresas que praticam agilidade e têm obtido resultados consistentes, contribuindo para o desenvolvimento do mercado brasileiro. A conquista veio por mérito da abordagem do tema **“Diversidade & Inclusão: uma abordagem de UX – Escuta ativa e poder de fala”**.

A Neogrid também está ativa em projetos que promovem o desenvolvimento de pessoas e o impacto social que contribui com ações perante a sociedade:

Programa Think Tank: Desde 2020 a Neogrid está inclusa neste programa em parceria com o Projeto Resgate, com o objetivo de formar líderes transformacionais e buscar soluções para problemas relevantes da sociedade, através do incentivo a prática da autorresponsabilidade para fazer a diferença na sociedade. Cada jornada do Think Tank Criando o Futuro acontece sob o signo de uma causa engajadora, que na edição de 2022 foi **“Uma iniciativa de Responsabilidade Social”**, com quatro eixos orientadores: despertar, conscientizar, capacitar e apoiar. O programa gera valor compartilhado para a comunidade e dialoga com os esforços da Neogrid para engajar suas equipes na concretização do ambicioso propósito de “Criar um mundo onde as empresas funcionam no ritmo dos consumidores”. Participantes de empresas, estudantes bolsistas do projeto resgate e estudantes de universidades, ganham conhecimento, mentoria e desenvolvem soft skills, habilidades para resolver problemas complexos, de comunicação, de inovação, ampliam network, reforçam a conexão com seu propósito e enriquecem sua contribuição social, com apoio de métodos e conceitos reconhecidos, como o Design Thinking e Teoria U. Em 2022, a Neogrid participou com profissionais que atuaram na mentoria dos projetos e com um investimento financeiro, que ajuda a financiar o programa nesta edição. Essa parceria reforça os valores de Excelência, Responsabilidade, Inovação e Simplicidade tanto para a comunidade quanto para a própria Companhia.

Apoio ao Instituto Miguel Abuhab – IMA: A Neogrid apoia TOC for Education – TOCfE com doações e alguns profissionais para atuar como voluntários no projeto. O objetivo é ajudar no desenvolvimento das crianças, tornando-as mais reflexivas, independentes e capazes de lidar com conflitos.

Amigos do Bem: Em novembro de 2022, a Neogrid recebeu uma homenagem da Instituição Amigos do Bem pela parceria firmada em setembro de 2019. A Instituição conta com a assistência de voluntários que cuidam e atendem os problemas das comunidades mais necessitadas do Sertão Nordestino. Na região foi construída uma fábrica de castanhas e os próprios moradores trabalham em prol de benefícios oferecidos pela Instituição. O Amigos do Bem é baseado no princípio de ajuda mútua onde são criadas oficinas e os voluntários se envolvem na comunidade afim de entender a real necessidade dela para ajudar a estruturar e dar melhores condições de vida aos integrantes que nela habitam. Com isso, constroem escolas, casas, poços artesianos, centros de artesanato e pequenas fábricas para que essa população tenha sua ocupação. A Instituição não aceita qualquer envolvimento de governo. (Maiores detalhes acessem: <https://www.amigasdobem.org/>). A Neogrid faz parte dessa parceria, beneficiando alguns clientes com a entrega de uma solução, sem qualquer custo para eles, que os ajudam a evitar ruptura de estoque e aumentar as vendas em suas operações. Em contrapartida esses clientes compram

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

produtos dessa fábrica de castanhas para poder ajudar a Instituição na construção de uma comunidade melhor.

Por fim, a companhia monitora os riscos que estejam relacionados ao aspecto social afim de prevenir quaisquer impactos e danos negativos.

- **Governança**

- Código de conduta e compromisso ético

Em governança, o destaque está no nosso compromisso ético. No Código de Conduta e Ética são elencadas as diretrizes para o posicionamento da empresa perante os públicos envolvidos no negócio, é um guia de conduta para a Neogrid. Todos os colaboradores da companhia receberam o treinamento do código e o conteúdo está inserido no *onboarding* de novos colaboradores.

- Canal de Denúncias

A Companhia possui canal de denúncias, com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, de forma identificada ou anônima, observando o absoluto sigilo. As denúncias recebidas são apuradas detalhadamente e, se necessário, podem levar à imposição de medidas disciplinares internas aplicáveis, como (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e (iv) demissão por justa causa. As penalidades serão aplicadas após avaliação e recomendação da Comissão de Ética de acordo com a gravidade da transgressão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei. Maiores detalhes, vide item 5.3 (b) deste Formulário de Referência.

- Novo mercado (conselhos e comitês):

A Companhia é registrada Novo Mercado, segmento da B3 com os maiores níveis de exigência em matéria de governança corporativa, com presença de membros independentes no conselho de administração superior à 20%, entre outras exigências. Adicionalmente, a estrutura de governança da Companhia conta com auditoria independente, auditoria interna, comitê de auditoria, conselho fiscal e comitês de gestão.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

- ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

- iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia não realizou, no último exercício social, aquisição ou alienação de ativos relevantes que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, além daquelas descritas no item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Incorporação da Smarket

Em 01 de janeiro de 2022 foi formalizado o processo de incorporação da controlada indireta da Companhia, Smarket Solutions, pela controlada direta Neogrid Informática, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2021. Não houve emissão de novas quotas, tendo em vista que a totalidade das quotas representativas do capital social da Smarket já era detida pela Neogrid Informática antes desta data. Com a incorporação, a Neogrid Informática assumiu todos os direitos e obrigações da Smarket, com a consequente extinção desta.

Incorporação da Lett

Em 01 de abril de 2022 foi formalizado o processo de incorporação da controlada indireta da Companhia, Lett, pela controlada direta Neogrid Informática, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2022. Não houve emissão de novas quotas, tendo em vista que a totalidade das quotas representativas do capital social da Lett já era detida pela Neogrid Informática antes desta data. Com a incorporação, a Neogrid Informática assumiu todos os direitos e obrigações da Lett, com a consequente extinção desta.

Incorporação da Arker

Em 01 de maio de 2022 foi formalizado o processo de incorporação da controlada indireta da Companhia, Arker, pela controlada direta Neogrid Informática, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2022. Não houve emissão de novas quotas, tendo em vista que a totalidade das quotas representativas do capital social da Arker já era detida pela Neogrid Informática antes desta data. Com a incorporação, a Neogrid Informática assumiu todos os direitos e obrigações da Arker, com a consequente extinção desta.

Alterações contratuais com a Horus

Em 21 de junho de 2022, foram revistas as condições contratuais estabelecidas com a Horus, resultando nas seguintes alterações:

- (i) Foram atreladas à contraprestação contingente metas de Earn Out de Mútuo e de MRR. A Administração considera que a estimativa dos respectivos Earn Outs é de R\$ 1.875;
- (ii) Cancelamento da opção de compra com vencimento em 18 meses, sendo substituída por conversão de ações via Contrato de Mútuo firmado entre as partes. Sendo assim, o preço de aquisição dessa opção passa a ser atrelado ao valor de Mútuo;
- (iii) Postergação da opção de compra com vencimento em 30 meses, para 42 meses.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não há quaisquer celebrações, extinções ou modificações de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social. Para informações sobre recentes alterações na estrutura societária da Companhia, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não foram celebrados, no últimos exercício social, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram descritas nos itens 1.1 a 1.15 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* ou “IFRS”), aplicáveis à empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Certas tabelas do item 2 deste Formulário contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (www.ri.neogrid.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

Endividamento

O endividamento líquido da Companhia é calculado com base nas demonstrações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	31/12/2022
Endividamento Bruto	57.318
Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras	239.332
Endividamento Líquido	(182.014)

A variação da dívida líquida da Companhia entre os exercícios analisados decorre principalmente da amortização da dívida.

Disponibilidade de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou com caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 239,3 milhões, em comparação a R\$ 310,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. A redução de caixa se deu pela amortização da dívida, (R\$ 35.171) e devido aos pagamentos relacionados às aquisições (R\$ 35.124).

Indicadores Financeiros

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A liquidez corrente é calculada através da razão entre ativo circulante e passivo circulante. A variação deste índice quando comparado entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, deve-se a amortização da dívida, aos pagamentos das parcelas das aquisições e ao saldo do Contas a Pagar destas mesmas aquisições.

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Ativo Circulante	320.609	376.389
Passivo Circulante	121.568	127.873
Liquidez Corrente	2,64	2,94

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 457,4 milhões, comparado a R\$ 467,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. A oscilação se deu principalmente pelo recompra de ações em 2022 e pelo resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 64,61% de capital próprio (patrimônio líquido) e 35,39% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2021 era composta por 60,78% de capital próprio e 39,22% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimentos (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de			
	2022	AV%	2021	AV%
Patrimônio Líquido	457.436	64,61%	467.868	60,78%
Passivo Total	250.608	35,39%	301.899	39,22%
Total	708.044	100,0%	769.767	100,0%

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômico-financeira é consequência de do valor que sua tecnologia entrega para o cliente, da base robusta e resiliente de clientes e da forte geração de caixa operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez corrente foi de 2,64 e o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -7,15 consequência ainda dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de liquidez corrente foi de 2,94 e o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -5,17 consequência ainda dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e anterior, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo, o Banco do Brasil.

No exercício social corrente as operações da Companhia geraram uma aplicação de caixa líquido de R\$ 10,7 milhões, ante uma geração de R\$ 33,5 milhões em 2021, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma aplicação de caixa líquido de R\$ 58,4 milhões, ante uma aplicação de R\$ 45,2 milhões em 2021.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide alínea "f" abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são empréstimos do tipo capital de giro para coberturas de curto prazo e em casos específicos fontes de financiamentos de ativos não circulantes, debentures podem ser avaliadas como uma opção alternativa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 57,3 milhões, ante R\$ 83,5 milhões em 2021. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou (R\$ 182,0) milhões em 31 de dezembro de 2022, ante (R\$ 227,4) milhões em 2021.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade	Moeda	Encargos em 2022	Ano de vencimento	Consolidado	
				2022	2021
Capital de giro (nacional)	Real	CDI + 2,75% a.a.	2024	44.603	68.694
Capital de giro (nacional)	Real	3,75% a.a.	2023	44	114
BNDES	Real	3,72% a.a.	2023	12	35
BDMG	Real	6,3% a.a.	2024	427	709
FINEP	Real	TJLP+4,5% a.a.	2029	12.232	13.916
Pronampe	Real	SELIC + 1,27% a.a	2023	-	48
Dívida Bruta				57.318	83.516
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras				239.332	310.952
Dívida Líquida				(182.014)	(227.436)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110,0 milhões Código ISIN: BRNGRDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

As Debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total (“Data de Vencimento”). Serão remuneradas com CDI + 2,75% a.m.

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e anterior a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo garantias reais (cartas fiança) e garantias quirografárias (garantias de imóveis).

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia, vide nota 20 das Demonstrações Financeiras 2022 publicadas.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 110,0 milhões Código ISIN: BRNGRDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação “Dívida Financeira Líquida (*) / EBITDA” menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

(*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Em 2022 o resultado alcançado foi de -7,15 ante -5,17 em 2021.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e anterior, quaisquer empréstimos e financiamentos para projetos de longo prazo (*project finance*) com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

	2022	AV %	2021	AV %	AH %
Receita líquida de vendas	265.747	100,0%	245.604	100,0%	8,2%
Custo dos serviços prestados	(95.987)	-36,1%	(82.199)	-33,5%	16,8%
Resultado bruto	169.760	63,9%	163.405	66,5%	3,9%
 Receitas (despesas) operacionais	 (170.411)	 -64,1%	 (136.372)	 -55,5%	 25,0%
Despesas com vendas	(42.990)	-16,2%	(32.451)	-13,2%	32,5%
Despesas gerais e administrativas	(71.839)	-27,0%	(56.499)	-23,0%	27,2%
Pesquisa e desenvolvimento	(51.695)	-19,5%	(44.148)	-18,0%	17,1%
Opções e ações restritas outorgadas reconhecidas	(1.328)	-0,5%	(391)	-0,2%	239,6%
Outros ganhos/(perdas) líquidos	(2.559)	-1,0%	(2.883)	-1,2%	-11,2%
 Resultado antes das receitas e despesas financeiras	 (651)	 -0,2%	 27.033	 11,0%	 -102,4%
 Receitas financeiras	 29.507	 11,1%	 13.942	 5,7%	 111,6%
Despesas financeiras	(24.173)	-9,1%	(15.007)	-6,1%	61,1%
Variação cambial líquida	836	-0,3%	(925)	-0,4%	-190,4%
 Receitas (despesas) financeiras, líquidas	 6.170	 2,3%	 (1.990)	 -0,8%	 -423,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado de equivalência patrimonial	(3.431)	-1,3%	(1.575)	-0,6%	117,8%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.088	0,8%	23.468	9,6%	-91,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.261)	-1,6%	(5.074)	-2,1%	-16,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>15.288</u>	<u>5,8%</u>	<u>(3.814)</u>	<u>-1,6%</u>	<u>-500,8%</u>
Lucro líquido do exercício	<u>13.115</u>	<u>4,9%</u>	<u>14.580</u>	<u>5,9%</u>	<u>-10,0%</u>
Lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	14.231	5,4%	14.610	5,9%	-2,6%
Participação dos acionistas não controladores	(1.116)	-0,4%	(30)	-0,0%	3.620,0%
Lucro líquido do exercício	13.115	4,9%	14.580	5,9%	-10,0%
Outros resultados abrangentes	(2.034)	-0,8%	1.835	0,7%	-210,8%
Resultado abrangente do exercício	<u>11.081</u>	<u>4,2%</u>	<u>16.415</u>	<u>6,7%</u>	<u>-32,5%</u>

Receita Operacional Líquida

Em 2022 a receita totalizou R\$ 265,7 milhões, representando 8,2% de crescimento em relação a 2021, contando com 97,0% de recorrência dos contratos SaaS. Os crescimentos de receita seguiram a dinâmica da Companhia, que mantém um elevado tempo médio de contratos ativos junto aos clientes, e explora oportunidades de expansão tanto com aquisição de novos clientes, como em operações de cross e up-sell entre a malha de empresas conectadas.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos em 2022 totalizaram R\$ 96,0 milhões ante R\$ 82,2 milhões em 2021, um aumento de 16,8%. A elevação dos custos no período é resultado da consolidação das empresas adquiridas durante o ano de 2021, bem como inflação do período, tanto para os contratos com terceiros quanto no reajuste salarial dos colaboradores.

Resultado Bruto

Devido às variações mencionadas, tivemos um aumento de 3,9% no resultado em 2022 se comparado a 2021, representando um aumento de R\$ 6,4 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais

No período findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 25,0%, passando de R\$ 136,4 milhões em 2021 para R\$ 170,4 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 34,0 milhões. Este aumento se deve a diversos fatores, dentre os principais, a amortização das mais-valias dos ativos adquiridos; investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento, além da consolidação das empresas adquiridas.

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram em R\$ 10,6 milhões ou 32,5%, alcançando R\$ 43,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 32,4 milhões no mesmo período de 2021. O aumento deu-se principalmente pela consolidação das empresas adquiridas durante o ano de 2021, além de ações comerciais mais agressivas em 2022.

Despesas administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas administrativas da Companhia aumentaram em R\$ 15,3 milhões ou 27,2%, alcançando R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 56,5 milhões no mesmo período de 2021. Esse aumento teve como fatores a amortização das mais-valias dos ativos adquiridos, inflação do período e a consolidação das empresas adquiridas.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R\$ 7,6 milhões ou 17,1%, alcançando R\$ 51,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 44,1 milhões no mesmo período de 2021. O aumento deu-se principalmente pela consolidação das empresas adquiridas durante o ano de 2021, bem como inflação do período, além de aceleração de investimento com o objetivo de melhorar a arquitetura e requisitos de produto sob a ótica tecnológica, a fim de otimizar ganhos com eficiência operacional.

Opções e ações restritas outorgadas reconhecidas

As despesas com planos de outorga de ações aumentaram em R\$ 0,9 milhões ou 239,6%, alcançando R\$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 0,4 milhões no mesmo período de 2021. O aumento deu-se principalmente pelo novo plano de outorga de ações restritas, estabelecido em 2022.

Outras receitas (despesas) líquidas

Nesta rubrica basicamente estão registradas as provisões para contingências, receitas extraordinárias e aquelas despesas não usuais. As outras despesas líquidas da Companhia em 2022 totalizaram R\$ 2,6 milhões ante R\$ 2,9 mil de 2021. A diminuição está relacionada aos gastos com M&A, que foram menores em 2022, em contrapartida tivemos em 2022 gastos de reestruturação, isso porque promovemos ajustes relevantes em nosso investimento em pessoal nesse último trimestre, reforçando um ambiente de alta performance em meritocracia.

Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia diminuiu 102,4%, passando de R\$ 27,0 milhões no exercício de 2021 para um resultado negativo de R\$ 0,7 milhões no mesmo período de 2022, representando uma diminuição de R\$ 27,7 milhões. Esta diminuição ocorreu devido às variações mencionadas acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia aumentou em R\$ 8,1 milhões, saindo de um resultado líquido negativo de R\$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 6,2 milhões no mesmo período de 2022. O aumento é decorrente principalmente da receita financeira dos recursos captados no processo do IPO e que estão aplicados.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 20 de julho de 2021, a controlada Neogrid Informática adquiriu participação de 24,14% na GRG Inovações e Tecnologia S.A. (“Horus”), provocando a referida oscilação neste resultado.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Devido às variações mencionadas acima, no exercício de 2022, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu R\$ 21,4 milhões, passando de um resultado de R\$ 23,5 milhões em 2021 para R\$ 2,1 milhões positivo no mesmo período de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu em R\$ 19,9 milhões, alcançando R\$ 11,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ -8,9 milhões no mesmo período de 2021. A redução é devido ao reconhecimento de IR/CS diferidos sobre o prejuízo da controlada no exterior Neogrid North América, além do aumento do prejuízo fiscal pela amortização dos ágios adquiridos. Em 2022 incorporamos as empresas Smarket, Arker e Lett.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia em 2022 diminuiu R\$ 1,5 milhões, passando de R\$ 14,6 milhões em 2021 para um lucro líquido de R\$ 13,1 milhões no mesmo período de 2022. A Companhia estima que os impactos no seu resultado líquido causado em 2022 pelo efeito de suas aquisições serão revertidos nos próximos anos através da maximização das receitas dessas operações, bem como o equilíbrio de suas despesas.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares)	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Circulante	320.609	45,3%	376.389	48,9%	-14,8%
Caixa e equivalente de caixa	69.759	9,9%	96.456	12,5%	-27,7%
Aplicações financeiras de curto prazo	169.573	23,9%	214.496	27,9%	-20,9%
Contas a receber de clientes	61.969	8,8%	54.948	7,1%	12,8%
Impostos a recuperar	12.110	1,7%	3.901	0,5%	210,4%
Adiantamentos	1.066	0,2%	736	0,1%	44,8%
Despesas antecipadas	6.131	0,9%	5.320	0,7%	15,2%
Outros créditos	1	0,0%	532	0,1%	-99,8%
Não Circulante	387.435	54,7%	393.378	51,1%	-1,5%
Realizável a longo prazo	19.538	2,8%	355	0,0%	5403,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.577	1,6%	-	0,0%	100,0%
Despesas antecipadas	376	0,1%	259	0,0%	45,2%
Outros créditos	109	0,0%	96	0,0%	13,5%
Partes Relacionadas	7.476	1,1%	-	0,0%	100,0%
Investimentos	8.060	1,1%	7.034	0,9%	14,6%
Ativos de direito de uso de arrendamento	10.052	1,4%	8.417	1,1%	19,4%
Imobilizado	4.360	0,6%	4.081	0,5%	6,8%
Intangível	345.425	48,8%	373.491	48,5%	-7,5%
Total do ativo	708.044	100,0%	769.767	100,0%	-9,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	121.568	17,2%	127.873	16,6%	-4,9%
Fornecedores e outras contas a pagar	22.810	3,2%	21.199	2,8%	7,6%
Empréstimos e financiamentos	26.717	3,8%	26.487	3,4%	0,9%
Obrigações sociais e trabalhistas	22.621	3,2%	16.257	2,1%	39,1%
Impostos e contribuições a recolher	5.554	0,8%	9.519	1,2%	-41,7%
Obrigações por aquisição de investimentos	33.728	4,8%	41.343	5,4%	-18,4%
Passivo de arrendamento	5.343	0,8%	3.067	0,4%	74,2%
Receitas diferidas	4.795	0,7%	10.001	1,3%	-52,1%
Passivo Não Circulante	129.040	18,2%	174.026	22,6%	-25,9%
Empréstimos e financiamentos	30.601	4,3%	57.029	7,4%	-46,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.135	8,4%	66.419	8,6%	-11,0%
Obrigações por aquisição de investimentos	32.364	4,6%	46.330	6,0%	-30,1%
Provisão para contingências	329	0,0%	470	0,1%	-30,0%
Outras contas a pagar	-	0,0%	204	0,0%	-100,0%
Provisão para perdas em investimentos	2.582	0,4%	-	0,0%	100,0%
Passivo de arrendamento	4.029	0,6%	3.574	0,5%	12,7%
Patrimônio Líquido	457.436	64,6%	467.868	60,8%	-2,2%
Capital social	469.908	66,4%	469.908	61,0%	0,0%
Gastos com emissões de Ações	(29.800)	-4,2%	(29.800)	-3,9%	0,0%
Ágio em transações de capital	(16.016)	-2,3%	(16.016)	-2,1%	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	3.337	0,5%	5.371	0,7%	-37,9%
Opções Outorgadas	5.657	0,8%	5.550	0,7%	1,9%
Reservas de lucros	46.139	6,5%	34.441	4,5%	34,0%
Ações em Tesouraria	(21.269)	-3,0%	(1.571)	-0,2%	1253,9%
Participação de não controladores	(520)	-0,1%	(15)	0,0%	3366,7%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	708.044	100,0%	769.767	100,0%	-8,0%

De acordo com o item 10.2.2.a do Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP, a partir de 2023 não são necessários comentários sobre as contas do Balanço Patrimonial, sendo comentadas apenas alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(em R\$ milhares)	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	-10.670	40,0%	33.469	-186,3%	-131,9%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	42.381	-158,7%	-6.176	34,4%	-786,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	-58.408	218,8%	-45.254	252,0%	29,1%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	-26.697	100,0%	-17.961	100,0%	48,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.456		114.417		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	69.759		96.456		

No exercício de 2022, a geração de caixa total da Companhia resultou em uma diminuição de R\$ 27,0 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto no mesmo período de 2021 resultou em uma redução de caixa do exercício de R\$ 18,0 milhões.

Esta redução se deu principalmente pelas aquisições efetuadas em 2021 somado a amortização da dívida.

Atividades operacionais

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$ 44,2 milhões ou 131,9% no exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de R\$ 33,5 milhões para R\$ -10,7 milhões.

Este desempenho é reflexo das variações normais do capital de giro da Companhia, das amortizações de intangíveis e também da consolidação das empresas adquiridas, que são empresas com perfil scale up e que nesse momento apresentam crescimento acelerado, em detrimento de rentabilidade e geração de caixa.

Atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$ 48,6 milhões no exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021 quando o consumo foi de R\$ -6,2 milhões. A disparidade aqui na comparação com 2022 é porque naquele ano ocorreram as aquisições de empresas.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$ 13,1 milhões no exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021. A variação está principalmente relacionada à compra de ações em tesouraria, devido ao Programa de Recompra.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta por receita derivada do pagamento de assinatura mensal da plataforma Neogrid no modelo *SaaS – Software as a Service*. Dessa forma, as variações na receita estão relacionadas à variação no valor da mensalidade do uso do software, caso ocorra, e à variação dos documentos trafegados pela plataforma Neogrid.

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, as receitas têm variado principalmente em função do crescimento orgânico, que ocorre no curso normal dos negócios da Companhia, como desenvolvimento de novas ofertas, maior taxa de conversão do time de vendas e resultados derivados de campanhas de marketing e em função do crescimento inorgânico, derivado das aquisições.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios findos nos anos de 2022 e 2021, não existem fatores externos que influenciaram significativamente os resultados operacionais da Companhia no exercício social.

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados por condições macroeconômicas e afetados por fatores como: (i) taxa de inflação; (ii) valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$); (iii) crescimento do PIB; (iv) distribuição de renda; (v) taxa de desemprego; (vi) variação real do salário; (vii) disponibilidade de crédito; (viii) taxa de juros; e (ix) grau de confiança dos consumidores.

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia para ganho de eficiência do ambiente B2B, provendo soluções integradas em ERP's. Nossas operações consistem principalmente em fornecer inteligência para indústria, distribuidores e varejistas. Assim, destacamos os seguintes impactos em nossos resultados operacionais resultantes de fatores macroeconômicos:

- a. taxa de inflação: Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário.
 - b. valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$): Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 2.2(c) deste Formulário.
 - c. custo dos nossos principais insumos: nossos principais insumos são investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa). Um aumento no custo de tais insumos pode ter um efeito material adverso nas nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar tal aumento para nossos clientes por meio de aumento de preços ou caso tais aumentos causem redução de nossas vendas.
 - d. investimentos em e desenvolvimento de novos produtos: os negócios da Companhia dependem de inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação,

2.2 Resultados operacional e financeiro

alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social corrente de 2022 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de, respectivamente, R\$ 245,6 milhões contra R\$ 265,7 milhões, representando um crescimento de 8,2%.

A receita da Companhia é impactada diretamente por alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação. Os principais impactos nas variações de receitas da Companhia no exercício social corrente e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 são explicados pela variação do IPCA, que prejudica o componente de preço no crescimento da receita recorrente, pelas alterações em volumes de vendas e introdução de novos produtos e serviços da Companhia a partir das aquisições ocorridas nesses períodos.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGP-M. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IPCA.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Historicamente, essas mudanças não têm impactado a Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. No entanto, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para a Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IPCA.

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos das ofertas oferecidas pela Companhia, assim como nas suas despesas operacionais. O aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos, prejudicando novos negócios e reduzindo o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia se a Companhia não for capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços das ofertas que comercializa ou se tal variação causar redução das vendas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A variação das taxas de juros no Brasil pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes da Companhia. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia. Contudo, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 95,3% da receita financeira da Companhia findo em 31 de dezembro de 2022 e 91,2% de sua receita financeira findo 31 de dezembro de 2021.

No exercício social corrente, a companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 57,3 milhões atrelados à CDI e IPCA.

A administração da Companhia entende que alterações na taxa de câmbio, na inflação, na taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou na taxa de juros não teriam impactos relevantes na lucratividade da Companhia, conforme apresentado na análise de sensibilidade com os saldos de 31 de dezembro de 2022:

					2022
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro - Debentures <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 44.603	Aumento CDI + 2,75% a.a.	16,88% R\$ 7.529	10,0% 18,57% R\$ 8.283	20,0% 20,25% R\$ 9.032
Capital de Giro - Folha <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 44	Aumento 3,75% a.a.	3,75% R\$ 2	10,0% 4,13% R\$ 2	20,0% 4,50% R\$ 2
Capital de Giro – BDMG <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 427	Aumento 6,3% a.a.	6,30% R\$ 27	10,0% 6,93% R\$ 30	20,0% 7,56% R\$ 32
Financiamentos FINEP <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 12.232	Aumento TJLP 4,5% a.a.	10,37% R\$ 1.269	10,0% 11,41% R\$ 1.396	20,0% 12,44% R\$ 1.523
Financiamento - BNDES <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 12	Aumento 3,72% a.a.	3,72% R\$ 0	10,0% 4,09% R\$ 0	20,0% 4,46% R\$ 1

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- . **Alteração ao IAS 16 / CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- . **Alteração ao IAS 37 / CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- . **Alteração ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

. Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- (i) IFRS 9 / CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 / CPC 06 – "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 / CPC 37 – "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023:

- . **Alteração ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - (i) o que significa um direito de postergar a liquidação;
 - (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
- . **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

- . **Alteração ao IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”:** introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarece como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.
- . **Alteração ao IFRS 12 / CPC 32 “Tributos sobre o Lucro”:** restringe o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Não é esperado que essas alterações de normas impactem significativamente o resultado ou o patrimônio líquido a ser divulgado pela Companhia e suas controladas neste ou nos próximos períodos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não contêm ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 ou para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 22 de março de 2021 adquirimos a totalidade do capital social e dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda no valor de R\$ 27,0 milhões com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 20 de julho de 2021 adquirimos 20,69% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), no valor de R\$ 6,0 milhões; e 3,45% pelo preço de R\$ 1,0 milhão pagos à vista na data do fechamento.

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor R\$ 57,7 milhões com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 30 de setembro de 2021, adquirimos a totalidade do capital social da Lett Serviços de Informação S.A., bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor de R\$ 70,4 milhões com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 09 de dezembro de 2021 a Neogrid Informática alienou sua participação de 5,78% na R&B pelo valor de R\$ 0,5 milhões.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 51,1% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor de R\$ 4,4 milhões.

Em 21 de junho de 2022, foram revistas as condições contratuais estabelecidas com a Horus, resultando nas seguintes alterações:

- (i) Foram atreladas à contraprestação contingente metas de Earn Out de Mútuo e de MRR. A Administração considera que a estimativa dos respectivos Earn Outs é de R\$ 1,9 milhões (Nota Explicativa 23);
- (ii) Cancelamento da opção de compra com vencimento em 18 meses, sendo substituída por conversão de ações via Contrato de Mútuo firmado entre as partes conforme Nota Explicativa 26b divulgado nas Demonstrações Financeiras de 2022. Sendo assim, o preço de aquisição dessa opção passa a ser atrelado ao valor de Mútuo;
- (iii) Postergação da opção de compra com vencimento em 30 meses, para 42 meses.

Em 02 de janeiro de 2023, a Neogrid Informática manifestou a intenção de converter o mútuo com sua coligada Horus em participação societária. Após a conversão, a Neogrid deterá 51% de participação societária na Horus. A data da efetivação da conversão depende de trâmites societários e deve ser concluída até o prazo máximo de 30 de abril de 2023, data em que efetivamente a Neogrid obterá o controle dessa operação.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

- EBITDA

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (“[Resolução CVM 156/22](#)”) e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (“IFRS”)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou como medidas de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez. O EBITDA e a margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA foi de R\$ 25.472. O EBITDA desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial e minoritários foi de R\$ 27.786 com margem de 10,5% e o EBITDA ajustado foi de R\$ 31.726 com margem de 11,9%.

- Endividamento bruto e líquido e grau de alavancagem

O endividamento bruto da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia conforme prática do mercado a ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

O endividamento líquido da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (endividamento bruto), descontada de caixa e equivalentes de caixa.

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: endividamento líquido / (endividamento líquido + patrimônio líquido).

O endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem não são indicadores do desempenho financeiro da Companhia reconhecidas pelo IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O endividamento bruto, líquido e o grau de alavancagem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022, endividamento bruto de R\$ 57.318 e endividamento líquido de R\$ -182.014, tendo um grau de alavancagem de -39,74%.

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

2.5 Medições não contábeis

- EBITDA e Margem EBITDA

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA:

Valores em R\$ mil	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	14.231
(+) Imposto de renda e contribuição social	(11.027)
(+) Despesas financeiras, líquidas	(6.170)
(+) Depreciação e amortização	28.438
EBITDA	25.472
(+) Equivalência patrimonial e minoritários	2.314
EBITDA (*)	27.786
Receita operacional líquida	265.747
Margem EBITDA (%)	10,5%
(+) Despesas extraordinárias	3.469
EBITDA Ajustado	31.726
Margem EBITDA Ajustado (%)	11,9%

(*) EBITDA desconsiderando o efeito de equivalência patrimonial e minoritários.

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

Conciliação dos endividamentos bruto e líquido e do grau de alavancagem:

Valores em R\$ mil	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	
Circulante	26.717
Não circulante	30.601
Endividamento bruto	57.318
(-) Caixa e equivalentes de caixa	69.759
(-) Aplicações financeiras	169.573
Endividamento líquido	(182.014)
Patrimônio líquido	457.956
Grau de alavancagem	-39,74%

- (c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais adequada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

- EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, a Companhia entende que o EBITDA é o indicador mais apropriado para fins de análises de performance, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a Margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA como medida de desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia ressalta que o EBITDA é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

A Companhia entende que o endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem são medições que contribuem para a compreensão de sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira.

A Companhia ressalta que o endividamento bruto e o endividamento líquido são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o endividamento bruto e o endividamento líquido não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), não devem ser utilizadas como substituto para o fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às DFs

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 06 de março de 2023.

Horus – conversão de mútuo em participação societária

Em 02 de janeiro de 2023, a Neogrid Informática manifestou a intenção de converter o mútuo com sua coligada Horus em participação societária. Maiores informações vide Nota Explicativa 26 das Demonstrações Financeiras publicadas com data base 31/12/2022. Após a conversão, a Neogrid deterá 51% de participação societária na Horus. A data da efetivação da conversão depende de trâmites societários e deve ser concluída até o prazo máximo de 30 de abril de 2023, data em que efetivamente a Neogrid obterá o controle dessa operação.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação dos resultados sociais

	2022	2021	2020
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios sociais, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre o balanço do exercício revisado anualmente, quando tiver duração superior a 1 (um) exercício social.		
a.i. Valores das retenções de lucros	Reserva legal R\$ 0,7 milhões; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 10,1 milhões.	Reserva legal R\$ 0,7 milhões; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 10,9 milhões.	Reserva legal R\$ 0,6 milhões; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 3,0 milhões.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Reserva de Retenção de Lucros: 71,07%	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Reserva de Retenção de Lucros: 74,55%	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Cancelamento de Ações tesouraria: 46,68% Reserva de Retenção de Lucros: 24,57%
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei 6.404/76 e no Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos ocorre ao fim de cada exercício social. Para períodos inferiores, o Estatuto Social da Companhia, em seu Artigo 27, contém previsão acerca da possibilidade de distribuição.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo previsto a seguir, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2019 impõe restrição à distribuição de dividendos: caso a Emissora		

2.7 Destinação de resultados

Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	e/ou Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para mais informações sobre a debênture emitida pela Companhia, vide itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 02 de janeiro de 2023, a Neogrid Informática manifestou a intenção de converter o mútuo com sua coligada Horus em participação societária. Após a conversão, a Neogrid deterá 51% de participação societária na Horus. A data da efetivação da conversão depende de trâmites societários e deve ser concluída até o prazo máximo de 30 de abril de 2023, data em que efetivamente a Neogrid obterá o controle dessa operação.

Não há outros contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 que não estejam descritas no item anterior.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados para aumentar a capacidade de negócios da plataforma Neogrid e para expansão dentro do nosso mercado.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 0,3 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 51,7 milhões e o caixa gerado nas atividades de investimentos foi de R\$ 42,4 milhões no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 0,5 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 44,1 milhões e o caixa aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$ 6,2 milhões.

Até o final de 2022 e durante os próximos exercícios sociais, a Companhia continuará a investir no aumento da sua capacidade de negócios da plataforma Neogrid e na expansão dentro do seu mercado.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos disponíveis da seguinte forma:

- 1- exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em *marketing* para aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos clientes atuais;
- 2- novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
- 3- ampliação da participação no mercado (*Market share*) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações *marketing* para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid; e
- 4- consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu *market share*;
- 5- complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializem a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e
- 6- aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, *know-how*, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

2.10 Planos de negócios

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia possui atualmente posição de caixa líquido disponível suficiente para o financiamento de suas operações e investimentos, que é resultante da captação de recursos em Oferta Primária realizada em 2020 e da geração operacional de caixa recorrente.

Para mais informações sobre a estrutura de capital e fontes de financiamento, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 22 de março de 2021 adquirimos a totalidade do capital social e dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 8,5 milhões efetuado no dia 23 de abril de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, limitada ao mesmo valor da primeira e (iii) pagamento de até R\$ 10,0 milhões a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2023.

Em 20 de julho de 2021 adquirimos 20,69% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), no valor de R\$ 6,0 milhões; e 3,45% pelo preço de R\$ 1,0 milhões pagos à vista na data do fechamento.

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 20,0 milhões efetuado no dia 16 de setembro de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, no valor de R\$ 5,6 milhões e (iii) pagamento de até R\$ 32,1 milhões a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2025.

Em 30 de setembro de 2021, adquirimos a totalidade do capital social da Lett Serviços de Informação S.A., bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia pelo exercício da opção de recompra estabelecida no Termo de Transação Referente aos Contratos de Mútuo Conversíveis em Participação e Outras Avenças celebrado entre a Lett e a Neogrid na data de 24 de dezembro de 2020; (ii) o pagamento de R\$ 20,9 milhões a ser efetuado na Data do Fechamento; (iii) parcelas adicionais de R\$ 5,2 milhões em 90 (noventa) dias contados de 31 de outubro de 2021, R\$ 5,6 milhões a ser pago no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data do Fechamento e R\$ 5,6 milhões a ser paga no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data do pagamento da Terceira Parcela, e; (iv) pagamento de até R\$ 33,2 milhões a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2024.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 51,1% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 1,3 milhões e; (ii) o pagamento de R\$ 3,1 milhões a ser efetuado na Data do Fechamento.

2.10 Planos de negócios

Em 21 de junho de 2022, foram revistas as condições contratuais estabelecidas com a Horus, resultando nas seguintes alterações: (i) Foram atreladas à contraprestação contingente metas de Earn Out de Mútuo e de MRR. A Administração considera que a estimativa dos respectivos Earn Outs é de R\$ 1,9 milhões (Nota Explicativa 23); (ii) Cancelamento da opção de compra com vencimento em 18 meses, sendo substituída por conversão de ações via Contrato de Mútuo firmado entre as partes (Nota Explicativa 26b). Sendo assim, o preço de aquisição dessa opção passa a ser atrelado ao valor de Mútuo; (iii) Postergação da opção de compra com vencimento em 30 meses, para 42 meses.

Os fundadores das adquiridas permanecerão na operação com cargo executivo, engajados na expansão dos negócios, estimulados por cláusula de pagamento adicional de aquisição com condição suspensiva a título de *Earn Out*, em caso de atingimento de metas de crescimento de receita recorrente (“MRR”) e resultados

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento, tecnologia e inovação são atividades críticas da Companhia, visto que esta atua como provedora de softwares, que buscam solucionar problemas e gerar valores por meio da tecnologia. Os investimentos neste sentido direcionam a Companhia a fornecer soluções cada vez mais performáticas e agregam cada vez mais valor aos clientes de suas soluções.

Explorando o potencial da plataforma tecnológica da Companhia baseada em nuvem, as principais iniciativas em andamento são o desenvolvimento: (i) de melhorias na plataforma de Replenishment, que trará mais eficiência na gestão de estoque sem impacto no esforço logístico; e (ii) evolução do grupo de soluções de *Demand Activation* que será capaz de direcionar as empresas para a liderança na eficiência de *supply chain*. Está também dentro da trilha e objetivos de pesquisa da Companhia, explorar a ampliação da malha de conexões disponíveis na plataforma Neogrid para criação de soluções que impulsionam os resultados de nossos clientes. Adicionalmente, a Companhia desenvolve suítes de soluções que combinam as soluções tradicionais do portfólio da Neogrid com as soluções de empresas adquiridas e/ou investidas em 2021. A data de divulgação destas pesquisas em andamento é a mesma data deste formulário de referência.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$ 51,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 17,1% quando comparado com o período findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 44,1 milhões.

Maiores detalhes sobre a variação destes saldos podem ser encontrados no tópico 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Neogrid realiza a divulgação formal de projetos juntamente com o lançamento, após percorridas as etapas de desenvolvimento tecnológico e projetos-piloto.

Maiores detalhes sobre as atuais ofertas da Neogrid podem ser encontrados no tópico 1.1 (7.1 em versões anteriores à de 2022) do Formulário de Referência disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.10 Planos de negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos totais dispendidos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços é igual ao gasto de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços descritos no item 2.8(c)(ii).

d. Novos produtos e serviços, indicando:

Parte significativa dos novos serviços prestados pela Neogrid consiste em melhorias e ampliações de escopo das famílias de produto já existentes no portfólio da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Efeito de custos não recorrentes relacionados a integração de aquisições:

A Companhia incorreu em custos extraordinários relacionados, principalmente, ao processo de M&A, que totalizaram R\$ 0,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 4,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso em 2022 incorremos em R\$ 3,2 milhões de gastos com reestruturação.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 As projeções devem identificar:

Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4 Fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento em ações da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4.1. Fatores de Risco”.

Não obstante a subdivisão desta seção “4.1. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

a. emissor

A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de gestão de cadeia de suprimentos, principal mercado em que a Companhia atua em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, surgimento de novos competidores/startups, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Assim, os resultados da Companhia dependem de sua capacidade de prever e se adaptar em tempo hábil a tais transformações tecnológicas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou especificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

Mudanças nas leis tributárias podem aumentar a carga tributária da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente a sua lucratividade.

As legislaturas e autoridades fiscais nas jurisdições em que a Companhia opera promovem regularmente reformas nos regimes tributários e outros regimes de avaliação aos quais a Companhia e seus clientes estão sujeitos. Tais reformas incluem mudanças nas alíquotas de impostos e, ocasionalmente, promulgação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a finalidades governamentais designadas. Além disso, a interpretação das leis tributárias por tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. No Brasil, o sistema tributário é altamente complexo e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa, o que pode ter como consequência processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia. Os efeitos dessas mudanças e quaisquer outras alterações que resultem da promulgação de reformas tributárias adicionais ou na maneira como as leis tributárias atuais são aplicadas não podem ser quantificados e não há garantias de que essas reformas ou mudanças não tenham um efeito adverso sobre os negócios da Companhia.

Uma queda nas receitas de serviços e das mensalidades geradas pelos sistemas de gestão de cadeia de suprimentos e serviços a eles relacionados oferecidos pela Companhia poderá resultar em impacto adverso relevante em seus fluxos de caixa e liquidez.

A maior parte da receita da Companhia provém de mensalidades pela utilização de seus softwares (que correspondem à receita bruta de manutenção do uso dos softwares e royalties), as quais compuseram 97,1%, 96,32%, 95,07% e 91,47% da receita bruta operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 e 2019 respectivamente.

Caso a receita da Companhia advinda de taxas, assinaturas, contratações e mensalidades de seus produtos e/ou serviços diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por tais serviços e/ou produtos, ou ainda em razão de outros fatores como indisponibilidade da infraestrutura ou aplicações, fluxos de caixa e liquidez da Companhia poderão ser negativamente afetados de maneira relevante.

Erros em previsões ou decisões analíticas dos algoritmos da Companhia podem levar clientes ao erro em suas operações e ocasionarem processos judiciais e; ou outras sanções e impactos nos resultados.

Eventuais erros cometidos por clientes por influência de indicadores, sugestões, sinalizações dos algoritmos utilizados pela Companhia, ou pela complexidade dos modelos, podem levar os

4.1 Descrição dos fatores de risco

clientes a tomarem decisões que afetem adversamente seus resultados, resultando em responsabilidade perante os clientes e demandas indenizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas para a Companhia, e também para sua imagem perante o mercado.

Os modelos, métodos de gestão e procedimentos adotados pela Companhia para o gerenciamento de riscos podem não ser efetivos ou suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, o que poderá impactar adversamente sua reputação e seus resultados de forma relevante.

O conjunto de políticas, procedimentos, processos e métodos utilizados pela Companhia para a gestão de riscos podem não identificar e capturar a exposição a riscos não categorizados ou imprevistos. Considerando o horizonte temporal empregado nas séries, os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão utilizados pela Companhia podem não ser precisos na mensuração do capital necessário para a cobertura de fatores imprevisíveis ou não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade, podem não identificar e capturar todos os possíveis impactos de tais fatores nos resultados da Companhia.

A Companhia pode incorrer, ainda, em perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de seus processos internos, de seus funcionários e de sistemas ou eventos externos e imprevistos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades por ela desenvolvidas. Portanto, eventuais perdas da Companhia poderão ser significativamente maiores do que as indicadas nos relatórios divulgados pela Companhia ao mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a imagem e reputação da Companhia, bem como sobre seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

No exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia realizado pelos auditores independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi comunicado aos administradores da Companhia que as demonstrações financeiras apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho de suas operações e seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os auditores independentes também elencaram alguns assuntos considerados mais significativos (PAA - Principais Assuntos de Auditoria) para dar foco no trabalho executado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022: (i) reconhecimento de receita e (ii) recuperabilidade dos ágios.

Adicionalmente, a Companhia conta com a equipe de auditoria interna para avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos em seus respectivos processos, de acordo com as melhores práticas e procedimentos, conforme um cronograma anual aprovado pelo Comitê de Auditoria.

Falhas ou ineficiências nos controles internos da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, impedir de reportar tempestivamente seus resultados operacionais e afetar a confiança dos investidores na Companhia, o que pode impactar o preço de negociação de suas ações.

Há risco de os registros de marcas da Companhia e suas subsidiárias serem questionados por terceiros ou expirarem caso o titular não tome as providências necessárias para garantir a vigência do registro junto ao INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem vir a ser indeferidos e não concedidos pelo INPI. Em ambos os casos, há o risco de geração de custos adicionais para a Companhia e impacto negativo na sua competitividade e seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A marca “Neogrid” é relevante para as atividades da Companhia e contribui para a manutenção de sua posição competitiva no mercado, sendo de titularidade de sua subsidiária Neogrid Informática S.A. (antiga denominação social da Neogrid Informática Ltda.), conforme registros e pedidos de registros perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”). A Companhia também utiliza a marca “Neogrid” no exterior, cujos registros e pedidos de registros perante os órgãos competentes também são de titularidade da Neogrid Informática S.A. A Companhia também utiliza alguns nomes de domínio relevantes associados às marcas, bem como alguns programas de computador e de patente.

Terceiros podem registrar a marca Neogrid em outras classes, ou até mesmo nas mesmas classes em que a Companhia atua, e o INPI pode decidir pelo registro das marcas em favor dos terceiros, mesmo tendo a Companhia se manifestado contrariamente ao registro. O que pode causar confusão entre clientes da Companhia, se o segmento de atuação do terceiro for semelhante ao da Neogrid.

O INPI pode indeferir determinados pedidos de registro de marcas utilizadas pela Companhia de forma definitiva, impedindo a Companhia de utilizar tais marcas. A lista completa e descrição de eventuais efeitos da perda de direitos de propriedade intelectual da Companhia estão descritas no item 1.6 deste Formulário de Referência.

Em outras palavras, qualquer falha da Companhia em proteger os ativos de propriedade intelectual que utiliza pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais e, consequentemente, nos seus valores mobiliários.

A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

Fusões e aquisições são elementos importantes da estratégia de expansão da Companhia e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição de empresas e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros *players* do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial da Companhia incluía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 345.425 mil, o que representava 48,79%, do ativo total da Companhia naquela data. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 373.491 mil, correspondente a 48,52% do ativo total da Companhia naquela data. Tais ativos consistem principalmente em ativos intangíveis de ágios e mais valia decorrentes de operações de fusões e aquisições.

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil, e os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* de ágio são realizadas pela Companhia anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos intangíveis que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, baseadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção. Para mais informações sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na estimativa do valor em uso e sensibilidade de tais ativos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos seus ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas da própria Companhia, como por exemplo, estimativas de previsibilidade de receita, custos, despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa além da definição de estrutura de capital para mensuração do custo médio ponderado do capital (taxa de desconto). Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital, que leva em conta fatores como: risco país, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento.

Além do risco inerente das estimativas de receitas, custos e despesas da própria Companhia não se materializarem no futuro, seja por erro humano, omissão profissional ou por efeitos externos adversos, a taxa de desconto também pode sofrer impactos derivados das mudanças dos fundamentos econômicos do cenário global, alterando o balizamento das expectativas de risco dos agentes econômicos. Movimentos de alta nas taxas de inflação, juros e risco país podem reduzir consideravelmente o valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O exercício das opções de compra no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações pelos seus beneficiários poderá promover a diluição dos demais acionistas da Companhia, bem como aumentar a volatilidade das ações de emissão da Companhia.

A Companhia possui um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”). O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 ações. Até a data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas opções correspondentes a 8.909.327 ações. Após as outorgas, alguns Beneficiários titulares de opções correspondentes a 655.638 ações solicitaram seu desligamento da Companhia e, portanto, perderam o direito de exercer tal opção de compra. Até a data deste Formulário de Referência foram exercidas opções correspondentes a 7.742.689 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, restam opções correspondentes a 72.003 ações a serem outorgadas no âmbito do Plano e 511.000 ações podem ser emitidas no âmbito das opções já outorgadas e não exercidas. O exercício dessas opções após a Oferta poderá promover a diluição dos demais acionistas.

Ademais, uma vez exercidas as opções e decorridos os seus respectivos períodos de restrição de venda, as ações transferidas para os beneficiários não estarão sujeitas a qualquer restrição de venda (*lock-up*) e, portanto, poderão ser livremente negociadas pelos beneficiários a qualquer tempo.

A ocorrência de vendas ou a percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode aumentar a volatilidade das ações de emissão da Companhia e afetar adversamente o seu valor de mercado ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, o exercício das Opções no âmbito do Plano pelos seus beneficiários gerou despesa total de R\$ 107 mil com as Opções exercidas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 391 mil em 31 de dezembro de 2021).

Para mais informações sobre o Plano e os períodos de lock-up, vide itens 8.4 e 8.6 deste Formulário de Referência.

Os interesses dos diretores e dos principais executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participem do Plano de Outorga de Ações, o que pode afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo da Companhia.

O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 ações. Até a data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas opções correspondentes a 8.909.327 ações. Após as outorgas, alguns Beneficiários titulares de opções correspondentes a 655.638 ações solicitaram seu desligamento da Companhia e, portanto, perderam o direito de exercer tal opção de compra. Até a data deste Formulário de Referência foram exercidas opções correspondentes a 7.742.689 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os diretores e principais executivos que participam ou que venham a participar do Plano de Outorga de Ações terão seu potencial ganho vinculado ao maior valor de mercado das ações da Companhia. O fato de tais diretores e principais executivos participarem do referido Plano pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses da Companhia e dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo, o que poderá afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo e, consequentemente, a Companhia.

Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações da Companhia e sobre a remuneração variável dos diretores da Companhia ver os itens 8.4 e 8.6 deste Formulário de Referência.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia, sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação, a implementação de seu plano de crescimento e a implementação de sua estratégia no setor de gestão e análises de dados e identificação e exploração de novos produtos, tecnologias e oportunidades de negócio, depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. Há carência no mercado de profissionais especializados no setor de atuação da Companhia e alta demanda por profissionais qualificados, de forma que o mercado para tais profissionais tem forte concorrência, o que pode levar à elevação exacerbada dos custos com pessoal, ou mesmo indisponibilidade de profissionais na quantidade necessária. Além disso, profissionais especializados podem ser atraídos por concorrentes, o que pode acarretar fortalecimento de concorrentes ou a formação de novos concorrentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Haja vista que a competição por funcionários altamente qualificados é intensa, a Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A adoção do teletrabalho ou home office, poderá causar inadaptabilidade aos funcionários, apresentar riscos trabalhistas, e/ou aumentar os custos da companhia para ofertar as mesmas práticas de mercado.

A Companhia possibilitou a escolha, pelos funcionários, do teletrabalho/home office, formalizada por meio de política de home office. Essa prática poderá afetar a produtividade e a adaptação dos funcionários ao trabalho nessa modalidade. Além disso, essa prática pode acarretar riscos trabalhistas resultando em litígios que, por sua vez podem ocasionar o pagamento de indenizações por parte da Companhia. A quantidade de empresas que ofertam os mesmos ou melhores benefícios e formato de trabalho que a Companhia, pode ser muito alta, ocasionando em dificuldade em novas contratações ou perda de funcionários.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

As políticas e as estruturas para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos foram implementadas recentemente pela Companhia no âmbito de sua oferta pública inicial de ações, sendo que algumas delas ainda não estão plenamente estruturadas.

Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. Além disso, no âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações, resultar em julgamentos desfavoráveis, acordos ou multas, e, portanto, afetar adversamente seus resultados e sua reputação.

A Companhia e seus administradores são e poderão, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas e controladores da Companhia, ser parte em conflitos administrativos, judiciais e de

4.1 Descrição dos fatores de risco

arbitragem ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar danos à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação.

Haja vista que o valor de provisões da Companhia em relação a essas questões é e poderá ser inferior ao valor total das reivindicações feitas contra ela, não há garantia de que a decisão final dessas questões não excederá as provisões atualmente acumuladas pela Companhia. Decisões desfavoráveis à Companhia e/ou aos seus administradores em processos judiciais e administrativos podem resultar, inclusive, em danos reputacionais à Companhia, além de ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso existam contingências advindas das aquisições que podem vir a ser realizadas como parte da estratégia de crescimento da Companhia, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Para mais informações acerca das ações judiciais, administrativas e arbitrais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.4 a 4.6 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia e poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita a riscos para os quais não possui cobertura de seguros, tais como: guerra civil, caso fortuito, atos terroristas, força maior ou interrupção de certas atividades, dentre outros. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas atuais apólices de seguro da Companhia e de suas subsidiárias, Neogrid Netherlands BV e North America LLC, pode ser inadequada ou insuficiente, implicando em reembolso menor do que o esperado. As principais apólices são relativas ao Compreensivo Empresarial, Indenização Profissional e Segurança Cibernética, descritas no item 7.7 deste Formulário de Referência. Estas compreendem coberturas que variam aproximadamente de R\$30.000,00 a R\$30.000.000,00. A Companhia não pode garantir que a cobertura dos seguros por ela contratados estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente as receitas, despesas, imagem e negócios.

Uma vez que as atividades desenvolvidas pela Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais, eventuais ataques cibernéticos poderão causar vazamentos de informações ou violações de bases de dados, resultando em perdas para as quais a Companhia não contratou proteção adequada.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A cobertura de risco da Companhia de acordo com as apólices de seguro vigentes nesta data poderá ser inadequada ou insuficiente para eventos não cobertos por tais apólices de seguro, o que poderá causar um revés financeiro para a reparação dos ativos afetados e comprometer os investimentos da Companhia. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

Além disso, a Companhia não pode garantir que no futuro conseguirá manter suas apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia, e, consequentemente, afetar adversamente seus negócios.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e sociais, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide item 2.1 deste Formulário de Referência

A Companhia pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro. Esta captação de recursos adicionais poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

O código de conduta da Companhia e os seus procedimentos internos, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que atuam no interesse e benefício da Companhia. Falhas nos processos de governança corporativa, na gestão de riscos e em procedimentos de compliance poderão afetar adversamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 11.129 , de 11 de julho de 2022 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados. Além disso, a Companhia está sujeita às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem no interesse e benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que a Companhia está sujeita.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com seus princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à adoção de políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com seu porte e volume de operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Atualmente a Companhia não conta com um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro e está sujeita às seguintes sanções, na hipótese de descumprimento da Lei: II - multa pecuniária variável não superior: (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e IV - cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade,

4.1 Descrição dos fatores de risco

operação ou funcionamento. A aplicação de qualquer uma dessas sanções à Companhia poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro para financiar sua estratégia de crescimento. Tal financiamento poderá estar indisponível ou apenas estar disponível em termos e condições desfavoráveis para a Companhia.

Com relação à sua estratégia de crescimento, a Companhia precisa de montantes significativos de capital para financiar seus projetos futuros, bem como as despesas que são incorridas para manutenção de suas operações.

Se os fluxos de caixa advindos das operações da Companhia não forem suficientes para atender às suas necessidades de capital e financiar suas iniciativas e estratégias de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a captar recursos adicionais, inclusive por meio de financiamentos futuros ou ofertas públicas de valores mobiliários, incluindo ações de emissão da Companhia e títulos (incluindo valores mobiliários) conversíveis em tais ações.

Financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que conseguirá ter acesso a capital adicional. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão, o que pode afetar adversamente o preço dessas ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de seu estatuto social. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, reduzindo o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os contratos financeiros da Companhia e de determinada subsidiária contam com cláusulas restritivas (covenants). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode causar o vencimento antecipado das dívidas contraídas pela Companhia e/ou por sua subsidiária, o que pode ter um efeito negativo para a Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida e/ou garantias, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como alteração da composição do capital social da tomadora, contratante ou da devedora solidária, conforme o caso, eventuais mudanças ou transferência, a qualquer título e forma, do controle acionário da Companhia, sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária e descumprimento dos índices financeiros previstos em tais instrumentos, entre outras. Além disso, tais contratos possuem cláusulas que preveem a antecipação do vencimento da dívida na hipótese de descumprimento ou declaração do vencimento antecipado de determinadas outras dívidas de entidades do grupo econômico da Companhia (*cross-default* e *cross-acceleration*).

Caso a Companhia ou sua subsidiária não cumpram com os *covenants* previstos em tais contratos financeiros, e caso a Companhia ou sua subsidiária não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, inclusive para realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, a Companhia ou suas subsidiárias poderão ser obrigadas a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre esta. Para mais informações sobre os instrumentos de dívida da Companhia, veja o item 2.1 deste Formulário de Referência.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia detém a maioria do capital votante e após a conclusão da oferta, continuarão a deter o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia). Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido.

c. suas controladas e coligadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não aplicável, uma vez que a Companhia não está exposta a riscos cuja origem sejam suas controladas e coligadas.

d. seus administradores

Os interesses dos diretores e dos principais executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participem do Plano de Outorga de Ações, o que pode afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo da Companhia.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

e. seus fornecedores

A Companhia depende de prestadores de serviços de back office e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá adversamente impactar seus negócios e sua situação financeira.

Os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia são complexos e fornecidos por terceiros, quais sejam (i) links de internet para clientes, (ii) telefonia fixa e móvel, (iii) aplicativos e diversos *softwares* de operação da produção da Companhia, (iv) banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), (v) sistema de manutenção dos servidores remotamente, (vi) manutenções dos *Firewalls*, (vii) aplicações de negócios utilizando Microsoft Dynamics 365 desde a venda até o faturamento como gestão de relacionamento com o cliente – MS Dynamics CRM, (viii) gestão financeira MS Dynamics ERP, (ix) gestão de chamados e suporte aos clientes MS Dynamics Customer Support (controle dos atendimentos e visibilidade sobre status de cada chamado/atendimento da Companhia), (x) monitoramento dos serviços de produção e infraestrutura, (xi) sistema de gestão de demandas e pipeline de desenvolvimento de tecnologia Microsoft Azure DevOps e MS Power Platform, (xii) sistema de armazenamento de certificados de clientes (fiscal), (xiii) equipamentos e sistemas de *firewall* de produção, entre outros. As operações e, consequentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

A perda do relacionamento e/ou falência de determinados fornecedores essenciais podem impactar a continuidade das operações da Companhia, podendo causar efeitos negativos e relevantes em seus resultados.

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade de suas atividades e para a oferta de produtos e prestação de serviços a seus clientes, dentre os quais destacam-se *Embratel, Vivo, Cirion, Ávato Datacenter, Algar, Software AG, Microstrategy, Compugraf, Sales Force, Livechat, Loupen Tecnologia, Equinix, AWS, Google Cloud, Microsoft, Big Blue, Dinamo, Gavb Serviços em Informática Ltda e Oat Licenciamento*. Os serviços de armazenamento, manutenção,

4.1 Descrição dos fatores de risco

links de internet e GAVB. Os serviços de nuvem que a Companhia utiliza dos fornecedores Equinix, Microsoft, AWS e Google Cloud são fundamentais para a continuidade das atividades da Companhia. Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços destes fornecedores, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, podendo afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade dos produtos ou serviços da Companhia.

A existência de fornecedores de serviços essenciais às operações da Companhia pode gerar um grau de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente a qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço por tais fornecedores. Caso tais fornecedores ou prestadores de serviços apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometa o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente e de forma relevante em seus resultados, sua reputação junto aos clientes e ao mercado e em seu percentual de retenção de clientes.

Determinados produtos e serviços oferecidos pela Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou sujeitar a Companhia ao pagamento de taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar sua reputação, sua condição financeira e seus resultados.

Enquanto a Companhia continuar a utilizar softwares, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas de terceiros (cujos principais são Microsoft Office 365, Microsoft Azure Cloud, Amazon AWS, Google Cloud Platform, Microsoft SQL Server, Microsoft Visual Studio, Tableau, Microsoft PowerBI, SoftwareAG WebMethods, Microsoft Dynamics Customer Services, Microsoft Dynamics Sales CRM, Microsoft Dynamics ERP F&O, MS Power Platform, Microsoft Azure DevOps, SenseData e Senior), a Companhia não pode garantir que as licenças firmadas junto a estes não serão rescindidas. Mudanças nas licenças de terceiros utilizadas pela Companhia podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que os serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá obrigar a Companhia a aumentar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento para assegurar a continuidade do desempenho de seus produtos e serviços.

A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus produtos e serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação perante clientes atuais e futuros e aos seus resultados.

A Companhia depende de certos dados que são de fontes externas, tais como: relatórios de vendas diárias, relatórios de estoques diárias, pedidos de compras e notas fiscais eletrônicas. Tais dados são fornecidos por varejistas, distribuidores, indústrias, parceiros tecnológicos, fontes governamentais e de registro público para o desenvolvimento de seus programas de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e para a prestação de seus serviços. Os atuais provedores de dados da Companhia podem optar por disponibilizar tais informações aos concorrentes da Companhia, ou simplesmente deixar de disponibilizar. Além disso, se: (a) um número substancial de fontes de dados (tais como parceiros tecnológicos, redes de varejo, distribuidores e registros públicos) não puderem fornecer dados importantes para a continuação e desenvolvimento de programas de gerenciamento e necessários à sincronização da cadeia de suprimentos oferecidos pela Companhia; (b) o acesso aos dados for perdido devido à regulamentação governamental, tal como inadequação dos contratos à LGPD; (c) o direito exclusivo ao uso de dados for perdido; ou (d) a coleta, a divulgação ou o uso de dados ficar acima do orçamento da Companhia; a capacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços aos clientes pode sofrer um impacto negativo significativo, resultando na diminuição da receita e danos a sua reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, não há garantia de que será possível obter dados de fontes alternativas se as fontes atuais e/ou futuras ficarem indisponíveis e/ou a custos elevados, a ponto de inviabilizar a continuidade de seu uso nas atividades da Companhia, o que poderá adversamente impactar seus resultados operacionais.

Para informações sobre o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD e outros riscos relacionados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, vide itens 4.1(h) e 1.6 deste Formulário de Referência.

f. seus clientes

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

A incapacidade da Companhia de manter as relações comerciais com seus clientes de longo prazo nos mesmos volumes e/ou de renegociar tais relações em termos favoráveis à Companhia poderá adversamente afetar sua competitividade e seus resultados operacionais.

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com diversos clientes, que podem, a qualquer momento, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com a Companhia, reduzindo substancialmente o volume de negócios e a receita líquida da Companhia. Além disso, o encerramento das relações comerciais com tais clientes pode conceder oportunidades de negócios aos concorrentes da Companhia, prejudicando sua posição no mercado e enfraquecendo sua marca, o que poderá afetar negativamente seus negócios futuros e causar impactos relevantes e adversos em seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes de longo prazo, manter o relacionamento com tais clientes ou parceiros de negócios ou recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes. A perda de um ou mais clientes ou parceiros de negócios da Companhia de longo prazo, ou renegociações com tais clientes e parceiros em termos comerciais desfavoráveis à Companhia, poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir repassar a seus clientes os aumentos de custos em que incorrer, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros.

Os custos da Companhia são afetados por diversos fatores como remunerações pagas a seus colaboradores e administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software adquiridos ou licenciados

4.1 Descrição dos fatores de risco

de fornecedores, conforme aplicável, dentre outros. Haja vista que os contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes não são todos ajustados pelas variações de custos em que a Companhia incorre, se houver aumento de tais custos sem que a Companhia os consiga repassar para seus clientes, as receitas e margens da Companhia poderão ser adversamente afetadas o que, por conseguinte, poderá causar um impacto negativo em seus negócios, seus resultados operacionais, sua situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

O mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo. O lançamento de novos produtos, serviços inovadores e estratégias de preços oferecidas pelos concorrentes da Companhia podem reduzir as vendas e a participação da Companhia no mercado, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante seus resultados.

A Companhia opera em diversos mercados geográficos, oferecendo produtos e serviços, em um ambiente de alta e frequente inovação tecnológica. Concorrentes da Companhia poderão desenvolver novos produtos e/ou serviços superiores, que podem receber maior aceitação no mercado que os produtos e serviços ofertados pela Companhia. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter recursos financeiros, técnicos, *marketing*, entre outros, significativamente maiores do que os da Companhia. Como resultado, os concorrentes da Companhia podem estar em condições de responder de modo mais rápido a novas tecnologias ou a novas demandas dos clientes, dispendendo mais recursos que a Companhia para o desenvolvimento, aprimoramento, promoção, venda e suporte de produtos e serviços, ou sustentando políticas de preços agressivas em níveis que podem não ser acompanhados pela Companhia.

Adicionalmente, atuais clientes da Companhia podem desenvolver produtos próprios que substituam os que atualmente adquirem da Companhia ou contratar profissionais especializados que supram a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia e, portanto, poderão deixar de consumir os produtos e serviços da Companhia, resultando em impacto adverso e relevante na receita da Companhia.

Além disso, os concorrentes da Companhia têm amplas relações com os consumidores, incluindo relacionamentos com os atuais e potenciais clientes da Companhia, e ainda, novos concorrentes ou alianças entre os atuais concorrentes da Companhia podem emergir e, potencialmente, reduzir a participação de mercado e receita da Companhia. Ainda, participantes de outros segmentos poderão buscar expandir seus negócios em direção ao segmento de mercado no qual a Companhia atua, podendo haver a criação de novas empresas fornecedoras de tecnologias de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e/ou de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados, que poderão ter diferentes graus de associação e relacionamento com os atuais clientes da Companhia. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de *software ERP* para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Ademais, alguns dos concorrentes da Companhia podem optar por vender produtos e/ou serviços que competem com os da Companhia a preços mais baixos, aceitando margens e lucratividade mais baixas, ou podem vender produtos e/ou serviços a preços mais baixos, individualmente ou como parte de pacotes, modelos mais avançados ou técnicas melhores ou com mais funcionalidades, com maior facilidade de implantação junto a clientes, ou economias de escala. Todos os fatores acima poderão impactar negativamente as margens e resultados operacionais da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia, bem como prejudicar sua capacidade de obter novos clientes em condições favoráveis.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em ambiente online, e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferências e compartilhamento de dados pessoais, bem como autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas de proteção de dados no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, sendo que os artigos que discorrem sobre as suas sanções administrativas previstas (art. 52, 53 e 54) se tornaram aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, caso a Companhia não estivesse adequada às suas disposições, a Companhia estaria sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; (vi) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; dentre outras.

Nesse sentido, relevante destacar que a Companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios e atualmente está analisando o enquadramento de tratamento desses dados com as disposições da LGPD. Tais dados pessoais se tratados em desacordo com a legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia às penalidades administrativas e indenizações em sede judicial ou arbitral. Ademais, a Companhia deverá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros e a imagem da Companhia.

Ainda, se a Companhia não conseguir usar medidas de segurança da informação suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena, ou ainda, manter a conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, poderá incorrer em custos relevantes que podem ter um efeito negativo na reputação e resultados operacionais. Consequentemente, qualquer falha que a Companhia experimentar na proteção de dados pessoais e no cumprimento da regulamentação de proteção de dados aplicável pode resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e

4.1 Descrição dos fatores de risco

suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a reputação e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá ser incapaz de proteger seus ativos intangíveis de forma adequada/eficaz, inclusive os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante seus resultados operacionais.

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger e preservar suas atuais e futuras marcas e defender os seus demais direitos de propriedade intelectual, incluindo, mas, não somente softwares e nomes de domínio, bem como os aspectos sigilosos relacionados à tecnologia desenvolvida pela Companhia e aos serviços prestados por ela. Portanto, o uso indevido ou não autorizado de quaisquer dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, pode diminuir o valor de suas marcas, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. Nesse sentido, relevante mencionar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de propriedade intelectual idênticos ou similares aos produtos e/ou soluções da Companhia que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer dos ativos de propriedades intelectuais existentes ou futuras solicitados pela a Companhia ou licenciados para a Companhia.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os seus direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Se a Companhia não conseguir proteger seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Logo, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre as marcas relevantes da Companhia, veja o item 1.6 c deste Formulário de Referência.

Terceiros podem alegar que a Companhia infringe seus respectivos direitos de propriedade intelectual e isso poderá acarretar despesas significativas com litígios, licenciamentos ou gerar o impedimento de vendas de determinados produtos ou serviços da Companhia, o que poderá afetar de maneira relevante e adversa a reputação da Companhia e sua situação financeira.

A Companhia utiliza softwares próprios (seja da Companhia, obtidos por meio de aquisições de outras empresas, ou proveniente de empresas de seu grupo econômico) em suas atividades, os quais são desenvolvidos internamente por seus funcionários e/ou por terceiros desenvolvedores. Os contratos de trabalho assinados pelos funcionários possuem previsão que qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial (incluindo programas de computador) desenvolvido como resultado do contrato pertencerá à Companhia. Conforme previsto na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no País. Ainda assim, a Companhia está sujeita a ações

4.1 Descrição dos fatores de risco

ajuizadas por ex-funcionários reivindicando a titularidade sobre estes programas de computador, hipótese em que a mesma poderá ser condenada ao pagamento de indenização e/ou obrigada a cessar a utilização do software objeto de disputa, o que resultará em efeitos adversos relevantes na sua capacidade de continuar a oferecer seus produtos e serviços e, portanto, poderá impactar negativamente seus negócios e sua reputação.

Assim, qualquer infração a direitos de propriedade intelectual cometida pela Companhia poderá resultar na celebração de acordos e/ou contratos de licença pela Companhia, que podem ser onerosos e restritivos, ou ainda, impedir que a Companhia venda determinados produtos e/ou realize a prestação de determinados serviços, gerando impactos adversos relevantes em seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Em outras palavras, qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à complexidade da tecnologia fornecida pela Companhia e à incerteza de litígios sobre o assunto.

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações e alvarás necessários ao funcionamento de seus estabelecimentos poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais estabelecimentos e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro. Adicionalmente, alterações na legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia a custos adicionais para adequação a novos protocolos de saúde.

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação dos seus estabelecimentos. Se a Companhia não obtiver ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de seus estabelecimentos. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento de seus estabelecimentos, poderá ter um efeito negativo relevante nas atividades e resultados operacionais da Companhia. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações da Companhia.

Além disso, qualquer interrupção na operação dos seus estabelecimentos devido à falta de registros, licenças, autorizações ou alvarás poderá prejudicar as atividades da Companhia e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento da lei de proteção de dados no Brasil ou em outros países onde opera, incluindo a GDPR, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em ambiente online, e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferências e compartilhamento de dados pessoais, bem como autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas de proteção de dados no Brasil. E o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), seu correspondente para os países-membros da União Europeia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia não conseguir usar medidas de segurança da informação suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena, ou ainda, manter a conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outros países onde opera, poderá incorrer em custos relevantes que podem ter um efeito negativo na reputação e resultados operacionais. Consequentemente, qualquer falha que a Companhia experimentar na proteção de dados pessoais e no cumprimento da regulamentação de proteção de dados aplicável pode resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a reputação e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a exigência do cumprimento da Lei Local pelos Clientes, poderá acarretar em dificuldades burocráticas ou investimentos com ferramentas e sistemas, elevando o custo de operação.

j. questões sociais

Escassez de profissionais qualificados em tecnologia no mercado com habilidades técnicas para o desenvolvimento e manutenção das soluções oferecidas pela Companhia poderá afetar de maneira relevante os resultados operacionais.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. Há carência no mercado de profissionais especializados no setor de atuação da Companhia e alta demanda por profissionais qualificados, de forma que o mercado para tais profissionais tem forte concorrência, o que pode levar à elevação exacerbada dos custos com pessoal, ou mesmo indisponibilidade de profissionais na quantidade necessária. Além disso, profissionais especializados podem ser atraídos por concorrentes, o que pode acarretar fortalecimento de concorrentes ou a formação de novos concorrentes.

Haja vista que a competição por funcionários altamente qualificados é intensa, a Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para sustentar e expandir suas operações, poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, intitulada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Companhia poderá ser alvo de multas e sanções caso não consiga demonstrar conformidade com suas disposições, especificamente quanto ao preenchimento do seu quadro de profissionais com o percentual obrigatório estabelecido com pessoas portadoras de deficiência, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros e a imagem da Companhia.

k. questões ambientais

Não aplicável, haja vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões ambientais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As atividades da Companhia impactarem negativamente o meio ambiente através do uso indiscriminado de recursos naturais ou com sua poluição.

A Companhia adotou o modelo de teletrabalho em 2021, permitindo aos seus colaboradores a flexibilidade de trabalhar de suas residências, home office. Com a adoção desse novo regime e a consequente redução da presença de colaboradores nas unidades da Companhia, houve a redução proporcional no consumo de água e a otimização na gestão dos resíduos gerados nas operações, provenientes das atividades administrativas dos escritórios, bem como no consumo de energia.

Adicionalmente, os sistemas de back office e de tecnologia da informação da Companhia são fornecidos e mantidos por terceiros, a exemplo do banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (cloud services), o que também contribuiu para redução no consumo de energia.

Além disso, a transformação digital, acelerada durante a Pandemia de COVID-19, fez com que praticamente não ocorra mais impressão em papel, reduzindo a quantidade de resíduos dessa natureza, tendo em vista que a Companhia utiliza assinadores digitais para assinaturas de documentos, armazenando apenas digitalmente os arquivos.

i. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As atividades da Companhia estão voltadas para o segmento de tecnologia da informação, compreendendo em grande parte a disponibilização de softwares como um serviço via internet, não sofrendo impacto relevante frente às questões climáticas.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

i. Riscos macroeconômicos

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias pode afetar de forma relevante os negócios da Companhia.

A Companhia opera predominantemente no Brasil e depende das condições econômicas brasileiras. Desdobramentos futuros na economia brasileira poderão afetar as taxas de crescimento do Brasil e, por conseguinte, o consumo dos produtos e serviços da Companhia, sua estratégia de negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e, ocasionalmente, faz alterações relevantes nas políticas monetária, tributária e de crédito, entre outras. A Companhia poderá ser negativamente afetada por essas alterações, bem como por fatores gerais, incluindo, dentre outros: (i) expansão ou contração do crescimento da economia brasileira, conforme medido pelo produto interno bruto, ou PIB; (ii) inflação; (iii) políticas fiscais e monetárias; (iv) disponibilidade de crédito; (v) balança comercial; (vi) taxas de juros; (vii) fornecimento de energia elétrica; (viii) liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito; (ix) instabilidade social e política; (x) flutuações nas taxas de câmbio; e (xi) outras diretrizes ou eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que de outra forma afetem o país.

O surto de doenças transmissíveis, como a COVID-19, poderá levar a uma maior volatilidade nos mercados de capitais globais e afetar negativamente a economia mundial e a brasileira, incluindo o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos potenciais ou reais de doenças (como a COVID-19) poderão ter um efeito negativo nos mercados de capitais globais (incluindo o mercado de capitais no qual as ações de emissão da Companhia são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e no preço das

4.1 Descrição dos fatores de risco

ações de emissão da Companhia. Historicamente, epidemias e surtos regionais ou globais de doenças, como os causados pelo vírus Zika, pelo vírus Ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecido como influenza aviária), pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecido como a gripe suína), como a febre aftosa, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (conhecida como MERS) e como a síndrome respiratória aguda grave (conhecida como SARS) afetaram determinados setores da economia dos países nos quais essas doenças se disseminaram.

O surto de qualquer doença que afete o comportamento das pessoas, como o surto da COVID-19, pode ter um efeito adverso relevante nos mercados, especialmente no mercado de ações. A adoção das medidas restritivas aliada às incertezas ocasionadas pelo COVID-19, por exemplo, impactaram negativamente a economia global e os mercados de capitais globais, inclusive no Brasil, causando volatilidade nas negociações da B3.

Qualquer mudança relevante na condição dos mercados financeiros ou na economia brasileira em decorrência desses eventos mundiais poderá reduzir a demanda de investidores brasileiros e estrangeiros por ações de emissores brasileiros, incluindo ações de emissão da Companhia, o que poderá afetar negativamente o preço de mercado dessas ações e prejudicar a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e financiar suas operações em termos aceitáveis no futuro.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso em seus negócios.

Variações nas taxas de câmbio poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações frequentes em relação ao dólar americano e a outras moedas. O governo brasileiro implementou no passado vários planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinhas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e regimes de taxa de câmbio flutuante.

Embora a desvalorização de longo prazo do real esteja geralmente relacionada à taxa de inflação brasileira, a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar americano e outras moedas. Em 2019, o real desvalorizou 4,4%, de R\$3,8595 por US\$1,00 no início do ano para R\$4,0307 por US\$1,00 no final de 2019. Em 2020 o real desvalorizou 28,9% de R\$ 4,0307 por US\$1,00 no início do ano para R\$5,1967 por US\$1,00 no final de 2020. Em 2021 o real desvalorizou 7,38% de R\$ 5,1967 por US\$1,00 no início do ano para R\$ 5,5805 por US\$1,00 no final de 2021. Em 2022 o real valorizou 6,50% de R\$ 5,5805 por US\$1,00 no início do ano para R\$ 5,2177 por US\$1,00 no final de 2022.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não há garantia de que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar americano. A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido à contração do consumo e aumento dos custos. A desvalorização do real em relação ao dólar americano também poderá gerar aumento nos custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e nas despesas e obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos. A Companhia poderá ser adversamente afetada por mudanças em tais políticas de câmbio.

Determinados custos operacionais da Companhia relacionados a seu endividamento são, e a Companhia espera que continuem a ser denominados ou indexados ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. A valorização do dólar americano e de outras moedas estrangeiras em relação ao real aumentará o endividamento da Companhia denominado em dólares americanos e outras moedas estrangeiras, bem como o custo do serviço de tal endividamento e, portanto, afetará de maneira adversa e relevante a Companhia.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, especificamente o dólar americano, afetaram e continuarão a afetar os resultados operacionais da Companhia, os quais são expressos em reais.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

O Brasil experimentou no passado taxas de inflação extremamente altas e, portanto, seguiu políticas monetárias que levaram à fixação de uma das maiores taxas de juros do mundo. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e as atividades da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósito compulsório poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções nas taxas de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, para 2019, 2020, 2021 e 2022 foi de 4,31%, 4,52%, 10,06% e 5,78%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a inflação acumulada no período anterior de 12 meses foi de 5,78%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros. Da mesma forma, entre 2014 e 2016, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 9,93% e 5,96% ao ano. Por exemplo, a taxa de juros oficial no Brasil diminuiu de 14,25% em 31 de dezembro de 2015 para 4,50% em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária, ou COPOM. Em 7 de fevereiro de 2018, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 6,75% e, em 21 de março de 2018, reduziu novamente a taxa SELIC para 6,50%. O COPOM reconfirmou a taxa SELIC de 6,50% em 16 de maio de 2018 e, posteriormente, em 20 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa SELIC era de 6,50%. O COPOM reconfirmou a taxa SELIC de 6,50% em 6 de fevereiro de 2019, mas em 1º de agosto de 2019 reduziu a taxa SELIC para 6,00% e, em 30 de outubro de 2019, reduziu ainda mais a taxa para 5,00%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC era de 4,50%. Em 5 de

4.1 Descrição dos fatores de risco

fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 4,25% e reduziu ainda mais em março de 2020, com a taxa SELIC em 3,75% em 31 de março de 2020. Em um esforço para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu ainda mais a taxa SELIC em maio de 2020, em junho de 2020 e em agosto de 2020, com a taxa SELIC para 2,00%, permanecendo até março de 2021 quando o COPOM aumentou a taxa SELIC para 2,75%, voltando a aumentar a taxa SELIC em maio de 2021, para 3,50%, em junho de 2021 para 4,25%, em agosto de 2021 para 5,25%, em setembro de 2021 para 6,25%, em outubro de 2021 para 7,75% e em dezembro de 2021 para 9,25% .

As pressões inflacionárias poderão resultar em intervenções do governo na economia, incluindo políticas que poderão afetar negativamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderá adversamente afetar as operações e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. A inflação, as medidas para contê-la e a especulação sobre possíveis medidas a serem implementadas também poderão contribuir para significativa incerteza em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos, incluindo acesso aos mercados de capitais internacionais.

Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também poderá aumentar os custos e despesas da Companhia, e a Companhia poderá não conseguir transferir esses custos a seus clientes, reduzindo suas margens de lucro e resultado líquido. Além disso, os altos índices inflacionários geralmente aumentam as taxas de juros internas e, portanto, o serviço da dívida das parcelas do endividamento da Companhia denominado em reais e indexado a taxas flutuantes também poderá aumentar e o lucro líquido da Companhia poderá diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros internas poderão, além disso, reduzir a liquidez nos mercados domésticos de capitais e financeiro, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também poderá afetar indiretamente a Companhia, por meio de uma redução nos recursos disponíveis dos clientes da Companhia para investir em produtos e serviços por ela oferecidos. Os clientes da Companhia poderão ser afetados por altas taxas de inflação e quaisquer efeitos sofridos pelos clientes da Companhia poderão afetar negativamente a Companhia.

Variações nas taxas de juros no Brasil poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia, podendo, portanto, adversamente impactar sua estratégia de crescimento e seus resultados.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 13,65%, 9,15% e 1,9% respectivamente, e a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, foi de 7,20%, 5,32% e 4,55% , respectivamente.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do atual endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso,

4.1 Descrição dos fatores de risco

assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sofrer queda.

Acontecimentos recentes envolvendo conflitos entre Rússia e Ucrânia, acarretando com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia podem causar impactos diretos ou indiretos a clientes ou à própria Companhia, dependendo da continuidade dos conflitos e o impacto social e econômico causado pelo conflito. As sanções econômicas impostas por outros países e o boicote à economia russa, suas empresas e recursos naturais culminando no isolamento da Rússia no cenário internacional, podem agravar a crise econômica que o mundo estava se recuperando devido à pandemia de COVID-19, e impactar os negócios da Companhia, especialmente na Europa e Estados Unidos.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A economia brasileira tem estado sujeita a uma série de desdobramentos e condições que afetaram significativamente a disponibilidade de crédito. Além disso, o Brasil é vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais. Por exemplo, a crise econômica global que afetou os mercados dos Estados Unidos e da Europa a partir de 2008 (especialmente da Grécia, da Espanha, da Itália e de Portugal) reduziu significativamente a confiança dos investidores em todo o mundo.

Em dezembro de 2020, reafirmou o rating BB-, com perspectiva estável, tendo em vista que a pandemia da COVID-19 exacerbou algumas das principais fraquezas estruturais do país, sobretudo o baixo crescimento econômico, os grandes desequilíbrios fiscais e a alta carga de endividamento. Já em novembro de 2021, a Standard & Poor's reafirmou o rating bem como a perspectiva estável, sustentando que a perspectiva de crescimento econômico é moderada apesar da recuperação econômica ter ocorrido mais rapidamente do que o esperado. Para 2022, a S&P previu que incertezas fiscais, inflação alta e volatilidade da moeda causariam efeitos adversos na economia e aumentariam o risco de recessão; além disso, vislumbraram deterioração das finanças públicas por três razões principais: (i) altos custos de empréstimos; (ii) elevação do déficit primário; e (iii) polarização política.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito

4.1 Descrição dos fatores de risco

soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Tal cenário pode se intensificar a depender das políticas a serem adotadas pelo Governo Federal.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros: (a) alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (b) restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar, o que poderá ter um impacto adverso na Companhia.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus produtos e serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente a Companhia.

Ademais, está em discussão no Congresso Nacional ampla reforma tributária, principalmente designada para aumentar a eficiência de alocação dos recursos da economia. Nos moldes em que foi apresentada, a aprovação da reforma envolverá uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluída a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) incidente sobre bens e serviços que substituiria diversos tributos (as contribuições sociais, o imposto federal sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre circulação de bens e serviços).

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, podem trazer impactos adversos sobre os negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

ii. Riscos cibernéticos

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em falha do sistema de segurança da Companhia de proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede e impactar adversamente a Companhia resultando em perda substancial de seus negócios, na aplicação de sanções regulatórias, em responsabilização legal e/ou em danos à sua reputação.

No curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais (incluindo dados financeiros, comerciais e pessoais de consumidores nos países onde opera). Assim, a segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

A Companhia opera em um ambiente de alto risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados que, têm como objetivo o acesso não autorizado às redes e sistemas de tecnologia de dados da Companhia, a dados confidenciais de clientes da Companhia, a manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção dos serviços da Companhia.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenizações), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em danos adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, *softwares* ou *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada e cessada. Além disso, uma vez que tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, a Companhia poderá não conseguir desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes em tempo hábil para evitar danos a seus produtos e à prestação de seus serviços.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediar-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas nos sistemas de processamento ou em processos críticos dos sistemas automatizados da Companhia podem temporariamente interromper os negócios da Companhia, aumentando suas despesas e causando perdas e danos à sua reputação.

Os negócios da Companhia dependem da capacidade da Companhia de tratar, processar, armazenar e transmitir dados de maneira eficiente e precisa, de efetuar com segurança o processamento, armazenagem e transmissão de dados confidenciais e outras informações nos sistemas e redes de computadores, bem como no regular funcionamento, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas de tecnologias digitais, de computadores, de serviços de e-mail, de softwares e de redes.

Qualquer falha no funcionamento dos sistemas e tecnologias acima mencionados, incluindo para tratamento de dados ou de gestão empresarial integrada utilizados pela Companhia, poderá afetar negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia e a sua capacidade de competir de forma eficaz, bem como resultar em perdas financeiras, em responsabilidade legal, na aplicação de medidas regulatórias e danos à sua reputação, impactando adversamente de maneira relevante seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia também está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, dentre os quais estão: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados, pela Companhia, em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, ou decidam não priorizar os produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a imagem, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser afetados negativamente de forma relevante.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais são fenômenos frequentes no setor de atuação da Companhia e afetam computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos e serviços oferecidos pela Companhia (ou da Internet de modo geral), particularmente no que diz respeito ao armazenamento seguro de dados pessoais, podem levar determinados clientes a buscar reduzir ou postergar contratações e/ou compras futuras junto à Companhia ou a contratação e/ou compra de produtos de concorrentes da Companhia.

Além disso, os clientes atuais e futuros da Companhia também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderá postergar a adoção

4.1 Descrição dos fatores de risco

de novos serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

Os fornecedores da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode gerar um impacto negativo relevante na Companhia.

Os negócios dos fornecedores da Companhia incluem o armazenamento e o processamento de dados pessoais e confidenciais de clientes, inclusive de informações financeiras. Partes não autorizadas podem conseguir obter acesso aos seus sistemas de informação por diferentes formas, dentre eles, por meio de ataques de *hackers* aos sistemas de informação ou por meio da indução de seus empregados, clientes, parceiros ou outros usuários de seus sistemas. Assim, tais partes não autorizadas podem, indiretamente, obter acesso a dados pessoais dos clientes da Companhia.

Qualquer violação dos sistemas de segurança dos fornecedores da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente a prestação dos serviços pela Companhia e, consequentemente, o seu negócio. Os ataques cibernéticos aos fornecedores da Companhia podem também resultar na paralisação dos sistemas operacionais da Companhia ou na indisponibilidade temporária ou permanente dos seus serviços, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de prover serviços aos seus clientes e, por conseguinte, impactar adversamente seus resultados operacionais.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo a apropriação indevida, perda ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais, bem como qualquer falha ou não cumprimento de leis, políticas ou padrões da indústria sobre privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, pode prejudicar as operações e a reputação da Companhia, bem como pode resultar em violação às normas de sigilo bancário, ao direito de privacidade, segurança de dados e outras normas aplicáveis, e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas, além de danos causados por publicidade negativa e perda de confiança dos clientes, impactando adversamente os negócios da Companhia.

Home Office como forma de trabalho pode gerar vulnerabilidades e os colaboradores estarem sucessíveis a ataques como por exemplo, de engenharia social e phishing

Dada a situação provocada pelo Covid-19 e pelo teletrabalho, as empresas enfrentam maiores riscos e tentativas criminosas quando o assunto é segurança cibernética. Trabalhar fora das dependências físicas da empresa representa um ambiente não controlado e com menos recursos de segurança da informação em relação aos controles de segurança da empresa. Isso impõe uma série de cuidados adicionais com equipamentos e informações corporativas. É muito provável que, os funcionários recebam mensagens de phishing, e-mails fraudulentos e mensagens em WhatsApp que tentam se passar por mensagens de fontes confiáveis, mas que estão infectadas com malwares capazes de causar danos ao equipamento ou às informações contidas no computador.

Dentre os riscos normalmente associados ao trabalho remoto, vale destacar aqueles relacionados aos dispositivos e redes utilizados. Tais riscos decorrem do fato de que muitos colaboradores podem acabar utilizando equipamentos pessoais, ao invés de equipamentos corporativos. Em algumas situações, mesmo utilizando os recursos corporativos, podem acabar se valendo de redes wi-fi públicas ou não seguras. Essas vulnerabilidades podem aumentar os riscos de acessos indevidos à rede da organização, expondo dados pessoais, senhas e credenciais de acesso, segredos de negócios, informações de clientes e comunicações sigilosas.

Muito embora a recomendação no momento seja o isolamento social, outro problema normalmente associado aos riscos do teletrabalho diz respeito à possibilidade de roubo ou furto dos equipamentos utilizados. Afinal, o colaborador pode acabar levando o dispositivo móvel

4.1 Descrição dos fatores de risco

corporativo para hotéis, restaurantes, cafeteria, ambientes que estão fora do controle da companhia. Esses dispositivos, sejam notebooks ou smartphones, são suscetíveis de serem perdidos ou subtraídos, permitindo que terceiros não autorizados acessem os dados e informações confidenciais armazenados.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- (a) A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em danos adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.
- (b) A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.
- (c) Uma queda nas receitas de serviços e das mensalidades geradas pelos sistemas de gestão de cadeia de suprimentos e serviços a eles relacionados oferecidos pela Companhia poderá resultar em impacto adverso relevante em seus fluxos de caixa e liquidez.
- (d) A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus produtos e serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação perante clientes atuais e futuros e aos seus resultados.
- (e) A Companhia depende de prestadores de serviços de back office e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá adversamente impactar seus negócios e sua situação financeira.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar as atividades da Companhia e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

Para informações adicionais, ver as informações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2022, que apresentam em sua nota explicativa nº 6, informações sobre gestão do risco financeiro.

Dentre os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

a. Risco cambial

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP) e Euro (EUR). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina e do euro. A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o final do ano 2023, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 10% e 20% para mais e para menos, da variável de risco.

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Risco	Provável	+10%	+20%	-10%	-20%					
Ativos						R\$	5,27	R\$	5,80	R\$	6,32	R\$	4,74	R\$	4,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 5.182	USD 3.703	R\$ 27.036	R\$ 20.665	Dólar	R\$ 281	R\$ 3.126	R\$ 5.918	R\$ (2.564)	R\$ (5.355)					
Contas a Receber	USD 186	USD 424	R\$ 972	R\$ 2.366	Dólar	R\$ 47	R\$ 521	R\$ 986	R\$ (426)	R\$ (891)					
Outros Ativos	USD -	USD 2	R\$ -	R\$ 10	Dólar	R\$ 234	R\$ 2.605	R\$ 4.932	R\$ (2.138)	R\$ (4.404)					
Passivos						R\$	5,63	R\$	6,19	R\$	6,76	R\$	5,07	R\$	4,50
Contas a Pagar	USD 894	USD 383	R\$ 4.664	R\$ 2.135	Dólar	R\$ 113	R\$ 1.183	R\$ 2.272	R\$ (956)	R\$ (2.045)					
	USD 894	USD 383	R\$ 4.664	R\$ 2.135	Euro	R\$ 33	R\$ 372	R\$ 716	R\$ (305)	R\$ (649)					
Efeito Líquido	USD 4.501	USD 3.746	R\$ 23.483	R\$ 20.906		R\$ 80	R\$ 811	R\$ 1.556	R\$ (651)	R\$ (1.396)					
Ativos						R\$	314	R\$	3.416	R\$	6.488	R\$	(2.789)	R\$	(5.860)
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 1.408	EUR 938	R\$ 7.840	R\$ 5.928	Euro										
Contas a Receber	EUR 503	EUR 284	R\$ 2.800	R\$ 1.794	Euro										
	EUR 1.910	EUR 1.222	R\$ 10.640	R\$ 7.722											
Passivos															
Contas a Pagar	EUR 604	EUR 8	R\$ 3.367	R\$ 53	Euro										
	EUR 604	EUR 8	R\$ 3.367	R\$ 53											
Efeito Líquido	EUR 1.306	EUR 1.214	R\$ 7.273	R\$ 7.669											
Efeito Líquido Geral															

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

b. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures que estão atrelados à variação do CDI, TLP e IPCA, os quais estão registrados pelo valor de custo, acréscidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação de:

- (i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa e as debêntures emitidas em 2019; e
- (ii) IPCA para financiamento junto ao FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice acumulado até dezembro de 2022, que foi de 13,75% ao ano, e este definido como cenário I provável; a partir deste, foram de 10% (cenário II) e 20% (cenário III).

31/12/2022					
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicação Financeira Consolidada	R\$ 200.261	Redução CDI (ano)	13,75%	10,0%	20,0%
<i>Receita Financeira estimada</i>			<i>R\$ 27.536</i>	<i>R\$ 24.792</i>	<i>R\$ 22.029</i>

Análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de CDI e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2022, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2022 e, a partir dele, calculadas variações de 10% (cenário II) e 20% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

					31/12/2022
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro - Debentures <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 44.603	Aumento CDI + 2,75% a.a.	16,88% R\$ 7.529	10,0% 18,57% R\$ 8.283	20,0% 20,25% R\$ 9.032
Capital de Giro - Folha <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 44	Aumento 3,75% a.a.	3,75% R\$ 2	10,0% 4,13% R\$ 2	20,0% 4,50% R\$ 2
Capital de Giro – BDMG <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 427	Aumento 6,3% a.a.	6,30% R\$ 27	10,0% 6,93% R\$ 30	20,0% 7,56% R\$ 32
Financiamentos FINEP <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 12.232	Aumento TJLP + 4,5% a.a.	10,37% R\$ 1.269	10,0% 11,41% R\$ 1.396	20,0% 12,44% R\$ 1.523
Financiamento - BNDES <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 12	Aumento 3,72% a.a.	3,72% R\$ 0	10,0% 4,09% R\$ 0	20,0% 4,46% R\$ 1

c. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	69.759	96.456
Aplicações financeiras de curto prazo	169.573	214.496
Contas a receber de clientes	61.969	54.948
Total	301.301	365.900

d. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Empréstimos	31.779	23.961	4.639	4.652
Fornecedores e outras obrigações	3.504	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	30.458	27.700	21.024	-
Fornecedores e outras obrigações	4.081	-	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Empréstimos	32.170	24.117	4.639	4.652
Fornecedores e outras obrigações	22.810	-	-	-
Passivo de arrendamento	5.968	3.905	351	-
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	33.253	30.585	26.220	6.563
Fornecedores e outras obrigações	21.199	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.411	2.353	1.381	-

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Não aplicável haja vista que em 31 de dezembro de 2022, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza trabalhista, tributários, cíveis, ambientais ou outros, em que a Companhia e suas controladas figuraram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável haja vista que em 31 de dezembro de 2022, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza trabalhista, tributários, cíveis, ambientais ou outros, em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.1 a 4.6 deste Formulário de Referência, exceto conforme abaixo descrito:

TAC

Em 23 de abril de 2018, a Neogrid Software S.A (sociedade incorporada pela Neogrid Informática Ltda.) e o Ministério Público do Trabalho (“MPT”), por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 4^a Região, firmaram o “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta”, nos autos do inquérito civil nº 003488.2017.04.000/7 (“TAC”).

Dentre as obrigações contraídas por referida sociedade controlada, estão: (i) abster-se de prorrogar a jornada normal de trabalho para além do limite legal de 2 horas diárias sem a necessidade de justificativa legal, respeitando o disposto na CLT, em seu artigo 59, salvo se, ocorrer necessidade imperiosa ou motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto; (ii) conceder período mínimo de 11 horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do artigo 66 da CLT.

O TAC tem vigência por tempo indeterminado, podendo ser revisto a qualquer tempo, com abrangência em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Eventual inadimplemento, sujeitará a sociedade ao pagamento de uma multa de R\$500,00, em cada verificação de descumprimento de cláusula, por trabalhador, sem prejuízo da obrigação assumida.

Em 28 de fevereiro de 2020, o inquérito civil nº 03488.2017.04.000/7 nos autos do qual foi celebrado o TAC, foi devidamente arquivado pelo MPT, tendo em vista que não houve quaisquer outros indícios de irregularidades de modo a desafiar a atuação do MPT e que a inquirida demonstrou cumprir o TAC firmado.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”) que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as disposições constantes da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Código Brasileiro de Governança Corporativa); e (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”), da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.neogrid.com).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme discutido na seção 4.3 e 5.1 “b” acima).

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.3 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio, risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

A Companhia categoriza seus riscos conforme sua natureza:

- Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

- **Riscos Financeiros:** dividem-se em três segmentos:
 - (i) **Riscos de Mercado:** decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços das commodities;
 - (ii) **Riscos de Crédito:** são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros e decorrem da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes; e
 - (iii) **Riscos de Liquidez:** consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.
- **Riscos de Conformidade/Compliance:** são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos.
- **Riscos Operacionais:** são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (marketing, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais).
- **Riscos de Segurança da Informação:** são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuadas por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.
- **Riscos Reputacionais:** são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento é feito por meio de:

- a) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- b) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;
- c) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- d) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- e) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- f) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados,
- g) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado;
- h) Acompanhamento das mudanças legislativas que possam afetar os negócios, e de boas práticas de governança, controles internos, riscos e compliance; e
- i) Acompanhamento de novas tecnologias de segurança de informação visando manter o ambiente operacional da Companhia o mais seguro possível.

A abordagem de gerenciamento de riscos considera as seguintes etapas:

Identificação de riscos: Nesta etapa do processo os riscos são identificados, reconhecidos e descritos com base no contexto, comunicação e consulta estabelecidos com as partes interessadas, internas e externas. Para coleta de dados e informações, sobre o porquê e como os riscos podem ocorrer, a Companhia utiliza os métodos de pesquisa documental e/ou entrevistas. As entrevistas envolvem pessoas com conhecimento adequado e que são diretamente responsáveis pela execução do processo, permitindo que os riscos sejam identificados e detalhados apropriadamente.

Análise de riscos: A categorização conforme natureza e a classificação do nível de risco, expresso pela combinação de probabilidade de ocorrência do evento e seu impacto potencial, são resultados desta etapa do processo. A Companhia classifica o nível de risco, conforme escala qualitativa, em: (i) risco inerente: representa o nível de risco geral, sem considerar os controles mitigatórios existentes; e (ii) risco residual: representa a medida de risco remanescente após a aplicação do controle.

Avaliação de riscos: Nesta etapa a Companhia define quais riscos necessitam de tratamento e qual prioridade de implementação deste, com base nos resultados da análise

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de riscos. Todos os riscos classificados como de alto nível são considerados riscos-chave e devem ter a implementação do tratamento priorizada pois, possivelmente, farão parte do escopo de auditoria definido no cronograma anual. Os riscos classificados com nível médio também podem ser considerados como chave, conforme entendimento do processo e suas principais atividades. Para os riscos considerados não-chave, a implementação do tratamento deve levar em conta a viabilidade e a relevância para o processo.

Tratamento de riscos: A Companhia define a resposta que será adotada para modificar o nível do risco e elabora um plano de tratamento. As respostas a riscos estão classificadas nas categorias: (i) evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos; (ii) reduzir: adoção de medidas que reduzem a probabilidade ou o impacto dos riscos; (iii) transferir/compartilhar: redução da probabilidade ou impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco; e (iv) aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

Monitoramento: O monitoramento contínuo e a análise crítica, dos riscos e seus tratamentos, realizados pela Companhia permite que mudanças no contexto externo e interno sejam detectadas, bem como, que melhores práticas sejam adotadas no processo de gestão de riscos e que os controles sejam eficazes e eficientes em seu desenho e operação. As avaliações independentes, realizadas anualmente pela auditoria (interna e/ou externa) e relacionadas à eficácia do processo de gerenciamento de riscos, fazem parte desta etapa e geram resultados que são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da companhia.

Comunicação: Durante todo processo de gestão de riscos existe uma efetiva comunicação informativa e consultiva entre as partes interessadas, internas e externas, permitindo: (i) que as necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam alinhadas; (ii) que as diferentes áreas de especialização sejam envolvidas no mapeamento dos riscos; e (iii) que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, bem como, confirmem e apoiem o tratamento dos riscos.

Os processos da Companhia são auditados e avaliados ao menos uma vez por ano por um auditor interno independente, conforme cronograma. A Companhia possui uma área de controles internos, compliance e risco, assim como uma área de auditoria interna, de modo a atender as exigências do novo mercado, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Durante estes processos, a matriz de riscos é compilada e atualizada. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de identificação possíveis ameaças/fraquezas. Além disso, anualmente a Companhia recebe a Carta de Controles Internos do auditor independente, onde são indicadas as principais deficiências no ambiente de controles internos da Companhia. A Companhia realiza a avaliação desta carta e busca se adequar a todas as exigências solicitadas pelo auditor externo independente.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia contará com uma auditoria interna que atuará de forma independente e objetiva e reportar-se-á ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. A auditoria interna terá por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Não excluímos a hipótese, no entanto, de utilizar tais instrumentos, caso haja necessidade de minimizar o risco das operações de empréstimos e financiamentos e transações corporativas. No entanto, a Companhia realiza a análise do fluxo de caixa com liquidez diária, bem como a gestão dos ativos, conforme procedimento de investimentos que contêm as respectivas diretrizes e medidas a serem adotadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2020 e entrou em vigor na referida data. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração e os comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o monitoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

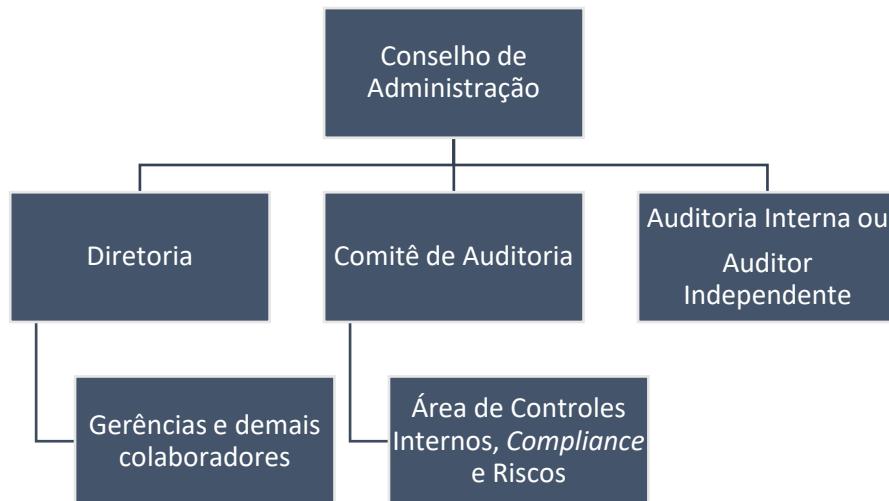
A Companhia estruturou áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, Área de Controles Internos, Compliance e Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

Linhas de Defesa

- **1^a Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos)**: Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da empresa. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.
- **2^a Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos)**: Área de Controles Internos, Compliance e Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.
- **3^a Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo)**: Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Conselho de Administração

Órgão responsável por aprovar a presente Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelecer diretrizes gerais na gestão de riscos e por auxiliar a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e compliance.

Diretoria

Órgão responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas Reuniões (conforme definido abaixo), utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo (i) fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia, inclusive o monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iii) acompanhar as atividades da Área de Controles Internos, Compliance e Riscos e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Área de Controles Internos, Compliance e Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria. A Área de Controles Internos,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Compliance e Riscos tem por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia. Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Reporta-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Tem por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e compliance entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade;
- Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que seus procedimentos de controles gerenciais são adequados para proteger e preservar os ativos da Companhia, garantir informações corretas e adequadas, promover a eficiência operacional da organização e estimular a obediência e o respeito às políticas corporativas. Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

Além disso, possuímos um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que é um conjunto de procedimentos documentados que direcionam a organização a responder, recuperar, retomar e restaurar um nível de operação pré-definido após a ocorrência de interrupção na operação / situações emergenciais. O PCN é composto pelos seguintes processos:

- Análise de impacto no negócio (BIA - Business Impact Analysis): analisa todos os processos da empresa para identificar os processos de negócio críticos de acordo com critérios estabelecidos pela empresa.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): visa listar os procedimentos para operar em contingência, ou seja, é a solução paliativa para a interrupção do processo ou do ativo.
- Plano de Recuperação de Desastre (PRD): visa listar os procedimentos para recuperar um ativo de TI retornando-o à operação normal.
- Plano de Comunicação: trata da comunicação interna e externa (com clientes e meios de comunicação) acerca de situações de crise e contingência.

Adicionalmente, a Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, tem como principal objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e ataques cibernéticos e defesa da concorrência, implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração. Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita

5.2 Descrição dos controles internos

que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Resultados Abrangentes e notas explicativas.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e compliance, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.

O auditor externo independente é contratado para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e que, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela área de Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediar-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Controles Internos, Compliance e Riscos.
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas

5.2 Descrição dos controles internos

incorridas em nome da companhia;

- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações;

A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022, oportunidade em que os auditores independentes, apesar de não identificarem deficiências significativas, relataram os Principais Assuntos de Auditoria (PAA), considerados os mais relevantes na execução da auditoria: (i) reconhecimento de receita; e (ii) recuperabilidade dos ágios.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, visto que no exame das demonstrações financeiras realizado pela auditoria externa independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram apontadas deficiências.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Através do programa de integridade, a Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

O programa de integridade da Companhia está estruturado da seguinte forma: (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncia; e (iii) Política de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos no item 5.4 a, (ii) deste Formulário de Referência.

i. **Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) o Código de Conduta; e (ii) a Política de Gerenciamento de Riscos. Sendo tais mecanismos e procedimentos atualizados em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia é aplicável a todos os colaboradores e administradores da Companhia e tem como objetivo descrever os princípios que regem os negócios e as atividades da Companhia e as normas de conduta que deverão ser aplicáveis aos seus colaboradores, fornecedores e intermediários. Sendo assim, o Código endereça as principais diretrizes e regras relativas: (i) ao relacionamento da Companhia e de seus colaboradores com (a) fornecedores; (b) clientes; (c) concorrentes; (d) órgãos governamentais; e (e) associações de classe; (ii) relacionadas a situações de conflito de interesses; (iii) ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes; (iv) à proteção de informações sensíveis; (v) aos contatos com a imprensa; (vi) à responsabilidade socioambiental da Companhia; e (vii) as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao próprio Código de Conduta. Os colaboradores da Companhia devem participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das leis anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia.

Política de Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados por todos os colaboradores e administradores, no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos dos negócios da Companhia.

Canal de Denúncias: A Companhia possui canal de denúncias, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma identificada ou anônima, observando o absoluto sigilo. As denúncias recebidas são apuradas detalhadamente e, se necessário, podem levar à imposição de medidas disciplinares internas aplicáveis, como (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e (iv) demissão por justa causa. As penalidades serão aplicadas após avaliação e recomendação da Comissão de Ética de acordo com a gravidade da transgressão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei.

Política Anticorrupção: A Companhia possui a Política Anticorrupção que tem como objetivo definir diretrizes e regras a serem adotadas pela Companhia para: (i) impedir a ocorrência de práticas de corrupção e evitar que tais atos que possam refletir adversamente sobre a integridade

5.3 Programa de integridade

e a reputação da Companhia; (ii) estabelecer as responsabilidades e os limites de atuação dos empregados da Companhia, reforçando a cultura interna e priorizando as ações necessárias; e (iii) formalizar a determinação da Companhia em adequar-se às leis aplicáveis, fortalecendo o negócio, as parcerias, as relações com clientes, fornecedores, empregados e com a sociedade.

Para mais informações sobre mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, vide itens 5.1 a 5.3 deste Formulário de Referência.

- ii. **As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Conduta são de responsabilidade do Comitê de Ética da Companhia. O Comitê de Ética da Companhia atua juntamente com os departamentos de Recursos Humanos, Controladoria e Jurídico. Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como, prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, as Leis Anticorrupção.

- iii. **Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Código de Conduta descrito na seção 5.4 a (i) acima, foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020.

- se ele a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores, membros do seu conselho de administração, do seu conselho fiscal, dos comitês do conselho de administração, bem como de quaisquer outros órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores (“Colaboradores”).

Todos os colaboradores da Companhia, após ingressarem, tomam ciência e participam de treinamentos sobre as políticas da Companhia, incluindo o Código de Conduta, Política Anticorrupção, bem como declaram por escrito, através de termo específico, que estão cientes de todo o seu conteúdo. Tais treinamentos são obrigatórios a todos os Colaboradores da Companhia. Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, uma vez a cada ano.

Atualmente, a Companhia tem como objetivo realizar um treinamento ao ano exclusivamente focado no combate à corrupção e fraudes, como forma de complementar todo o trabalho já realizado pelo Comitê de Ética, em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Os Colaboradores que praticarem qualquer violação ao Código de Conduta estarão sujeitos às

5.3 Programa de integridade

seguintes medidas disciplinares, previstas no próprio Código de Conduta: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e/ou (iv) demissão por justa causa.

Cabe ressaltar, que mesmo após a aplicação de qualquer destas penalidades ou sanções, a Companhia poderá adotar medidas legais necessárias ao resarcimento de eventuais danos sofridos por ela, ou notificar as autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos ou crimes que tenham sido praticados por tal Colaborador.

Caso as violações tenham sido praticadas por fornecedores e/ou intermediários, a Companhia poderá determinar o encerramento dos vínculos contratuais existentes e buscar eventuais medidas judiciais cabíveis para possíveis resarcimentos.

Eventuais medidas disciplinares e/ou sancionatórias deverão ser aplicadas de forma gradual e proporcional ao dano causado e à irregularidade identificada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2020 e está disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores e terceiros que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através dos seguintes canais de contato:

- Website: <https://www.contatoseguro.com.br/pt/neogrid/relato/denuncia>
- Telefone: 0800 700 7979 (Atendimento 24 horas)

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias da Companhia é administrado pela empresa Contato Seguro – Canal de Ética e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética da Companhia, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias pode ser acessado por colaboradores, fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Denúncias da Companhia é um veículo para receber, registrar e tratar denúncias feitas por Colaboradores e terceiros, cujo anonimato será rigorosamente mantido, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer forma de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal

5.3 Programa de integridade

de Denúncias e, caso ocorra, tal retaliação ou perseguição está sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As comunicações feitas através do Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O Comitê de Ética reportará o recebimento e o resultado da apuração das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e, caso seja cabível, aplicar as medidas disciplinares a cada caso específico.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia destaca que não houve casos, confirmados ou não, de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota através do Código de Conduta da Companhia, Política Anticorrupção, regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia continua em monitoramento constante de seu ambiente de controles internos e destaca que não houve alterações significativas em seus principais riscos ou em sua política de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e, até o presente momento, não identificou impacto nos covenants financeiros.

A respeito do fator de risco “A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios”, a Companhia apresenta a seguir as principais informações relativas às apólices de seguros relativos contratadas:

Empresa	Tipo de Seguro	Vigência	Cobertura 23/24
NEOGRID NE	D&O	01/04/23 a 01/04/24	USD 1.000.000
NEOGRID NE	E&O	01/01/23 a 01/01/24	EUR 2.500.000
NEOGRID PAR	D&O	01/04/23 a 01/04/24	BRL 30.000.000
NEOGRID PAR	Cyber	31/03/23 a 31/03/24	BRL 20.000.000
NEOGRID PAR	E&O	31/03/23 a 31/03/24	BRL 20.000.000
NEOGRID NA	Liability	01/04/23 a 01/04/24	USD 2.000.000
NEOGRID NA	Foreign Package	01/04/23 a 01/04/24	USD 1.000.000
NEOGRID NA	D&O	01/04/23 a 01/04/24	USD 1.000.000
NEOGRID NA	Crime	01/04/23 a 01/04/24	USD 2.000.000
NEOGRID NA	E&O/Cyber	01/04/23 a 01/04/24	USD 10.000.000

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Mil					
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 28/06/2022					
10.138.641	4,248	0	0,000	10.138.641	4,248
OUTROS					
106.955.353	44,815	0	0,000	106.955.353	44,815
TOTAL					
238.662.330	100,000	0	0,000	238.662.330	100,000
ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIM. EM PARTICIP. MULTIESTRATÉGIA					
33.701.229/0001-02	Brasil		Sim	03/12/2021	
121.568.336	50,937	0	0,000	121.568.336	50,937
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Mil					
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIM. EM PARTICIP. MULTIESTRATÉGIA					
33.701.229/0001-02					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
251.250	100,000	0	0,000	251.250	100,000
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I					
15.505.231/0001-24	Brasil		Sim	30/11/2021	
251.250	100,000	0	0,000	251.250	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Mil					
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
David Abuhab					
040.324.319-06	Brasil			08/12/2020	
58.409	22,556	0	0,000	58.409	22,556
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DEBORAH ABUHAB					
040.324.279-76	Brasil			08/12/2020	
58.409	22,556	0	0,000	58.409	22,556
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Mil					
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I					
ISAAC ABUHAB					
083.185.729-39	Brasil			08/12/2020	
58.409	22,556	0	0,000	58.409	22,556
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Miguel Abuhab					
019.372.279-87	Brasil		Sim	08/12/2020	
83.721	32,331	0	0,000	83.721	32,331
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
258.948	100,000	0	0,000	258.948	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	50.837
Quantidade acionistas pessoa jurídica	200
Quantidade investidores institucionais	31

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

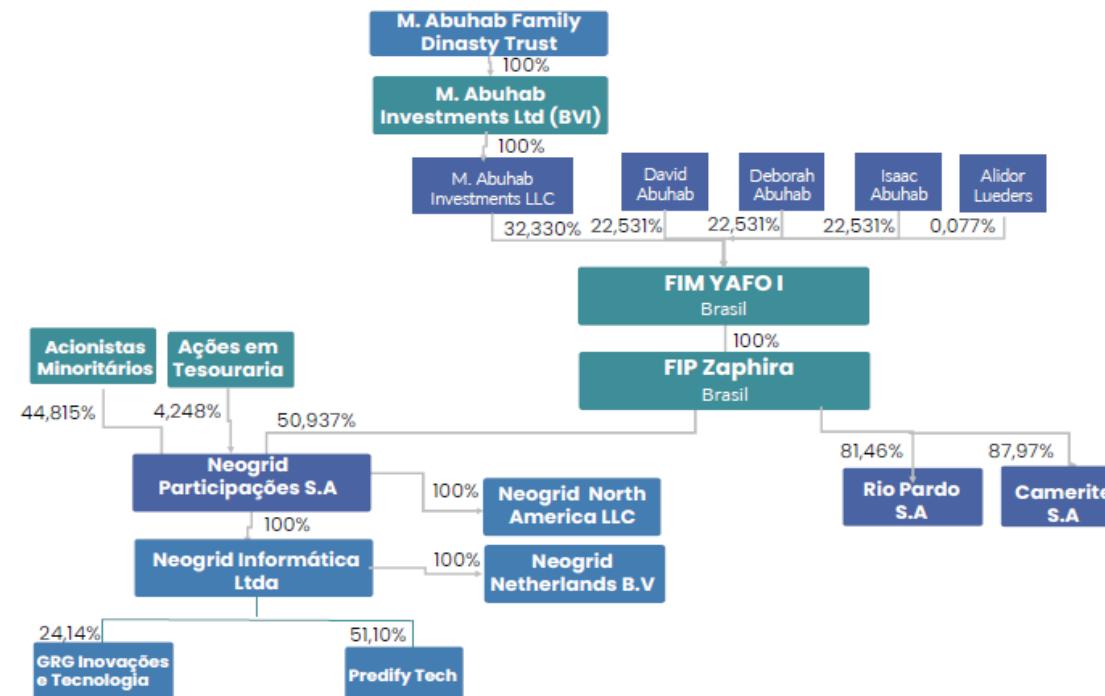
Quantidade ordinárias	94.966.358	39,791%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	94.966.358	39,791%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
GRG Inovações e Tecnologia S.A.	24.019.428/0001-44	24,140000
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01	100,000000
Neogrid Netherlands B.V.	00.000.000/0000-00	100,000000
Neogrid North America LLC	00.000.000/0000-00	100,000000
Predify Tech Ltda	30.548.292/0001-62	100,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere:



*A sociedade M. Abuhab Participações S.A. e o Instituto Miguel Abuhab que constam das Notas Explicativas nº 26 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não são controladas ou subsidiárias da Companhia e, portanto, não foram incluídas no organograma acima.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 08 de dezembro de 2020 o Sr. Miguel Abuhab transferiu 83.720,954997 quotas do YAFO (55.613,97 de forma não onerosa e 28.106,98 de forma onerosa) para a M. Abuhab Investments LLC (“MAI”) sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Delaware (USA), registrada no CNPJ sob nº 40.009.876/0001-13, representada pelo seu Diretor Miguel Abuhab. Nesta mesma data o Sr. Miguel também transferiu 200 quotas do YAFO para o Sr. Alidor Lueders – CPF 114.466.179-04.

As demais informações relevantes foram descritas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7 Assembleia geral e administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”) e da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”) (“Política de Indicação”), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, e está disponível na página da Comissão de Valores Mobiliários: www.sistemas.cvm.gov.br. Para o Conselho Fiscal, por não se tratar de um órgão permanente, os membros efetivos e suplentes são eleitos por meio de Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração, para cada indicação, os termos de desimpedimento e condenações constantes no Regulamento do Novo Mercado. O Conselho Fiscal não permanente foi eleito no dia 28 de abril de 2023, com mandato para 1 ano. Maiores detalhes dos conselheiros e suplentes podem ser observados no item 7.3 deste formulário.

A Política de Indicação estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros (i) ao Conselho de Administração da Companhia; (ii) aos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”); e (iii) à Diretoria Estatutária (“Diretoria”) da Companhia.

As principais características da Política de Indicação são: a indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria deverá observar o disposto nos documentos, legislação e regulamentação mencionados na Política de Indicação, de modo a refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado em geral.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com a missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

a) Conselho de Administração

O candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, trajetória profissional reconhecida, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e de legislação societária, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia;
- (ii) tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia; ou
- (iii) ocupar cargos públicos e com vinculação política.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

b) Comitês

O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, estatutários ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

A indicação de membros para composição dos Comitês deverá ser realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, observado requisitos dispostos no item 3 da Política de Indicação e as regras gerais e específicas aplicáveis previstas no regimento interno do respectivo Comitê.

A reeleição dos membros dos Comitês deverá levar em consideração o desempenho durante o período de seu mandato, bem como a experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

c) Diretoria

O Conselho de Administração deverá indicar para a compor a Diretoria profissionais que detenham, dentre outras competências e experiências necessárias para a função, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

Na indicação dos Diretores deverão ser observados cumulativamente os seguintes requisitos:

- (i) os processos de sucessão eventualmente em curso na Companhia;
- (ii) boa reputação e aderência aos critérios de integridade (*compliance*);
- (iii) experiência em liderança, preferencialmente no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional;
- (iv) no caso de candidato interno, as avaliações de desempenho e competências aplicáveis, nos últimos 3 (três) anos, quando aplicável;
- (v) fluência no idioma inglês e desejável a fluência em espanhol; e
- (vi) desejável especialização ou pós-graduação em área afim, técnica ou de gestão.

A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá ser baseada em suas respectivas avaliações anuais durante o período de seu mandato, seu contrato de gestão e seus indicadores de desempenho.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

A Companhia possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e Produtos e do Comitê de Pessoas, Organização e Cultura a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado anualmente, preferencialmente no mês de novembro, conforme artigo 2.1.1. da Política de Avaliação de Desempenho.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conforme item 2.3. da Política de Avaliação de Desempenho, cada integrante dos Órgãos Administrativos deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes aos Órgãos Administrativos e respectivos integrantes, sendo abordado, dentre outros tópicos:

- (i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes dos Órgãos Administrativos, bem como em relação aos acionistas da Companhia;
- (ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em processos decisórios;
- (iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelos Órgãos Administrativos;
- (iv) o alinhamento dos integrantes dos Órgãos Administrativos com a cultura e princípios corporativos da Companhia;
- (v) a composição técnica dos Órgãos Administrativos;
- (vi) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração para com os objetivos da Companhia;
- (vii) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração com criação de valor para os acionistas da Companhia;
- (viii) a adequação do número de membros de cada Órgão de Administração; e
- (ix) a delegação de competências entre os Órgãos de Administração.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho dos integrantes dos Órgãos Administrativos deverá ser conduzida por consultoria externa, e homologada pelo departamento de Gente & Gestão da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política de Transações com Partes Relacionadas”) que visa a estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Sem prejuízo dos procedimentos de denúncia disciplinados no Código de Conduta da Companhia, conforme descrito no item 5.3 (b) deste Formulário de Referência, os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 11.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (ri.neogrid.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), na categoria “Política de Transações entre Partes Relacionadas”.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem acionistas da Companhia não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas:

- (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social;
- (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e
- (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”) e da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”) (“Política de Indicação”), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, e está disponível na página da Comissão de Valores Mobiliários: www.sistemas.cvm.gov.br.

Conforme item 3.3 da Política de Indicação, “O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança”.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

As atividades da Companhia estão voltadas para o segmento de tecnologia da informação, compreendendo em grande parte a disponibilização de softwares como um serviço via internet, não sofrendo impacto relevante frente às questões climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 19	3	16	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0	0	0
TOTAL = 19	1	18	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

A Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos negócios da Companhia, ressalvados os atos que a Lei e o Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com o artigo 18 do Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 8 (oito) Diretores, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos.

O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens elencados abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia.

Compete a Diretoria, de forma geral:

- (i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;
- (vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Comitê de Auditoria Não Estatutário (“Comitê de Auditoria”)

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo um deles designado como coordenador, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e deverá observar a Política de Indicação, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, com mandato 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e a rotatividade entre os membros.

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável, nos termos do item 7.1. do seu Regimento Interno:

- (i) elaborar relatório trimestral resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser enviado ao Conselho de Administração;
- (ii) sugerir alterações ao Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
- (iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;
- (iv) avaliar as recomendações feitas pelas auditorias interna ou auditoria independente contratada para tal função, emitindo orientação ao Conselho de Administração acerca da resolução de eventuais divergências entre os agentes envolvidos;
- (v) monitorar (a) a execução do plano de trabalho da auditoria interna da Companhia ou auditoria independente contratada para tal função, analisando a necessidade de mudanças no seu escopo e/ou no seu planejamento e (b) os relatórios dos trabalhos da auditoria interna ou auditoria independente contratada para tal função, dando conhecimento de suas conclusões ao Conselho de Administração;
- (vi) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca de escolhas ou de mudanças de práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia;
- (vii) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;
- (viii) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;
- (ix) acompanhar as atividades da auditoria independente, a fim de avaliar (a) a sua

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; (c) o cumprimento da legislação vigente e aplicável, bem como dos documentos internos da Companhia; e (d) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

- (x) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;
- (xi) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;
- (xii) supervisionar as atividades da equipe responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, monitorando a qualidade e a integridade das informações periódicas da Companhia e fazendo as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xiii) analisar o relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, emitindo parecer para o Conselho de Administração;
- (xiv) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos;
- (xv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (xvi) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- (xvii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria independente, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xviii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;
- (xix) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;
- (xx) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (xxi) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria;
- (xxii) acompanhar os ofícios e os questionamentos dirigidos ao Conselho de Administração, pelos órgãos públicos competentes e/ou pelos órgãos internos da Companhia, sobre as matérias relacionadas à área de atuação do Comitê de Auditoria;
- (xxiii) tomar conhecimento das denúncias do Canal de Ética, certificar-se de que foram devidamente endereçadas e informar ao Conselho de Administração os casos que

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

envolvam fraude e/ou a alta administração da Companhia, bem como definir as penalidades aplicáveis aos membros da administração da Companhia e seus acionistas controladores, assim definidos na forma do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e

- (xxiv) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

De acordo com o regimento interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á (i) ao menos uma vez por bimestre, em caráter ordinário e (ii) em reuniões especiais, sempre que qualquer um dos membros julgar necessário em alinhamento com o Coordenador do Comitê de Auditoria, ou quando requerido pelas circunstâncias. As reuniões do Comitê de Auditoria serão convocadas pelo Coordenador do Comitê ou pela maioria de seus membros, mediante comunicado escrito entregue, inclusive por e-mail, acompanhado do material de apoio, se for o caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias quando ordinária e 2 (dois) dias quando extraordinária, no qual deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

O Comitê de Auditoria possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020, com alterações aprovadas em Reunião do Conselho de Administração em 19 de outubro de 2022, e está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

Conforme o Regime Interno do Comitê de Auditoria, todos os membros do Comitê de Auditoria têm os seguintes deveres:

- (i) dedicar o tempo necessário para atuação no Comitê de Auditoria;
- (ii) executar suas atividades com diligência e lealdade, mantendo sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções;
- (iii) evitar situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas;
- (iv) prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sempre que solicitado, respeitando a periodicidade mínima trimestral de apresentar relatório ao Conselho de Administração; e
- (v) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Além disso, é vedado aos membros do Comitê de Auditoria:

- (i) receber qualquer vantagem indevida ou desproporcional, em razão do exercício do cargo;
- (ii) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- (iii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (iv) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tenha a intenção de adquirir;
- (v) valer-se de informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem; e
- (vi) participar, direta ou indiretamente, da administração de sociedades concorrentes da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Comitê de Auditoria poderão fazer jus à uma remuneração, se não receberam outra remuneração da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a respectiva remuneração individual.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

A remuneração do Comitê de Auditoria deverá obedecer a Política de Remuneração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria serão reembolsados pela Companhia das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, mediante apresentação do respectivo comprovante, que deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

Área de Controles Internos, Compliance e Riscos

Área subordinada ao Comitê de Auditoria, que a auxilia na implementação de medidas mitigadoras dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia.

Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Deverá ter, por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar de a Companhia não possuir uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar o

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

trabalho da auditoria independente. Para fins dessa avaliação, o Conselho de Administração conta com a ajuda do Comitê de Auditoria, o qual compete avaliar o desempenho dos auditores independentes e fazer recomendações ao Conselho de Administração para nomear, renomear ou solicitar a sua destituição, bem como revisar as políticas para prestações de serviços efetuados por seus auditores independentes.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Comitê de Auditoria deve tomar conhecimento das denúncias do Canal de Ética, certificar-se de que foram devidamente endereçadas e informar ao Conselho de Administração os casos que envolvam fraude e/ou a alta administração da Companhia, bem como definir as penalidades aplicáveis aos membros da administração da Companhia e seus acionistas controladores, conforme definido no item 7.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado em Reunião do Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020, com alterações aprovadas em Reunião do Conselho de Administração em 19 de outubro de 2022, e está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com)

As atividades da Companhia estão voltadas para o segmento de tecnologia da informação, compreendendo em grande parte a disponibilização de softwares como um serviço via internet, não sofrendo impacto relevante frente às questões climáticas.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima **CPF:** 125.979.208-01 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 17/01/1963

Experiência Profissional: A Sra. Adriana Muratore é administradora formada pela EASP-Fundação Getúlio Vargas, com MBA pela FIA/USP, Vanderbuilt University, AMP por INSEAD e pós-graduada em inovação no MIT e Finanças no INSPER. Atuou nas seguintes organizações nos últimos anos: sócia da Actavox Consultoria, Vice-Presidente Senior das áreas comercial, marketing e reabastecimento do Walmart Brasil, CMO do Carrefour Brasil, CMO da Parmalat Brasil, Diretora da Hypermarcas, Diretora Unilever Brasil em diversas áreas como marketing Brasil e global, comercial, sustentabilidade, entre outros. Atualmente é conselheira consultiva da Midea Carrier e Diretora do Programa Diversidade em Conselho (PDeC) organizado por B3/IBGC/IFC/WCD

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/05/2023	02 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		Sim	
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/05/2023	02 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		Sim	

Nome: Alberto Menache **CPF:** 172.636.238-89 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 29/09/1973

Experiência Profissional: O Sr. Alberto Menache é empresário e possui vasta experiência no ramo de tecnologia. Foi co-fundador da Linx S.A. onde trabalhou por mais de 30 anos ocupando cargos de CEO e Vice-presidente do Conselho de Administração. Em 2020 participou do processo de venda entre Linx e Stone.co. Menache também foi Conselheiro da Arco Educação e atualmente, Sr. Menache é membro do Conselho Consultivo do Alicerce. O Sr. Alberto Menache declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Alberto Menache declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2022	Sim	19/10/2022
Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2022	Sim	19/10/2022

Nome: Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes **CPF:** 346.152.454-91 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/01/1962

Experiência Profissional: A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro de 2007. Possui doutorado em Economia pela Universidade Berkeley da Califórnia (1990). Desde 1998, é membro do CFA® Institute. Atualmente é conselheira da Neogrid e da Zenvia Inc., coordenando o comitê de auditoria dessas companhias. Entre 2016 e 2022 foi membro do conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito, tendo exercido a presidência do conselho entre abril/2019 e dez/2022), da OEC S.A. (antiga Odebrecht Engenharia) tendo servido como coordenadora de seu Comitê de Auditoria, e da 2W Ecobank (jan/2021-abril/2023). Foi Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de julho de 2012 a dezembro de 2014. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da CCR (membro independente entre maio 2002 a junho 2012 e membro não independente entre agosto de 2015 a abril de 2019), da CPFL Energia (de abril 2007 a junho 2012), Metalfrio (de maio 2009 a junho 2012) e Datasul (de abril 2006 a agosto 2008). Foi também consultora do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (de agosto 2006 a julho 2011); diretora de investimentos do Pictet Modal Asset Management S.A. (de 1998 a 2003); e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (de 1995 a 1997). Trabalhou no Banco Mundial, em Washington, entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2003 e na Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 1991. Possui vários artigos técnicos publicados em revistas técnicas. Ana é membro do Conselho Curador da Fundação do Câncer, do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos para Políticas Públicas e sócia fundadora da Oitis Consultoria Econômica e Financeira Eireli para avaliação de empresas e governança corporativa. A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2022	Sim	19/10/2020
Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2022	Sim	19/10/2020

Nome: Aury Ronan Francisco **CPF:** 039.730.159-61 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 05/11/1982

Experiência Profissional: Aury Ronan Francisco possui cerca de 20 anos de experiência na área financeira exercendo atividades como CFO e Controller da Movile (grupo controlador de empresas de tecnologia como Ifood e Sympla), Diretor de Controladoria no Grupo Dafiti e Gerente Contábil e Administrativo do Grupo Amaggi. Aury é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina, possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas, e MBA executivo em Gestão de Negócios Globais e Sustentáveis pela Fundação Dom Cabral. O Sr. Aury Francisco declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Aury Francisco declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	02/03/2023	2 anos - Unificado aos demais membros	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/03/2023	Sim	03/03/2023
Pertence apenas à Diretoria	02/03/2023	2 anos - Unificado aos demais membros	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/03/2023	Sim	03/03/2023

Nome: Bruno Nascimento Pereira **CPF:** 092.495.697-69 **Profissão:** Psicólogo **Data de Nascimento:** 16/04/1982

Experiência Profissional: O sr. Bruno Pereira tem mais de 20 anos de experiência em Gente & Gestão para tecnologia e startups. Algumas das empresas que ele ajudou: MongoDB, Stone, Sprinklr, VTEX, Endemol, Maker Studios/Disney, Oi, Bemobi. Sua experiência antes da Neogrid foi como VP de Pessoas e Gestão da Cortex Intelligence. Bruno é graduado em Psicologia Social e Pesquisa Científica pela UFRJ, com especialização em Gestão de RH e MBA em Gestão Empresarial pela FGV. O Sr. Bruno Pereira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Bruno Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2022
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2022

Nome: Carlos Alberto Soares Pereira**CPF:** 014.759.429-40**Profissão:** Administrador**Data de Nascimento:** 29/10/1976

Experiência Profissional: O sr. Carlos Pereira é um executivo sênior de tecnologia com mais de 25 anos de experiência na área, é formado em Tecnologia pela UDESC e possui diversas especializações na área, em instituições como Stevens Institute of Technology, Harvard Business School e MIT Sloan. Em sua trajetória profissional, destacam-se as atividades como diretor de serviços, P&D e operações no grupo TOTVS, CTO da Senior Sistemas, e em sua experiência mais recente atuava como executivo sênior de tecnologia do Mercado Livre. O Sr. Carlos Pereira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2022
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2022

Nome: David Abuhab

CPF: 040.324.319-06

Profissão: Engenheiro de Produção

Data de Nascimento: 12/08/1986

Experiência Profissional: O Sr. David Abuhab é Diretor sem designação específica. Graduou-se em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e possui especialização em Finanças com ênfase em Fundos de Investimentos e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas, Liderança de Produtos Digitais pela Tera e Negócios pela Stanford Graduate School of Business. Foi gerente de marketing e CEO da VejoaoVivo.com.br entre agosto de 2012 e janeiro de 2014. Atuou como membro do conselho da Rio Pardo Proteína VegetalAtuou como membro do conselho da Rio Pardo Proteína Vegetal, da NeoGrid Datacenter e da R&B Rastreabilidade Brasil e foi investidor e co-fundador da Camerite, plataforma de videomonitoramento em nuvem. O Sr. David Abuhab declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. David Abuhab declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2020
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2020

Nome: Felipe Guerra Fernandes de Abreu **CPF:** 368.129.068-75 **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 14/01/1988

Experiência Profissional: Felipe Guerra Fernandes de Abreu é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Iniciou sua carreira como consultor da Brain & Company, onde atuou, principalmente, com varejo e bens de consumo em projetos de Pricing, Planejamento de Sortimento e Go to Market. Felipe atuou como Gerente Sr. na C&A nas áreas de Alocação, BI, Mardown Management e no desenvolvimento de projetos para alavancagem de venda através de Supply Chain. Sua última experiência foi como Diretor de Operações da Tok&Stok, gerenciando as 70 lojas e quase 2.000 pessoas no time de vendas. O Sr. Felipe Guerra Fernandes de Abreu declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Felipe Guerra Fernandes de Abreu declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	27/04/2023	2 anos - Unificado aos demais membros	19 - Outros Diretores	27/04/2023	Sim	27/04/2023
Pertence apenas à Diretoria	27/04/2023	2 anos - Unificado aos demais membros	19 - Outros Diretores	27/04/2023	Sim	27/04/2023

Nome: Fernando Silveira Rosa Rheingantz **CPF:** 814.266.150-00 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/01/1980

Experiência Profissional: Fernando Rheingantz é formado em International Business pela Belmont Abbey College, com pós graduação na Fundação Dom Cabral e especialização na IESE e traz uma forte história de crescimento em setores como bens de consumo, varejo, saúde e telecom. Possui mais de 20 anos de experiência profissional atuando nos segmentos B2C e B2B com desenvolvimento de canais, expansão de negócios e gestão completa de P&Ls. Fernando tem passagem por importantes empresas nacionais e multinacionais como: C&A, Nokia, Ancar Ivanhoe, Vivo, Raia Drogasil e Unidas. O Sr. Fernando Rheingantz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Fernando Rheingantz declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	27/04/2023	2 anos - Unificado aos demais membros	19 - Outros Diretores	27/04/2023	Sim	27/04/2023

Pertence apenas à Diretoria	27/04/2023	2 anos - Unificado aos demais membros	19 - Outros Diretores	27/04/2023	Sim	27/04/2023
-----------------------------	------------	---------------------------------------	-----------------------	------------	-----	------------

Nome: Gláucio Cunha Barros **CPF:** 050.850.928-99 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 10/03/1966

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas, pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo, tem MBA em Controladoria pela USP/FIA ±Dez/02 e MBA CEO GLOBAL pela FGV/ISCTE-IUL ±Dez/17. Iniciou sua carreira como auditor externo na KPMG. Atuou por 5 anos como CFO da Sony Brasil, sendo responsável pelas áreas de Finanças, planejamento orçamentário, Impostos, Jurídico, RH e TI. Foi Diretor Financeiro na Hughes Telecomunicações onde implantou sistemas integrados (ERP) e liderou a captação de linhas de crédito para implantação de Hubs de Tele comunicação para empresas de telefonia celular. Em 2021 passou a ser o líder em Finanças da AMCOM Sistemas de Informação S.A., sendo responsável por M&A. Atualmente é certificado como Executivo de Finanças pelo IBEFSP/2019 e Conselheiro formado pelo IBGC/SP. O Sr. Gláucio Cunha Barros declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Gláucio Cunha Barros declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Nome: Jean Carlo Klaumann **CPF:** 808.968.989-20 **Profissão:** Graduado em Marketing **Data de Nascimento:** 25/02/1975

Experiência Profissional: Jean Carlo Klaumann é um profissional com mais de 25 anos de experiência no mercado de tecnologia, com graduação em Marketing e especializações em Gestão Executiva, Data Science, Inteligência Artificial e Governança Corporativa por instituições como Fundação Dom Cabral, University of Chicago e IBGC. Klaumann ocupou cargos como Diretor Comercial na Datasul de 2005 a 2008, Diretor de Operações na TOTVS de 2008 a 2011, e em 2011 iniciou sua história na Linx/StoneCo, nos cargos de Vice-Presidente de Operações e Digital & Omni Commerce. Além de seu profundo conhecimento em gestão executiva e tecnologia aplicada à digitalização do ecossistema de varejo, o Sr. Jean Carlo Klaumann possui em seu currículo dois IPOs e mais de 30 aquisições. O Sr. Jean Carlo Klaumann declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Klaumann declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	10 - Diretor Presidente / Superintendente	19/10/2022	Sim	01/03/2022
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	10 - Diretor Presidente / Superintendente	19/10/2022	Sim	01/03/2022

Nome: Leonardo Santana **CPF:** 029.430.839-33 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 04/02/1980

Experiência Profissional: Formado em direito pela Faculdade de Direito de Joinville FDJ, com MBA em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas FGV. Possui mais de 20 anos de experiência como advogado. Foi advogado da empresa Datasul S.A. por 5 anos, e atualmente é sócio fundador do escritório de advocacia Silva, Santana & Teston Advogados, fundado em 2003. Atua em todas as áreas do Direito Empresarial, com destaque para o Direito Societário e os Processos de Fusões e Aquisições (M&A). É Presidente do Conselho Deliberativo da AJORPEME - Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas. O Sr. Leonardo Santana declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Leonardo Santana declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021
-----------------	------------	-------	--	------------	-----	------------

Nome:	Mário da Silva	CPF:	482.865.089-04	Profissão:	Contador	Data de Nascimento:	11/09/1965
Experiência Profissional:	Formado em Ciências contábeis com MBA em Auditoria e Controles Gerenciais pela Universidade da Região de Joinville - Univille. Atuou por 18 anos na Tupy S.A, exercendo funções nas áreas de Contabilidade, Custos, Planejamento Econômico, Auditoria e Análise e Controle Gerencial. Trabalhou na Datasul, como Controller, tendo participado diretamente no processo de remodelagem de negócio feito pela empresa em 1999 com a criação das franquias de desenvolvimento e de vendas, se envolvendo também em todo processo que levou a empresa a abertura do capital no novo mercado. Atualmente, empreende na prestação de serviços contábeis, fiscais e de RH como Sócio Proprietário da Prossiga Contabilidade, em Joinville/SC, empresa que é referência na prestação de serviços em especial para aquelas do ramo de tecnologia. O Sr. Mário da Silva declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Mário da Silva declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Nome: Miguel Abuhab

CPF: 019.372.279-87

Profissão: Engenheiro Mecânico Data de Nascimento: 15/05/1944
de Produção

Experiência Profissional: O Sr. Miguel Abuhab graduou-se em Engenharia Mecânica de Produção pelo ITA - Instituto Brasileiro de Tecnologia da Aeronáutica. Logo após a graduação, trabalhou numa empresa de engenharia, onde foi responsável pelo projeto de implantação da nova fábrica de refrigeradores da Consul S.A. em Joinville/SC. Em 1978, fundou a empresa Datasul S.A., em Joinville/SC, vindo a desenvolver softwares para controle de produção que, mais tarde, tornou-se a maior empresa de software ERP do Brasil. Duas décadas depois, em 1999, fundou a Companhia, líder em soluções para a gestão automática da cadeia de suprimentos (Supply Chain Management), com sede no Brasil e escritórios nos Estados Unidos, Europa - e onde, atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Paralelamente, desde 2003, Abuhab tem trabalhado em seu Plano de Simplificação Tributária para o Brasil - Modelo Abuhab de Cobrança de IVA/IBS - que serviu como base para o relatório da reforma tributária do ex-Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, aprovado em dezembro de 2018 na comissão especial da Câmara dos Deputados. Em 5 de setembro de 2019, apresentou seu Plano à CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Sistema Tributário Nacional. Sobre o tema, escreveu o livro "Devo não nego, pago quando receber";em que descreve claramente as suas ideias de Simplificação Tributária. Abuhab incorpora em seu business expertise a Teoria das Restrições (TOC), desenvolvida por Eliyahu Goldratt, e ideias relacionadas à cadeia de suprimentos. Também é membro fundador da organização TOCICO - Theory of Constraints International Certification Organization. O empresário ainda atua fortemente em projetos de responsabilidade social, focados em educação. O programa de TOCfe (TOC for Education), patrocinado pelo Instituto Miguel Abuhab (IMA), já formou 200 professores voluntários em 40 escolas da rede pública de ensino de Joinville, atendendo mais de 10 mil crianças. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Miguel Abuhab declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Miguel Abuhab declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/10/2022	Sim	13/05/2013
Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/10/2022	Sim	13/05/2013

Nome: Piedade Mota da Fonseca **CPF:** 548.435.537-00 **Profissão:** Auditora **Data de Nascimento:** 29/04/1957

Experiência Profissional: Piedade é graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA da Amana e com STC Skills, Tools and Competencies Executive Program da FDC e da Kellogg School of Management. Possui 42 anos de experiência em Gestão, Auditoria, Avaliação de Controles Internos, Análise de Riscos e Compliance. Foi Diretora da Auditoria Interna da CSN Companhia Siderúrgica Nacional por 15 anos, onde introduziu a SOx Sarbanes Oxley Act e difundiu os conceitos de avaliação de riscos, bem como implantou o Manual da Organização, com as principais Diretrizes, Normas e Procedimentos das empresas do grupo, inclusive, as de Governança Corporativa. Atuou como membro titular dos Conselhos de Administração da Inepar FEM (em 1997), Eletropaulo (em 1998) e Condor-Tecnologias não Letais (de SET/2012 a NOV/2015), nesta última, também presidiu o Comitê Financeiro. Atuou, ainda, como membro efetivo do Conselho Deliberativo da CBS Previdência (de ABR/2003 a MAI/2013), onde também exerceu cargo de Presidente da CBS Previdência, por 3 meses e, ainda, como membro suplente do Conselho de Administração da Namisa (de ABR/2009 a MAI/2012) e como membro suplente do Conselho Fiscal da VALE (de JUN/1997 a MAR/2001). É Conselheira Fiscal na CCR S.A. Também é consultora na implantação das áreas de Auditoria Interna, Risco e Compliance. A Sra. Piedade Mota da Fonseca declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Piedade Mota da Fonseca declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Nome: Rafael de Souza Morsch **CPF:** 012.184.570-23 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 27/11/1990

Experiência Profissional: Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Administrador de Carteras de Valores Mobiliários (Gestor) habilitado pela CVM desde 2014, o sr. Rafael de Souza Morsch é Sócio e Diretor de Pesquisa na Zenith Asset Management Ltda e atua como Membro do Conselho de Administração Efetivo na SAIPOS Serviços de Software Ltda. Além disso já foi membro efetivo do Conselho de Administração nas empresas Technos S/A (em 2021 e 2022) onde exerceu funções como membro e coordenador do Comitê de Auditoria e membro do Comitê Financeiro e já atuou como membro do Conselho de Administração Efetivo na LIQ Participações S/A (2018). Rafael já atuou como membro efetivo do conselho fiscal nas empresas Sendas – Assai (2021 e 2022), Cia. Tecidos Santanense S/A (de 2016 a 2022), Coteminas S/A (de 2019 a 2022), CBD – GPA (2020), Positivo Tecnologia S/A (2019 e 2020), Encorpar S/A (2018 a 2021), Excelsior Alimentos S/A (2017 e 2018), Forjas Taurus S/A (2016) e como membro suplente do conselho fiscal nas empresas RANDON S.A. Implementos e Participações (2022), Metalgráfica Iguaçu S/A (2018), Companhia Tecidos Santanense S/A (2015) e Encorpar S/A (2014). O Sr. Rafael de Souza Morsch declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rafael de Souza Morsch declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	28/04/2023
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome: Robson Alessandro Munhoz **CPF:** 127.945.608-67 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 07/12/1972

Experiência Profissional: O Sr. Robson Alessandro Munhoz é Diretor sem designação específica da Companhia. Graduou-se em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo. Possui uma especialização em administração de suprimentos, logística e materiais pela Central Michigan University e um MBA em administração de empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado. Atuou como gerente de produtos do ABN AMRO Bank N.V e gerente de desenvolvimento na GXS. Em junho de 2003, fundou a Bis Company. Atualmente é membro do conselho de administração da Blusoft Sistemas. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Robson Alessandro Munhoz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Robson Alessandro Munhoz declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2020

Pertence apenas à Diretoria	19/10/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	19/10/2022	Sim	19/10/2020
-----------------------------	------------	--------	-----------------------	------------	-----	------------

Nome: THIAGO WOLF PEREIRA **CPF:** 011.381.810-64 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 03/04/1986

Experiência Profissional: Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o sr. Thiago Wolf Pereira é Sócio da Zenith Asset Management Ltda, e já atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal nas empresas Metalgráfica Iguaçu S/A (de 2018 a 2021) e Randon S/A Implementos e Participações (em 2022). O Sr. Thiago Wolf Pereira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago Wolf Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	28/04/2023
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	28/04/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes **CPF:** 346.152.454-91 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/01/1962

Experiência Profissional:

A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro de 2007. Possui doutorado em Economia pela Universidade Berkeley da Califórnia (1990). Desde 1998, é membro do CFA® Institute. Atualmente é conselheira da Neogrid e da Zenvia Inc., coordenando o comitê de auditoria dessas companhias. Entre 2016 e 2022 foi membro do conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito, tendo exercido a presidência do conselho entre abril/2019 e dez/2022), da OEC S.A. (antiga Odebrecht Engenharia) tendo servido como coordenadora de seu Comitê de Auditoria, e da 2W Ecobank (jan/2021-abril/2023). Foi Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de julho de 2012 a dezembro de 2014. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da CCR (membro independente entre maio 2002 a junho 2012 e membro não independente entre agosto de 2015 a abril de 2019), da CPFL Energia (de abril 2007 a junho 2012), Metalfrio (de maio 2009 a junho 2012) e Datasul (de abril 2006 a agosto 2008). Foi também consultora do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (de agosto 2006 a julho 2011); diretora de investimentos do Pictet Modal Asset Management S.A. (de 1998 a 2003); e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (de 1995 a 1997). Trabalhou no Banco Mundial, em Washington, entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2003 e na Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 1991. Possui vários artigos técnicos publicados em revistas técnicas. Ana é membro do Conselho Curador da Fundação do Câncer, do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos para Políticas Públicas e sócia fundadora da Oitis Consultoria Econômica e Financeira Eireli para avaliação de empresas e governança corporativa. A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/2022	2 anos	Coordenadora do Comitê de Auditoria	19/10/2022	Não	19/10/2020

Nome: Marcelo Lima Tonini**CPF:** 126.781.888-33**Profissão:** Consultor**Data de Nascimento:** 28/01/1969**Experiência Profissional:**

O Sr. Marcelo Lima Tonini foi sócio responsável pelas unidades de negócios da KPMG em Santa Catarina, em Joinville e Florianópolis, durante 13 anos. É responsável técnico por diversos projetos focados em auditoria e impostos, aplicados em empresas de diversos setores da economia como Alimentício, Têxtil, Metalmecânico, Construção Civil, entre outros. O Sr. Marcelo Lima Tonini tem domínio de normas contábeis nacionais e internacionais CPC e IFRS, experiência no uso e integração com os sistemas ERP, inscrição ativa no CRC ±Conselho Regional de Contabilidade e experiência em projetos de abertura de capital na BOVESPA em empresas dos setores Têxtil e Agronegócio. Possui atuação na gestão de vários projetos simultâneos e complexos, envolvendo diferentes produtos, equipes e áreas de negócio, otimização de metas, custos, prazos e qualidade das entregas, e tem extensa experiência em gestão operacional dos projetos ao longo do ciclo de vida (cronogramas, backlog, baselines, listas de pendências e planejamento de entregas) e gerenciamento de conflitos relacionados ao trabalho em equipe. Ainda é responsável pelo processo de melhoria no nível de engajamento dos colaboradores, atingindo índices acima da média da Organização e tem ampla experiência em processos de Planejamento Financeiro e todas as rotinas envolvidas, como Gestão de Fluxo de Caixa, Investimentos, Gestão Orçamentária, Forecast, visão sistêmica de Processos de Negócios, com facilidade para mapeamento de processos e fluxos, compreensão de modelos de negócios e propostas de melhorias. O Sr. Marcelo Lima Tonini declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Lima Tonini declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/2022	2 anos	N/A	19/10/2022	Não	19/10/2020

Nome: Paulo Sérgio Dantas Matos**CPF:** 219.961.055-15**Profissão:** Consultor**Data de Nascimento:** 30/06/1961**Experiência Profissional:**

politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/2022	2 anos	N/A	19/10/2022	Não	01/02/2021

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Miguel Abuhab	019.372.279-87	NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A	10.139.870/0001-08	
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Abuhab	040.324.319-06	NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A	10.139.870/0001-08	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Diretor sem Designação Específica				
<u>Observação</u>				
O Sr. David é diretor das sociedades controladas Neogrid Informática Ltda, Neogrid North America LLC e Neogrid Neterlands BV, além de membro do conselho de administração da controlada Predify Tech S.A., vide item 7.3 deste Formulário de Referência.				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2022			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Aury Ronan Francisco Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	039.730.159-61	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor Financeiro	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Nascimento Pereira Diretor sem designação específica	092.495.697-69	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Alberto Soares Pereira Diretor sem designação específica	014.759.429-40	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
David Abuhab Diretor sem designação específica	040.324.319-06	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
David Abuhab Diretor sem designação específica	040.324.319-06	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Predify Tech Ltda Membro Conselho Administração	30.548.292/0001-62		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Felipe Guerra Fernandes de Abreu Diretor sem designação específica	368.129.068-75	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Fernando Silveira Rosa Rheingantz	814.266.150-00	Controle	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor sem designação específica			
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Jean Carlo Klaumann	808.968.989-20	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Robson Alessandro Munhoz	127.945.608-67	Controle	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
Observação			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u>			
David Abuhab	040.324.319-06	Controle	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Robson Alessandro Munhoz	127.945.608-67	Controle	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u>			
David Abuhab Diretor sem designação específica	040.324.319-06	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Robson Alessandro Munhoz Diretor sem designação específica	127.945.608-67	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas por ela suportadas ou por seus administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia no decurso da atividade profissional exercida pelos administradores na Companhia. O limite máximo de garantia da apólice é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e o valor anual do prêmio líquido corresponde a R\$ 130.793,91 (cento e trinta mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e um centavos).

Além disso, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenes (i) os membros (a) do Conselho de Administração, (b) dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e (c) da Diretoria da Companhia e de suas controladas, e (ii) os empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas, sem prejuízo da eventual contratação de seguro específico em favor de tais Beneficiários.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não prestou compromisso e/ou celebrou contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenes os Beneficiários por eventuais danos ou prejuízos efetivamente sofridos por estes por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	28/04/2023	19/10/2022	13/07/2022	07/06/2022	27/04/2022
Tipo de Assembleia	AGO	AGE	AGE	AGD	AGO
Instalação em segunda convocação	Não	Não	Não	Não	Não
Quórum de instalação (ações ordinárias)	51,74%	51,42%	51,38%	100% *	52,04%

* Na AGD (Assembleia Geral de Debenturista) participou o único debenturista da Companhia, representando 100% do capital votante.

Divulgação de cargos dos membros do Conselho de Administração

Para informações sobre os cargos de administração ocupados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia em outras entidades vide item 7.3/4 deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração	Total de Reuniões*	% de participação
Miguel Abuhab	15	100%
David Abuhab	12	100%
José Rogério Luiz	2	100%
Jorge Steffens	13	100%
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes	15	100%
Marcos Guimarães Grasso	14	93%
Alberto Menache	3	100%

* Realizadas no último exercício social pelo respectivo órgão desde a posse do membro do conselho.

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e fiscalizadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) a transparência; (ii) a equidade; (iii) a prestação de contas (*accountability*); e (iv) a responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, pode ser entendido que a administração da Companhia deve informar não apenas o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também os demais fatores (mesmo que intangíveis) em que é baseada a ação empresarial. Por equidade é possível entender o tratamento justo e igualitário dos grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores e/ou credores. O princípio do *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a aqueles que os elegeram. Ademais, o princípio da responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e das operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em consonância com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho

7.8 Outras informações relevantes

Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;
- não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- não cumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração;
- adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária e Política de Transações com Partes Relacionadas;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. (“B3”) estabeleceu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado. A instituição desses segmentos teve como objetivo estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e a adotar um nível de divulgação de informações adicional àquele exigido pelas leis. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam de maneira voluntária a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações. Via de regra, essas normas ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso dos segmentos da B3, pois exige um mais alto grau de práticas de governança corporativa, impondo regras que visam a conceder transparéncia com relação às atividades e maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, além de outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado visando a ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa.

8.1 Política ou prática de remuneração

8 Remuneração dos administradores

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

- a. **Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia (“Política de Remuneração”).

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração (“Conselho de Administração”), da Diretoria Estatutária (“Diretoria”) e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês”) (em conjunto, os “Administradores”), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) (“Conselho Fiscal”) da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia (“Assembleia Geral”), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (ri.neogrid.com) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

- b. **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da Companhia e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade às atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos

8.1 Política ou prática de remuneração

administradores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da Companhia e dos administradores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. Podem também ser utilizadas avaliações de condições de remuneração de mercado, incluindo empresas do setor e empresas de mesmo porte.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de outubro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Política de Remuneração será revista anualmente e, a critério do Conselho de Administração, será ajustada de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

c. Composição da remuneração, indicando:

A remuneração global da Diretoria poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa (ii) remuneração variável; (iii) benefícios diretos e indiretos; (iv) benefícios pós-emprego; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (vi) remuneração baseada em ações; (vii) incentivos de longo prazo; e (viii) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo que os demais Administradores farão jus somente à remuneração fixa e remuneração variável.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

i. descrição dos elementos da remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

8.1 Política ou prática de remuneração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

Não são elementos da remuneração do Conselho de Administração: (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (v) incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais <i>stakeholders</i> da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores fazem jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, auxílio creche, seguro de responsabilidade civil (D&O), auxílio reembolso de medicamentos, estacionamento, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de ações restritas, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Diretoria Não Estatutária.

Conselho Fiscal

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

Não são elementos da remuneração do Conselho Fiscal: (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (v) incentivos de longo prazo.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitês Estatutários instalados.

Comitês Não Estatutários - Comitê de Auditoria

Os membros dos Comitês Não Estatutários fazem jus somente à remuneração fixa.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2022 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	100%	95%	0%	100%
Remuneração Variável	0	0%	5%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	0%	100%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2021 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	100%	92%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	8%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	0%	100%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2020 foram, aproximadamente:

8.1 Política ou prática de remuneração

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	0%	65%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	35%	0%	0%
TOTAL	100%	0%	100%	0%	100%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

Poderá haver membros do Conselho de Administração que também acumulem o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, e venham a contribuir no processo de determinação da remuneração dos Administradores. Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, os Conselheiros deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Além disso, qualquer dos Conselheiros poderá alegar existência de conflito de interesses de outro membro do Conselho de Administração, sendo certo que, em não havendo consenso com relação à existência do conflito, os demais Conselheiros (exceto o agente e o paciente) votarão pela existência, ou não, do conflito, determinando, assim, a possibilidade ou não da participação de tal Conselheiro na discussão e deliberação acerca da respectiva matéria. O Regimento Interno do Conselho de Administração, adicionalmente, prevê que o Conselheiro que ocupar cargo de Diretoria da Companhia estará impedido de votar sobre a sua própria remuneração.

Para esta avaliação de cálculos e de reajuste poderão ser consideradas como referência pesquisas de mercado pertinentes, garantindo a melhor aderência para posicionamento estratégico do pacote de remuneração total oferecido, em relação ao mercado de atuação da Companhia. Esta medida contribui para que as alterações propostas sejam compatíveis com as práticas vigentes de mercado, evitando conflito de interesse na composição do pacote de remuneração dos administradores.

O Conselho de Administração poderá vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionados de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo, como por exemplo, através do aumento da receita recorrente mensal e anual, EBITDA, etc. A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais, considerando indicadores relativos à saúde financeira, penetração e cobertura de mercado, entrega de plataformas e produtos, etc.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da administração da Companhia, sendo tal análise, realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de referências de mercado (*benchmarks*) de empresas do mesmo setor da Companhia para posições de complexidade similar, de acordo com a função, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia,

8.1 Política ou prática de remuneração

respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, a critério do Conselho de Administração apenas com relação à remuneração fixa dos membros da Diretoria, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais, o que contempla avaliar a entrega dos indicadores anuais estabelecidos em função do planejamento estratégico, bem como a abordagem utilizada para entrega dos resultados, almejando o enquadramento cultural e aderência aos valores da Companhia.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável dos membros da diretoria deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do administrador que faça jus a tal remuneração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais. Os principais indicadores de desempenho da própria Companhia considerados para fixação da remuneração variável consistem em (i) indicadores financeiros, tais como, por exemplo, a receita da Companhia e EBITDA. Os principais indicadores e critérios que sustentam as metas individuais consistem em indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade, tais como, volume de vendas; geração de receitas, índices de entrega; retenção de colaboradores; redução de riscos corporativos, dentro outros, a depender da esfera de competência do administrador ou atribuição do cargo de cada colaborador.

Os demais administradores que poderão fazer jus ao componente de remuneração variável, não estarão incluídos no mesmo processo de avaliação objetiva e subjetiva que os membros da diretoria. Aos membros do Conselho de Administração, a remuneração variável poderá ser composta por bonificações esporádicas vinculadas a resultados auferidos, que venham a contribuir com atingimento de objetivos estratégicos de médio ou longo prazo da Companhia.

Com relação aos indicadores anuais estabelecidos em função do planejamento estratégico, os parâmetros utilizados pela Companhia foram:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

- EBITDA, com meta de 22% de margem e resultado de 23,8% de margem;
- Receita Mensal Recorrente (MRR) Consolidada com meta de R\$15,8 milhões e resultado de R\$18,0 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

- EBITDA, com meta de 26% de margem e resultado de 22,3% de margem;
- Receita Operacional Líquida - Orgânica (ROL) Consolidada com meta de 10% e resultado de 11,3%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

- Crescimento combinado dos indicadores EBITDA e Receita Operacional Líquida (ROL) com meta de 13% e resultado de 20%

8.1 Política ou prática de remuneração

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

- (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;
- (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e
- (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros dos Comitês de Auditoria Não Estatutário são remunerados.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Em caso de realização de qualquer operação de reorganização societária que envolva a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a incorporação da Companhia por outra sociedade, a incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do tipo societário da Neogrid, bem como caso venha a ser solicitado o cancelamento do registro de companhia aberta da Neogrid, a totalidade das Ações cujo direito ao recebimento foi ao colaborador outorgado, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, deverá ser automaticamente integral e imediatamente entregue ao Beneficiário que tiver cumprido o requisito de permanência em seu cargo até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização societária,

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,75	3,00	15,75
Nº de membros remunerados	5,00	7,75	3,00	15,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.947.486,41	6.054.288,00	380.337,98	9.382.112,39
Benefícios direto e indireto	0,00	430.832,07	0,00	430.832,07
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.056.424,38	0,00	4.056.424,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.221.359,97	0,00	3.221.359,97
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2023. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	2.947.486,41	13.762.904,42	380.337,98	17.090.728,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,50	3,00	15,50
Nº de membros remunerados	5,00	7,50	3,00	15,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.834.121,55	4.590.406,51	365.709,60	7.790.237,66
Benefícios direto e indireto	0,00	389.138,64	0,00	389.138,64
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.117.696,31	0,00	1.117.696,31
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022, o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.066.486,28	0,00	1.066.486,28
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	2.834.121,55	7.163.727,74	365.709,60	10.363.558,89

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,75	2,00	13,75
Nº de membros remunerados	5,00	6,75	2,00	13,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.119.260,00	4.450.557,00	243.808,08	6.813.625,08
Benefícios direto e indireto	0,00	643.068,40	0,00	643.068,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	367.163,13	0,00	367.163,13
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021.	
Total da remuneração	2.119.260,00	5.460.788,53	243.808,08	7.823.856,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,42	0,00	8,92
Nº de membros remunerados	3,50	5,42	0,00	8,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	691.746,00	4.578.820,89	0,00	5.270.566,89
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.154.836,80	0,00	1.154.836,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.390.074,00	0,00	4.390.074,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020 A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	691.746,00	10.123.731,69	0,00	10.815.477,69

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,75		12,75
Nº de membros remunerados	0,00	7,75		7,75
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4056424,38		4.056.424,38
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4056424,38		4.056.424,38
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4056424,38		4.056.424,38
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,50	3,00	15,50
Nº de membros remunerados	5,00	7,50	0,00	12,50
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1358211,00	0,00	1.358.211,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1358211,00	0,00	1.358.211,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1117969,31	0,00	1.117.969,31
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,75	2,00	13,75
Nº de membros remunerados	0,00	6,75	0,00	6,75
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2427256,00	0,00	2.427.256,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2427256,00	0,00	2.427.256,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	367163,13	0,00	367.163,13
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,42	0,00	8,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,42	0,00	5,42
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2150000,00	0,00	2.150.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2150000,00	0,00	2.150.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1154836,80	0,00	1.154.836,80
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Até o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2020 (“Plano”). Maiores detalhes sobre o plano anterior podem ser consultados no último formulário entregue.

Em 13 de julho de 2022 o Plano de Ações Restritas (“Plano” ou “RSU”) foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. O Plano tem por objetivo obter um maior alinhamento dos interesses da Companhia” e de seus acionistas com os interesses dos Beneficiários, através da concessão de ações restritas da Companhia. Espera-se, desta forma, estimular a retenção do pessoal-chave da Companhia, além da atração dos melhores talentos do mercado, mediante criação de um mecanismo de valorização pela função exercida na Companhia, que acarrete comprometimento e lhes permita um reconhecimento a longo prazo, bem como garantir o maior alinhamento de interesses das partes, atrelando o bom desempenho do planejamento sujeito a determinadas condições.

O Plano poderá ter como Beneficiários os membros do Conselho de Administração, diretores estatutários, empregados considerados estratégicos e candidatos a posições críticas, e colaboradores da Companhia, sem restrição de nível de cargo.

O Conselho de Administração aprovará, a seu exclusivo critério: (i) os Beneficiários em favor dos quais será outorgado o direito ao recebimento de Ações, (ii) o número de Ações objeto de outorga para cada Beneficiário; (iii) as metas e condições para aquisição do direito ao recebimento das Ações e para o efetivo recebimento das Ações, bem como a alteração ou modificação de tais metas e condições quando necessário ou conveniente; (iv) o prazo para efetiva transferência das Ações aos Beneficiários; e (v) os demais termos e condições para aquisição do direito ao recebimento de Ações e para o efetivo recebimento de tais Ações.

Posteriormente à aprovação de cada Programa, o Conselho de Administração determinará a celebração, entre a Companhia e os Beneficiários, de um “Contrato de Outorga de Ações” (“Contrato de Outorga”), o qual deverá formalizar a outorga do direito ao recebimento das Ações a cada um dos Beneficiários.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Em 13 de julho de 2022 o Plano de Ações Restritas foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

c. Número máximo de ações abrangidas

O Plano poderá abranger a outorga de até 9.200.000 ações de emissão da Companhia, podendo este número ser atualizado nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia. Na data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas 6.407.688 ações aos beneficiários mencionados no item 8.4 (a) deste formulário.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável visto que o Plano baseia-se na concessão de ações restritas.

e. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração da Companhia aprovará, anualmente ou sempre que julgar conveniente, um programa destinado aos Beneficiários. A outorga do direito ao recebimento de ações será realizada mediante a celebração de contratos entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais deverão prever as condições da aquisição. A transferência das ações objeto ao Beneficiário somente ocorrerá quando todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tiverem sido integralmente cumpridas, de modo que a outorga do direito ao recebimento das ações objeto em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre tais ações objeto, bem como não representa garantia do seu recebimento

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável visto que o Plano baseia-se na concessão de ações restritas.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Plano de RSU permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, observado que a extinção do Plano de RSU não afetará os contratos até então celebrados e os direitos plenamente adquiridos com base em tais contratos

h. Forma de liquidação

Não aplicável visto que o Plano se baseia na concessão de ações restritas.

i. Restrições à transferência das ações

A efetiva transferência das Ações a que os Beneficiários têm direito somente ocorrerá se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia durante os períodos de carência a serem definidos nos respectivos Programas. Alternativamente à entrega de Ações, a Companhia poderá realizar o pagamento, em dinheiro, de valor equivalente ao preço das Ações a que o Beneficiário teria direito, calculado com base no preço médio das ações de emissão da Companhia nos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que a entrega de Ações seja devida, ponderado pelo volume negociado durante tal período.

Em caso de realização de qualquer operação de reorganização societária que envolva a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a incorporação da Companhia por outra sociedade, a incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do tipo societário da Neogrid, bem como caso venha a ser solicitado o cancelamento do registro de companhia aberta da Neogrid, a totalidade das Ações cujo direito ao recebimento foi a ele outorgado deverá ser automaticamente integral e imediatamente entregue ao Beneficiário que tiver cumprido o requisito de permanência em seu cargo até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização societária, ou até a data de publicação do edital de Oferta Pública de Aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta da Neogrid, conforme aplicável, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito ao recebimento das ações objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do contrato por mútuo acordo; (ii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (iii) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, observado o disposto no contrato do Plano de RSU.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o Beneficiário venha a se desligar do cargo exercido na Companhia, por vontade da Companhia, sem justo motivo, ou em virtude de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente, as Ações cujo direito ao recebimento foi a ele outorgado serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, caso o Beneficiário venha a se desligar da Companhia, por vontade própria, por destituição ou não recondução ao cargo pela Companhia por justa causa, ou por dispensa por justa causa, o Beneficiário fará jus tão somente às Ações que já lhe eram devidas, e que ainda não haviam sido efetivamente transferidas, não sendo admitidos períodos fracionados.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,75		12,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		---
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,50		12,50
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		---
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,75		11,75
Nº de membros remunerados	0,00	6,75		6,75
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	3,730000		---
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,42		8,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,42		5,42
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	3,730000		---
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,72		0,72
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	6107303,00		6.107.303,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas em 30 de outubro de 2020, referentes ao plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”, detalhado nos formulários anteriores).

Dados para 31 de dezembro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,42
Nº de membros remunerados	0	5,42
Data da outorga		20.01.2020
Quantidade de opções outorgadas		6.107.303
Prazo para que as opções se tornem exercíveis		31.03.2021 ⁽¹⁾ 31.03.2022 ⁽¹⁾ 31.03.2023 ⁽¹⁾ 31.03.2024 ⁽¹⁾
Prazo máximo para exercício das opções		31.03.2024
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções		3 anos (1/3 a cada ano) ⁽²⁾
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ -	R\$ 0,7188
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ -	R\$ 4.389.929,40

⁽¹⁾ os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia. Em 30 de outubro de 2020, nos termos do item (i) acima, as datas das opções outorgadas aos Diretores foram antecipadas e estes exerceram integralmente as opções descritas acima.

⁽²⁾ Na hipótese de o controlador da Companhia alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, o Beneficiário ficará também autorizado a alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, na mesma proporção das ações alienadas pelo Controlador, ficando tais Ações liberadas restrição acima prevista. Alguns Contratos de Outorga não possuem essa restrição.

8.7 Opções em aberto

8.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, tendo em vista que não havia opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria estatutária da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas em 30 de outubro de 2020, referentes ao plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”, detalhado nos formulários anteriores).

Dados para 31 de dezembro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,42
Nº de membros remunerados	0	5,42
Nº de ações	N/A	6.107.303
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 0,718800
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 0,815317
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	- 589.458,56

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Até o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2020. Opções exercidas em 30 de outubro de 2020, referentes ao plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (detalhado nos formulários anteriores). Em 13 de julho de 2022 o Plano de Ações Restritas foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, maiores detalhes item 8.4 (a). Portanto, neste item, apresentaremos apenas os anos de 2022 e 2023, períodos em que o Plano de Ações Restritas está vigente.

Dados do exercício Social previsto para 31 de dezembro de 2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	7,75
Nº de membros remunerados	0	7,75
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (¹)	0%	2,02%

(¹) Na data de preenchimento deste formulário as ações para entrega aos beneficiários encontram-se em tesouraria, portanto a diluição será zero.

Dados para 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	7,50
Nº de membros remunerados	0	7
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (¹)	0%	1,99%

(¹) Na data de preenchimento deste formulário as ações para entrega aos beneficiários encontram-se em tesouraria, portanto a diluição será zero.

8.10 Outorga de ações

8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Até o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2020. Opções exercidas em 30 de outubro de 2020, referentes ao plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (detalhado nos formulários anteriores). Em 13 de julho de 2022 o Plano de Ações Restritas foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, maiores detalhes item 8.4 (a). Portanto, neste item, apresentaremos apenas os anos de 2022 e 2023, períodos em que o Plano de Ações Restritas está vigente.

Dados do exercício Social previsto para 31 de dezembro de 2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	7,75
Nº de membros remunerados	0	7,75
Data da outorga	-	N/A
Quantidade de ações outorgadas	0	71.217
Prazo máximo para entrega das opções	-	60 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	-	36 meses
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ -	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ -	R\$ -

Dados para 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	7
Nº de membros remunerados	0	7
Data da outorga	-	01/09/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	4.742.983
Prazo máximo para entrega das opções	-	60 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	-	36 meses
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ -	R\$ 1,83
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ -	R\$ 8.679.658,89

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 13 de julho de 2022 o Plano de Ações Restritas foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, maiores detalhes item 8.4 (a). Em 2022 e 2023 tivemos apenas outorga de ações realizadas e previstas, conforme item 8.10 deste formulário, sem a entrega efetiva de ações aos beneficiários, em cumprimento ao prazo de entrega existente, conforme comentado no mesmo item.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia apresentou todas as informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens anteriores.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, no Brasil ou exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupado por órgão

Sociedade/Companhia		Número de Ações/Quotas em 31 de dezembro de 2022	
	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho Fiscal</i>
NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.	Ordinárias 10.208.200	Ordinárias 2.665.641	0
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I	0	58.342	0
NEOGRID INFORMÁTIC LTDA.	0	0	0

8.14 Planos de previdência

8.14 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	7,00	5,00	5,00	4,00	3,00	0,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.325.308,00	1.574.000,00	889.260,00	450.100,00	81.269,36	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	532.125,00	594.000,00	240.000,00	0,00	81.269,36	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	747.279,83	1.238.401,97	423.852,00	128.600,00	81.269,36	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022. A menor remuneração de cada órgão foi percebida considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.

Conselho de Administração

31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022. A menor remuneração de cada órgão foi percebida considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022. A menor remuneração de cada órgão foi percebida considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Dados do exercício Social previsto para 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5	7,75	3
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1	0	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 2.947.486,41	R\$ 13.602.904,42	R\$ 380.337,98
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	R\$ 889.260,00	R\$ -	R\$ -
% da remuneração total do órgão	30,17%	0,00%	0,00%

Dados para 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5	7,5	3
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1	1	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 2.834.121,55	R\$ 6.846.727,74	R\$ 365.709,60
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	R\$ 889.260,00	R\$ 494.400,00	R\$ -
% da remuneração total do órgão	31,38%	7,22%	0,00%

Dados para 31 de dezembro de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5	6,75	3
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1	1	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 2.119.260,00	R\$ 5.411.302,00	R\$ 243.808,08
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	R\$ -	R\$ 736.200,00	R\$ -
% da remuneração total do órgão	0,00%	13,60%	0,00%

Dados para 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3,5	5,42	0
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1	1	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 450.100,00	R\$ 6.712.138,70	R\$ -
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	R\$ -	R\$ 720.000,00	R\$ -
% da remuneração total do órgão	0,00%	10,73%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Órgão	2023 – Prevista	2022	2021	2020
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	R\$ 424.053,00
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	R\$ 720.000,00
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não existem administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021, e 2020 que fizeram jus à remuneração reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia. Também não há previsão para 2023 de que exista tal remuneração.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No item 8.2 deste Formulário de Referência foi informado o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2023, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

2023 Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5	7	3
Fevereiro	5	7	3
Março	5	7	3
Abril	5	8	3
Maio	5	8	3
Junho	5	8	3
Julho	5	8	3
Agosto	5	8	3
Setembro	5	8	3
Outubro	5	8	3
Novembro	5	8	3
Dezembro	5	8	3
Média	5,00	7,75	3,00

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5	7	3
Fevereiro	5	7	3
Março	5	7	3
Abril	5	8	3
Maio	5	9	3
Junho	5	8	3
Julho	5	8	3
Agosto	5	7	3
Setembro	5	8	3
Outubro	5	7	3
Novembro	5	7	3
Dezembro	5	7	3
Média	5,00	7,50	3,00

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5	7	0
Fevereiro	5	7	0
Março	5	7	0
Abril	5	7	0
Maio	5	7	3
Junho	5	7	3
Julho	5	6	3
Agosto	5	6	3
Setembro	5	6	3
Outubro	5	7	3
Novembro	5	7	3
Dezembro	5	7	3
Média	5,00	6,75	2,00

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	3	5	0
Fevereiro	3	5	0
Março	3	5	0
Abril	3	5	0
Maio	3	5	0
Junho	3	5	0
Julho	3	5	0
Agosto	3	5	0
Setembro	3	4	0
Outubro	5	7	0
Novembro	5	7	0
Dezembro	5	7	0
Média	3,50	5,42	0,00

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	03/02/2022		
Descrição do serviço contratado	<p>Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) revisão das informações trimestrais (ITR) referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>Em 2022, o valor dos honorários relativos a serviços de auditoria externa foi de R\$ 608.000,00 (seiscentos e oito mil reais), líquido de impostos.</p>		
Justificativa da substituição	Não Aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

No decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou a PwC Contadores Públicos Ltda para a realização de um diagnóstico com o objetivo de avaliar os riscos e oportunidades do ponto de vista dos preços de transferência, no montante de R\$ 84.645,90 (oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos).

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não deve gerar conflitos de interesses e nem exercer funções gerenciais na entidade auditada.

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Neogrid e suas controladas. A política de atuação com a Neogrid na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido evidenciadas nos itens 9.1 a 9.3 deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	44	83	0	0	0
Não-liderança	331	451	0	0	0
TOTAL = 909	375	534	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	4	59	3	2	0	0	59
Não-liderança	12	357	38	68	3	0	304
TOTAL = 909	16	416	41	70	3	0	363

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	12	113	2
Não-liderança	346	422	14
TOTAL = 909	358	535	16

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	2	1	62	60	2
Não-liderança	4	25	8	295	433	17
TOTAL = 909	4	27	9	357	493	19

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	2	2	0	0	0
Nordeste	4	23	0	0	0
Centro-Oeste	1	8	0	0	0
Sudeste	144	213	0	0	0
Sul	217	276	0	0	0
Exterior	7	12	0	0	0
TOTAL = 909	375	534	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	3	0	0	0	0	1
Nordeste	0	8	3	8	0	0	8
Centro-Oeste	0	3	1	4	0	0	1
Sudeste	14	146	24	30	3	0	140
Sul	2	238	12	28	0	0	213
Exterior	0	18	1	0	0	0	0
TOTAL = 909	16	416	41	70	3	0	363

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	2	2	0
Nordeste	17	9	1
Centro-Oeste	3	6	0
Sudeste	145	206	6
Sul	191	296	6
Exterior	0	16	3
TOTAL = 909	358	535	16

10.1 Descrição dos recursos humanos

10 Recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

DATA BASE REFERENTE 31/12/2022	
Número Total de Terceirizados	9
Por atividade	
Limpeza	5
Outras atividades	4
Por localização geográfica	
Joinville	4
São Paul	2
Porto Alegre	1
Florianópolis	2

c. índice de rotatividade

A rotatividade de colaboradores (*turnover*), no contexto de Recursos Humanos, refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de empregados antigos por novos. O *turnover* é considerado um importante indicador da saúde organizacional e deve ser controlado de modo a manter o capital intelectual da empresa e evitar grandes impactos sobre as despesas administrativas com recrutamento, seleção e treinamento. O cálculo é realizado dividindo a média anual do total de admissões e desligamentos pela quantidade de colaboradores do final do exercício imediatamente anterior. O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

DATA BASE REFERENTE 31/12/2022			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	909	277	30,4%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

No ano de 2022 houve a incorporação de três empresas que foram adquiridas no ano de 2021. Isso ocasionou um aumento significativo no número de ativos da Companhia. Além da alteração mencionada, não houve nenhuma alteração relevante no quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) constante do item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Por meio de pesquisas realizadas anualmente sobre as práticas de remuneração do mercado, a Companhia mantém a competitividade da remuneração de seus colaboradores, sendo seus respectivos salários corrigidos anualmente por meio de acordos sindicais, os quais, são, de forma geral, baseados nos índices de inflação. Apesar disso, podem ser concedidos reajustes salariais esporádicos, baseados na avaliação de desempenho, potencial de desenvolvimento e engajamento do colaborador.

Com relação à remuneração variável, a Companhia possui um Plano de Outorga de Ações restritas. Para mais informações sobre o Plano, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

b. política de benefícios

A prática de remuneração da Companhia contempla conjunto de benefícios competitivo, oferecido aos colaboradores com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos:

Benefícios Não Reembolsáveis

1. Assistência Médica.
2. Assistência Odontológica
3. Seguro de Vida.
4. Vale Alimentação.
5. Vale transporte
6. *Home office*
7. Horário Flexível
8. *Day-off*

Benefícios Reembolsáveis:

9. Transporte Fretado
10. Bolsa Educação e Bolsa Idiomas
11. Estacionamento
12. Auxílio Medicamento
13. Campanha Vacinação contra Gripe

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o Plano de Outorga de Ações restritas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 13 de julho de 2022 (“Plano”). Para mais informações sobre o Plano, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

i. Grupos de beneficiários

O Plano poderá ter como Beneficiários os membros do Conselho de Administração, diretores estatutários, empregados considerados estratégicos e candidatos a posições críticas, e colaboradores da Companhia, sem restrição de nível de cargo, conforme detalhado no item 8.4.a deste formulário.

ii. Condições para exercício

Detalhado no item 8.4.a deste formulário.

iii. Preços de exercício

Não aplicável visto que o Plano se baseia na concessão de ações restritas

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

iv. Prazos de exercício

O Plano de RSU permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, observado que a extinção do Plano de RSU não afetará os contratos até então celebrados e os direitos plenamente adquiridos com base em tais contratos, conforme detalhado no item 8.4.g deste formulário

v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Plano poderá abranger a outorga de até 9.200.000 ações de emissão da Companhia. Maiores detalhamentos estão disponíveis no item 8.4.c deste formulário.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana de remuneração dos empregados é de 19,6.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os empregados da Companhia são representados pelo sindicato (i) SindPD – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, (ii) Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Informática e Similares de Joinville e Região; (iii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do Rio Grande do Sul; e (iv) SeinFlo - Sindicato das Empresas de Informática e Processamento de Dados da Região Metropolitana de Florianópolis

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicatos que os representam. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e, na hipótese de discordância legal, busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente.

Não houve paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

DATA BASE REFERENTE 31/12/2022	
Número Total de Empregados	909
Por atividade	
Pesquisa e Desenvolvimento/Área Técnica	250
Comercial/Vendas	97
<i>Compliance</i> , controles internos e riscos corporativos	5
Auditoria Interna	1
Administrativo/Gestão/Operações	556
Por localização geográfica	
Brasil	890
Internacional	19

11.1 Regras, políticas e práticas

11 Transações com partes relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As atuais regras e práticas da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem a legislação tributária vigente e os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Deve ser observado o Código da Conduta e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Transações com Partes Relacionadas”), no que se refere à contratação direta e indireta de parentes de administradores, gestores e colaboradores.

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação tributária vigente e os preços e condições de mercado, conforme dados constantes do item 11.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores.

Em 19 de outubro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual estabelece que a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em condições de mercado, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas (“Condições de Mercado”).

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e a auditoria independente, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

11.1 Regras, políticas e práticas

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que (i) se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, e (ii) as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico, as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”. São exemplos de transações com partes relacionadas: (a) compras e vendas de produtos e serviços; (b) contratos de empréstimos ou adiantamentos; (c) contratos de agenciamento ou licenciamento; (d) avais, fianças e quaisquer outras formas de garantias; (e) transferência de pesquisa, tecnologia e outros recursos intelectuais; (f) compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e (g) patrocínios e doações, dentre outros.

Os contratos entre partes relacionadas deverão detalhar as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e neste Formulário de Referência, bem como divulgadas nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 7.1 deste Formulário de Referência.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
M.ABUHAB PARTICIPAÇÕES S.A. (MAP)	01/08/2007	754.702,94	92.585,70	0,00	31 de julho de 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada					
Objeto contrato	Locação de sala comercial					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio de 6 (seis) meses					
Natureza e razão para a operação	Locação de 1200 m ² (mil e duzentos metros quadrados) (4º andar), sendo que tal área é utilizada para as atividades operacionais da Companhia. Este contrato foi renovado em 01 de agosto de 2020 e aditado em 03 de setembro de 2021.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
CAMERITE SISTEMAS S.A. (CAM)	01/04/2015	25.275,27	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada					
Objeto contrato	Serviços de "streaming e gravação dos últimos 60 (sessenta) dias na nuvem".					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Denúncia com aviso prévio de 30 (trinta) dias de antecedência, sem multa					
Natureza e razão para a operação	Transmissão e armazenamento de imagens nas dependências da empresa em Porto Alegre, Joinville e São Paulo, com o objetivo de monitorar as áreas comuns da empresa.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
INSTITUTO MIGUEL ABUHAB (IMA)	19/11/2018	96.000,00	8.000,00	0,00	31/12/2023	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada					
Objeto contrato	Doação feita para o Instituto Miguel Abuhab					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Doação de valores ao Instituto, que é uma ONG atuante na área de educação.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					
GRG INOVAÇÕES E TECNOLOGIA S.A. (HORUS)	25/01/2022	7.000.000,00	7.476.255,39	0,00	31/12/2023	100,000000
Relação com o emissor	Empresa investida					
Objeto contrato	Concessão de mútuo com direito de conversão em participação societária					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Concessão de mútuo pelo Investidor à Investida no valor principal de R\$ 7.000.000,00, com direito de conversão do montante concedido à título de mútuo em ações, com direito a voto, da Investida. Este contrato foi aditado em 04/04/2022, 05/05/2022, 21/06/2022 e 27/09/2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Os tópicos “n” e “o” são observados levando em consideração a Política de Transações com Partes Relacionadas mencionada no item 11.1 deste formulário.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 11.1 e 11.2 deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
15/12/2020	N/A	469.907.564,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
238.662.330	0	238.662.330

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
19/10/2020		800.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	01/10/2019
Data de vencimento	01/10/2024
Quantidade	110.000
Mil	
Valor total	110.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	A oferta restrita foi destinada a investidores profissionais, considerando os investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, observado que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor (“Instrução CVM 539” e “Investidores Profissionais”), para fins dos limites do plano de distribuição, previstos acima. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM 539, e após decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Prazo de vigência: 01/10/2024

Remuneração: As Debêntures fazem jus, a partir da data de integralização, a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com fórmula prevista na escritura de emissão.

Garantia Fidejussória: Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, Neogrid Informática Ltda., Neogrid Sowftare Ltda., Miguel Abuhab, David Abuhab, Deborah Abuhab (em conjunto, “Fiadores”) prestam fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. Os Fiadores renunciaram expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 130 e 794, do Código de Processo Civil.

Garantia Real: Em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento das obrigações garantidas previstas na Escritura de Emissão, (i) cessão fiduciária de direitos de crédito de titularidade da Neogrid Informática Ltda. em razão de conta vinculada, de movimentação restrita, de titularidade da referida empresa; e (ii) cessão fiduciária de Aplicações Financeiras de titularidade da Companhia, de modo que corresponda a no mínimo 27,30% do saldo devedor das Debêntures em Circulação (“Cessão Fiduciária”), nos termos do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária e Outras Avenças, a ser celebrado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições de vencimento antecipado: a Escritura de Emissão possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, sendo uma delas o descumprimento do Índice Financeiro descrito abaixo. Para mais informações, vide item 18.12 abaixo.

Restrições impostas à Companhia: Nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia está sujeita a restrições relacionadas à distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, realização de operações societárias, entre outras.

Não aplicável.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão, a exclusivo critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. O não atendimento, durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro abaixo configurará um evento de vencimento não automático nos termos da Escritura de Emissão: Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x, sendo:

O índice financeiro será verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Até o momento a Companhia vem cumprindo com índice financeiro.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	18	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

AÇÕES

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil. Especificamente as ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (ticker) “NGRD3”, na categoria de maior nível de governança, o “Novo Mercado”.

DEBÊNTURES

As debêntures de emissão da Companhia descritas no item 12.3 e 12.9 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação na B3 – Segmento CETIP UTVM sob os códigos de negociação NGRD11.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

1ª Emissão de Debêntures

Os recursos captados por meio da 1^a (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$110 milhões, consistindo na emissão de 110.000 (cento e dez mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Debêntures”), emitidas em 1º de outubro de 2019, com vencimento final em 1º de outubro de 2024, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Oferta”), foram destinados (i) ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática Ltda. (“Neogrid Informática”) em favor do Banco do Brasil S.A. e (ii) à antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera Sistemas Estratégicos S.A. (“Accera”) no âmbito da aquisição da Accera pela Neogrid Informática, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 25 de outubro de 2018, entre os antigos acionistas da Accera e a Neogrid Informática, dentre outros.

1ª Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos disponíveis da seguinte forma:

- 1 - Exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em marketing para aceleração de up-sell e cross-sell nos clientes atuais;
- 2 - Novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
- 3 - Ampliação da participação no mercado (Market share) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações marketing para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid; e
- 4 - Consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu market share;
- 5 - Complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializem a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e
- 6 - Aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, know-how, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

A Companhia monitora constantemente e de forma seletiva, oportunidades no seu setor de atuação e mantém constante análise de viabilidade de negócios, contudo não possui nenhuma negociação em estágio conclusivo e/ou com documentos vinculantes e não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas e nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A Destinação de Recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária baseia-se em suas análises, perspectivas atuais, expectativas sobre eventos futuros e tendências, além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g. como resultado da pandemia COVID-19).

Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a Destinação de Recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua política de investimento, visando à preservação do seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável), por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

1ª Emissão de Debêntures

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas na escritura de emissão das Debêntures.

1ª Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas no prospecto da respectiva distribuição.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

1ª Emissão de Debêntures

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas na escritura de emissão das Debêntures.

1ª Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas no prospecto da respectiva distribuição.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais ao item 12.5 deste Formulário de Referência

I^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia

(i) São hipóteses de vencimento antecipado automático:

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias devidas nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data dos respectivos vencimentos;
- b. descumprimento da destinação de recursos determinada para as Debêntures, nos termos da Escritura da Emissão;
- c. decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no mercado de capitais ou financeiro, das quais a Emissora ou qualquer Fiadora ou Garantidora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- d. em caso de (1) decretação de falência da Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, (2) pedido de autofalência pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora; (3) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou Fiadoras não elidido ou rejeitado no prazo legal, (4) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora independentemente de deferimento ou homologação por juiz competente; ou (5) a dissolução ou liquidação da Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, exceto se em decorrência de uma reorganização societária permitida nos termos da Escritura de Emissão;
- e. transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade por ações para sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- f. questionamento, pela Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, da validade, exequibilidade ou eficácia da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia.

(ii) São hipóteses de vencimento antecipado não-automático:

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura/remediação específico na Escritura de Emissão;
- b. inadimplemento, desde que observados os eventuais prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, de quaisquer dívidas no mercado de capitais ou financeiro das quais a Emissora ou qualquer Fiadora ou Garantidora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado da dívida, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- c. alteração do Controle da Emissora e/ou de qualquer Fiadora Pessoa Jurídica por pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, sendo “Controle” entendido, cumulativamente, como: (1) a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora e o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora; e (2) o uso efetivo do seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora;

12.9 Outras informações relevantes

- d. cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou Fiadoras Pessoas Jurídicas, sem a prévia autorização pelos Debenturistas, exceto se (1) não resultar em alteração de Controle da Emissora; ou (2) for realizada exclusivamente entre Emissora e/ou Fiadoras e/ou controladas da Emissora e/ou Fiadora; ou (3) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- e. redução do capital social da Emissora exceto se previamente aprovado pela maioria dos debenturistas, reunidos em assembleia geral, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- f. protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou a Garantidora cujo montante, individual ou agregado, ultrapasse R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto se o referido protesto for decorrente de (1) erro ou má-fé de terceiros devidamente comprovado pela Emissora ou Fiadoras ou Garantidora, ou (2) se for revogado, sustado ou cancelado, em qualquer dos casos, em até 10 dias contados da data do respectivo protesto;
- g. descumprimento de decisão judicial de mérito transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, que imponha obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- h. verificação de que quaisquer das declarações realizadas pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora e/ou Garantidora na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, são (1) falsas ou enganosas; ou (2) materialmente incorretas ou incompletas na data e nas condições que foram prestadas, exceto, no caso do inciso (a) acima, se sanadas em 10 (dez) dias;
- i. resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora e/ou Fiadoras, caso a Emissora e/ou as Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório;
- j. alienação, cessão, transferência dos bens objeto de Garantias Reais, ou constituição, pela Emissora e/ou Garantidora, a qualquer tempo durante a vigência da Escritura de Emissão, de quaisquer ônus sobre quaisquer dos bens objeto das Garantias Reais;
- k. declaração de nulidade, invalidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão por meio de decisão judicial, não revertida ou sem obtenção da suspensão de seus efeitos em até 30 (trinta) dias da ciência;
- l. declaração de nulidade, invalidade ou inexequibilidade de qualquer Contrato de Garantia, por meio de decisão judicial, exceto se, em até 30 (trinta) dias de sua ciência (1) a decisão seja revertida ou seja obtida a suspensão de seus efeitos; ou (2) as Garantias declaradas nulas ou inválidas sejam substituídas nos prazos para substituição indicados nos referidos Contratos de Garantia para substituição ou reforço de garantias;
- m. penhora, sequestro, confisco, desapropriação, ônus, encargo, determinado por autoridade judicial governamental, sobre os bens objeto das Garantias Reais, exceto se, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua ciência, for obtida medida judicial suspendendo o respectivo ônus ou se for realizada a substituição ou reforço da garantia nos prazos para substituição e/ou reforço indicados nos referidos Contratos de Garantia para substituição ou reforço de garantias;

12.9 Outras informações relevantes

n. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou Garantidora das obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

o. decisão judicial condenatória em face da Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras, acerca da prática pela Emissora e/ou qualquer das Fiadoras de atos de corrupção e/ou atos lesivos contra a administração pública, nacionais ou estrangeiras, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, do Decreto Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940, conforme alterada, e, conforme aplicáveis, do U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010;

p. em caso de declaração judicial de insolvência ou incapacidade civil não sanada em 30 (trinta) dias ou qualquer decisão ou reconhecimento público e notório que gere impacto de natureza similar e impacte adversa e materialmente quaisquer Fiadoras Pessoas Físicas;

q. não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro abaixo, a ser verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x a partir de 2020, sendo:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluindo dívidas contraídas perante instituições financeiras e decorrentes de emissões de debêntures, subtraído do caixa e numerários em trânsito, saldo de contas de livre movimentação de titularidade da Emissora em bancos e aplicações financeiras sem prazo de carência para resgate; e “EBITDA” significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação e amortização.

Em 31/12/2022 a Companhia está cumprindo com o índice financeiro mencionado.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 12 deste Formulário de Referência.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Jean Carlo Klaumann
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Susana Russi Salaru
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

Declaração individual do Diretor Presidente

Jean Carlo Klaumann, brasileiro, casado, graduado em marketing, com endereço profissional na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 4º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.847.787-8 – SSP/SP e inscrito no C.P.F/M.F. sob nº 808.968.989-20, na qualidade de Diretor Presidente da **Neogrid Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, inscrita Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob nº 10.139.870/0001-08 (“Companhia”), declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos seus artigos 15 a 20;
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Jean Carlo Klaumann
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

Aury Ronan Francisco, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Santos Dumont, 935, 1º Andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89218-105, Joinville-SC, portador da Cédula de Identidade RG nº 79718696- SSP/PR e inscrito no C.P.F/M.F. sob nº 039.730.159-61, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos seus artigos 15 a 20.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Aury Ronan Francisco
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 13.1 deste Formulário de Referência.